

51
REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PORTO ALEGRE
BRASIL

1933

OFICINAS GRAFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

Instituto Historico e Geograrico do Rio Grande do Sul

Séde: PÔRTO ALEGRE



Presidente: Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva

Secretario: Dr. Eduardo Duarte

Tesoureiro: Afonso Guerreiro Lima



Publica a sua Revista em fascículos trimestrais ou semestrais, formando anualmente um volume de setecentas páginas, na média.

Condições de assinatura:

Por ano	15\$000 rs.
Por fascículo trimestral.....	4\$000 rs.
Preço da coleção até 1930..	1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, à rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Prof Copstein



III TRIMESTRE

ANO XIII

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

1933

PORTO ALEGRE

= 1933 =

OF. GRAF. DA LIVRARIA DO GLOBO

BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PORTO ALEGRE

— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande

General Borges Fortes

I

PORTUGAL NO PRATA

Irredutível na convicção de que a soberania portuguesa se estendia até o Rio da Prata a Côrte de Lisboa não poupou argumentos diplomaticos, esforços, sangue e tesouros para firmar seu dominio na margem do soberbo estuário.

Foi o desdobramento lógico, na ação política, dessa doutrina histórica, que trouxe como consequência necessária o povoamento do Continente de São Pedro do Sul e a fundação militar da margem austral do Rio Grande, — o presidio de Jesus Maria José, iniciado com o desembarque do Brigadeiro José da Silva Paes, aos 19 de Fevereiro de 1737.

Antecedentemente, João de Magalhães se estabelecêra no Viamão, com a sua frota, as três dezenas de devotados lagunistas que radicaram para sempre a ocupação das virgens terras apertadas entre o Guaíba, a Serra e o Atlântico.

Entre esses dous fecundos acontecimentos, — a chegada de João de Magalhães e o advento de Silva Paes, — ocorreu o assedio da Colonia do Sacramento, levado a efeito por D. Miguel de Salcedo desde 5 de Outubro de 1735 a 2 de Setembro de 1737, durante 23 meses consecutivos.

Era o protesto violento, a reação armada de Espanha

contra as pretensões portuguesas e que em sua evolução acarretaria — o despertar do sentimento da nacionalidade brasileira, que se levantou para repelir o atentado dos castelhanos, e a incorporação do Continente riograndense á nacionalidade latente.

* * *

Tinha a metrópole portuguesa cuidados assíduos sôbre os seus dominios no sul do Brasil.

Dentro da doutrina que inspirava a sua conduta, fundara-se a Colônia do Sacramento, sentinela avançada da soberania lusa, fundara-se a Laguna, ponto de apoio. A ocupação de Montevidéo era o corolário dêsses tentamens: ideada desde longa data foi a empresa cometida em 1723.

Comandou a expedição incumbida dessa transcendente operação, transcendente por suas conseqüências, não por suas dificuldades, o Mestre de Campo Manoel Freitas da Fonseca que partiu do Rio de Janeiro com três companhias de infantaria, artilharia, munições e materiais embarcando na fragata **N. S. da Oliveira** e levando de conserva um navio de transporte.

O comando no mar tocou ao Capitão de Mar e Guerra D. Manoel Henrique de Noronha.

A missão que levava o comandante militar era simples: ocupar a posição de Montevidéo, mal defendida por escassas tropas castelhanas.

Um clausula porém rezavam as instruções — **sem alterar a amizade entre os dous povos**, portugueses e espanhóis!

Esta restrição, tão ingênua na aparência, traria inevitavelmente o malogro da expedição.

A reação do governador de Buenos Aires, D. Bruno de Zaballa, foi immediata atingindo em seus efeitos todo o território da margem norte do Prata e convertendo-se em hostilidades á guarnição da praça do Sacramento e aos expedicionários que mal haviam posto pé em terra.

Coagidos pela recomendação de não quebrarem a paz, outra causa veio agravar uma situação precaria, — a divergencia surgida entre os dous chefes, impondo o comandante

da esquadra, no momento agudo das operações, a retirada das tropas e o regresso para o Rio de Janeiro, onde aportaram no mês de Fevereiro de 1724.

* * *

Em 1725 chegavam as primeiras famílias que acompanharam João de Magalhães, colonização que obedeceu a instantes solicitações junto ao governo de São Paulo, então exercido por D. Rodrigo Cesar de Menezes e abrangendo todo o território do Sul.

Este povoamento inicial foi o assunto versado em meu livro **Troncos Seculares**.

Uma nova missão desceu para o Sul em 1729. Não trouxe esta armas e petrechos de destruição: era uma expedição científica. Ao Rio de Janeiro mandava o Rei os dous padres João Batista Capassi e Diogo Soares, da Companhia de Jesus, com o objetivo de reunir os mais completos dados para o levantamento da Carta Geográfica dos dominios portuguezes no Brasil.

“Dívidido o trabalho entre os dous, coube ao padre Capassi fazer as observações astronômicas, de que mandou exatissimas notas, que depois se participaram ás Academias de França e Inglaterra; e quanto á geografia fez uma carta muito pontual da Capitania do Rio de Janeiro, que mandou á Côrte, não acabando a que principiara desde aquela Capitania até ás Minas Gerais, por lhe sobrevir a morte em São Paulo, no mês de Fevereiro de 1740. Nem o Padre Soares se descuidou de sua incumbência, porque fez outras cartas muito boas do Rio da Prata e do sitio da Nova Colonia, e continuando as mais daquele vasto dominio, fórma no mesmo tempo uma história natural dos rios, montes, arvores, ervas, frutas, animais e pássaros que há no Brasil: applicações tão uteis que só se devem á diligencia com que Sua Majestade procurava adiantar

as ciências, pois não só serviram a Portugal, mas também á Europa que delas fez estimação”.

(Elogio fúnebre de D. João V por Francisco Xavier da Silva, citado a pág. 97 dos Estudos de História Americana, por Fidelino de Figueiredo).

* * *

O Conselho Ultramarino estudava o assunto do povoamento do Rio Grande. Em 3 de Agosto de 1728 o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, escrevia para Lisboa insistindo sobre a urgencia de ser executada a ordem do Rei para se fazer a colonia do Rio Grande.

Um primeiro parecer sobre essa matéria foi dado a 26 de Novembro e nele pondera o Conselho a conveniência de escolher-se uma “pessoa de toda suposição, valor e atividade para que estabeleça a dita Colonia, para que não suceda o que aconteceu em Montevidéo”. (1)

Mais desenvolvido se encontra o assunto na Consulta de 19 de Abril de 1730. Da exposição feita ao Rei se infere que houve em Lisboa, junto ao Conselho, um forte trabalho de argumentação em pról do povoamento do Rio Grande do Sul e simultaneamente da fortificação da barra.

Pregoeiro principal dessa obra foi o Major David Marques Pereira, (2) que andara exilado por aquelas bandas em 1726 e de lá voltara com idéias bem definidas sobre a importância que devia ter — para a corôa portuguesa, a posse do território, e para si próprio, a investidura no alto posto de chefe da expedição militar que fôsse realizar a ocupação e construção das obras de defesa.

Passando para a Colonia do Sacramento e recebendo ali detalhadas noticias sobre a importância economica e militar do Rio Grande de São Pedro o Padre Diogo Soares insistiu junto ao govêrno do Rio de Janeiro sobre a conveniencia da

(1) Pág. 49 do vol. 26 das Consultas do Cons. Ult. existente no Instituto Histórico do Brasil.

(2) V. Troncos Seculares, pgs. 25 e 26.

fundação de uma colônia naquele território, alvitre que o Brigadeiro Silva Paes encareceu levando o Conselho Ultramarino a tomar a resolução de 2 de Janeiro de 1736, em que aconselha o Rei a fundar a proposta colônia, fortalecendo-a com elementos militares e providenciando sobre a introdução de povoadores, os casais das Ilhas do Arquipélago Açoriano.

Firmar-se no Rio Grande era assim cousa assentada e preocupação inolvidada do governo português: seria uma questão de oportunidade, o momento em que a Espanha tivesse de submeter-se, pelo direito ou pela força.

* * *

Há assim uma corrente contínua na marcha da civilização lusitana em direção ao Prata.

O visceral antagonismo com a gente castelhana crearia, indubitavelmente, todas as barreiras a essa marcha expansionista.

Podiam as côrtes da Península Ibérica viver na aparência de uma sincera cordialidade; os instrumentos do poder público e os próprios povos alimentavam ódios irrefreáveis e a arena onde se vinham chocar, em lutas encarniçadas, os reciprocos sentimentos, (porque também aí se achavam os interesses materiais e o foco das divergências) eram as **campanhas da América do Sul, especialmente as que contornam a heroica atalaia do Sacramento.**

Refletindo um tal estado de espírito, as instruções governamentais para seus delegados neste continente são modelos de hipocrisia política, recomendando Madrid e Lisboa a aparência da amizade e o respeito pelos direitos do vizinho porém ao mesmo tempo mandando secretamente que nunca se perdesse o ensejo para ferir fundo nos interesses do antagonista, a quem devia sempre ser lançada a responsabilidade dos males decorrentes.

A situação jurídica das fronteiras na América era indefinida; a letra dos tratados abria brecha á interpretações sibilinas...

II

A COLONIA AMEAÇADA

Foi por êsses processos tredos que se engenhou o terrível assedio da Colonia em 1735.

Na Europa os ódios raciais estiveram a pique de explodir em Julho dêsse ano. O govêrno português sentiu-se fortemente agravado com os vexames a que foi submetido seu representante junto ao monarca espanhol, pela polícia de Madrid. O estado de guerra foi virtualmente estabelecido e as duas nações se prepararam para o conflito armado, chegando Portugal a efetuar concentração de tropas nas proximidades da fronteira. Todavia não se chegou a encetar hostilidades.

São bem acentuadas por todos os historiadores as providencias que D. Miguel de Salcedo governador de Buenos Aires pôs em ação para surpreender a praça lusitana e tomá-la de assalto, se possível.

Antonio Pedro de Vasconcellos, chefe militar de notavel envergadura, desconcertou êsses planos, não sendo colhido de inopino, havendo préviamente organizado todas as medidas que lhe permitiriam deter o inimigo, restaurando as obras de fortificação e enviando sigilosamente a Viamão, á Laguna e ao Rio de Janeiro o aviso das graves ameaças que se acumulavam contra a Colonia do Sacramento e o pedido urgente de socorros para afrontar os perigos iminentes.

* * *

A atividade dos govêrnos locais existentes no Brasil se animou: os povos se levantaram, incendiados na idéia de salvar a Colonia e contrapôr-se aos arrogantes intuitos do adversário pertinaz.

Pernambuco e Baía, o Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, Paranaguá e Santa Catarina, enviaram tropas e víveres para sustentar os soldados que, dentro dos muros da legendária fortaleza, honravam o nome de Portugal e dispunham-se a

cobrir de glórias os próprios nomes e as bandeiras de sua Pátria.

Enquanto se movimentava o Brasil para apagar o golpe insidioso, a Colônia via-se cercada pelas tropas de Buenos Aires, os índios das Reduções e os elementos navais que se achavam no Rio da Prata.

Parecia inevitável a destruição da fortaleza que, havia meio século, Portugal plantara para servir de esteio fundamental à sua política.

Antonio Pedro resistiu. Veio-lhe logo no começo do sítio um primeiro socorro e em seguida, atendendo ao angustioso apêlo trazido ao Rio de Janeiro pelo destemido marinheiro Guilherme Kelly, um outro mais poderoso.

A côrte portuguesa chegou a notícia dos gravíssimos acontecimentos que se desenrolavam no sul do Brasil. As mais eficazes providências foram imediatamente tomadas para reafirmar os direitos que se arrogava o soberano de Portugal e reforçar a persistente e irrevogável decisão de não abrir mão da Colônia.

Além dos recursos bélicos de toda ordem dirigidos para a Colônia, uma esquadra para destruir o poder naval espanhol no Prata, tropas em avultado número, víveres em quantidade, a côrte de Lisboa enviou um programa minucioso de ação que, integralmente executado, firmaria de modo indiscutível e terminante a soberania portuguesa na margem setentrional do imponente estuário do Prata.

Deixando de entrar em minúcias sobre as operações militares estipuladas, como sobre as que efetivamente se realizaram, por não ser nosso objetivo historiar o cerco e resistência da Colônia, passamos ao que representa real interesse para o nosso trabalho, isto é, aquilo que se relaciona diretamente com a fundação do presidio militar do Rio Grande.

* * *

O tino profissional, o vasto conhecimento do país que possuía Antonio Pedro, investido que estava no comando da praça desde 1722, com treze anos de exercício, a experiência

adquirida no contacto com as gentes castelhanas e seus chefes, ditaram-lhe além das sugestões já mencionadas, a seguinte:

“Que se formasse um corpo de paulistas mais ativos e capazes, divididos em dous corpos cruzando a campanha de Montevidéo e assim prendendo a guarnição dentro da praça e sem inquietar a Colonia”.

Indicava no mesmo documento, que é uma carta dirigida ao Conde de Sarzedas, governador da Capitania de São Paulo, Cristovão Pereira de Abreu para encarregado dessa ardua diligencia por entender o comandante de Sacramento ser o diligente sertanista “o mais capaz pela grande noticia da campanha e positivo conhecimento do gentio Tapes e Minuanos, que são os que causam a maior opressão e por si constituem grande número”.

Cristovão achava-se nas Minas Gerais quando lhe chegou a investidura da arriscada empresa: era serviço de relevancia para sua patria, aceitou e dispôs-se a executá-la.

III

Montevidéo e Rio Grande

São assaz eloquentes, para pôr em relevo a importância dada pelo govêrno de Lisboa ao que se passava no Rio da Prata, os trechos que vamos transcrever, da carta do Rei a Gomes Freire de Andrade.

“Pelo hiate que em 12 do corrente partiu dêste porto (Lisboa) mandei já participar-vos a resolução que havia tomado de não dissimular mais tempo as contínuas violencias com que meus vasallos são vexados pelos Espanhóis no Rio da Prata mandando a elas uma Esquadra de Naus de guerra para facilitar aos navios portugueses do comércio

a livre navegação do dito rio que o governador de Buenos Aires e o comandante do Registo pretendem embaraçar-lhe por ordem que dizem ter de sua Côrte sem embargo de ser na fórmula dos tratados indisputavelmente comum a ambas as Nações e juntamente para tomar satisfação das presas que tem feito em alguns dos ditos navios e socorrer a Colonia do Sacramento livrando-a do sitio ou bloqueio com que mostravam querer invadí-la os ditos governador e comandante conforme as noticias que proximamente se receberam, assim do Rio de Janeiro, como da Baía e Pernambuco, e pela cópia que com esta vos será entregue da Instrução que fui servido mandar dar ao Comandante da dita Esquadra o Capitão de Mar e Guerra Luiz de Abreu Prego ficareis entendendo as ordens que leva e o uso que deve fazer-se da dita Esquadra, segundo o estado em que as cousas do dito Rio da Prata se acharem, e os diferentes casos que devem figurar-se para se proceder com o devido acerto e conforme as minhas intenções em matéria de tanta ponderação, visto não permitir a distancia que se possam dar ordens mais positivas, e todas as que vão expressadas na dita instrução recebereis como parte desta para as executardes pelo que vos toca com o cuidado, e zêlo que merece a confiança que fiz de vossa capacidade, valor e prudencia, deixando no vosso arbitrio a última resolução do que se deve obrar como vereis da dita instrução”.

Um dos objetivos indicados no programa de operações era a ocupação de Montevidéo.

“A respeito da expedição de Montevidéo facilmente comprehendereis quanto é preciso emendar os êrros e desordens que houve na primeira e tomar mais justas medidas, para que por falta das prevenções necessárias se não malogre a ocasião ou depois de conseguida a expulsão dos espanhóis

seja preciso passar novamente pela indecência de abandonar segunda vez aquele posto, o qual tão bem sabereis quanto é importante, em todo o tempo, e muito mais no presente, e que indevidamente se introduziram nele os espanhóis sendo pertencente aos meus dominios”.

Tinha o governo segura intuição do valor da posse de Montevidéo e era essa operação a mais recomendada e objetivada. Uma outra tinha aspecto secundário e condicional, a ocupação da barra do Rio de São Pedro.

“Da mesma fôrma nomeareis outro official para ficar por governador no Rio Grande de São Pedro no caso que se execute o projéto desta nova colonia, e da fortaleza a qual deveis mandar levantar da parte do Sul no sitio que se julgar mais vantajoso, e para ela mandareis a artilharia, armas, barracas e mais munições e petrechos necessários, algum dinheiro miudo para pagamento dos officiaes que trabalharem na obra, um engenheiro para assistir a ella e dous religiosos barbadinhos dos que se acham no Rio de Janeiro, e na falta destes quaisquer outros sacerdotes de vida exemplar que possam celebrar Missa e administrar os sacramentos aos novos povoadores aos quaes mandareis também prover de instrumentos que se vos remetem para cortar e lavrar madeiras, mover terra, mantar gado e cultivar os campos, como também das sementes necessárias para a dita cultura e de víveres e de tudo que se julgar preciso para o estabelecimento de uma nova colonia, segundo as informações que podereis adquirir de pessoas práticas”.

* * *

Bem conhecidas eram as difficuldades que defrontavam os bravos lutadores da Colonia. Sabia perfeitamente o governo que a occupação de Montevidéo estava dependendo de

circunstâncias arriscadas, e, numa sábia previsão, todas as cousas foram arranjadas de modo a não periclitarem o brio militar e nem se perderem os frutos da arrojada expedição que salvaria a Colônia e a doutrina política de Portugal.

Recomendava o Rei especificadamente a cada um dos chefes o maximo esforço pela conquista da posição de Montevideo, cuidadosamente preparada, e concitava a todos os expedicionários, nas pessoas dos comandantes, á maior união e convergencia para essa operação.

O comandante da Esquadra foi o Coronel Luiz de Abreu Prego e as operações de terra ficaram sob a chefia do Brigadeiro José da Silva Paes.

Não quiseram os destinos que os desejos de D. João V fossem satisfeitos. As mesmas causas que se fizeram sentir em 1723, redundando no fracasso da expedição do Coronel Freitas da Fonseca, reproduziram-se em 1736. As divergencias brotaram bem depressa. Os dous comandos independentes e de igual hierarquia, comando em terra e comando de mar, originaram as desavenças. As condições de tempo e as dificuldades da navegação do Prata somaram-se para arruinar o admiravel plano traçado pelo govêrno.

IV

O BRIGADEIRO JOSE' DA SILVA PAES

Em Janeiro de 1735 fez-se uma grande mutação nos altos postos da governança do Brasil.

Voltou para a Metrópole o Conde de Sabugosa que exercia as funções de Vice-Rei do Estado, na Baía, e para substituí-lo foi mandado de Minas Gerais o Conde das Galvêas, passando para seu lugar o sobrinho, aquêle notavel estadista que se chamou Gomes Freire de Andrade, Capitão General, mais tarde Conde de Bobadella e personalidade que relevantes serviços prestou ao Rio Grande durante seus govêrnos e especialmente quando, por muitos anos esteve em nossa terra, como chefe da Comissão de Limites com a Espanha.

Gomes Freire era o Governador do Rio de Janeiro; seu substituto interino foi o Brigadeiro José da Silva Paes, brilhante engenheiro e oficial do Exército português, que recebeu a sua elevação ao generalato com a ordem de embarcar imediatamente para o Brasil.

A 2 de Março seguinte entrava a barra do Rio de Janeiro a fragata **Nossa Senhora das Ondas**, trazendo a seu bordo o Brigadeiro Paes, que embarcara em Lisboa aos 5 de Janeiro.

O termo de homenagem em que assumia êle a posse do novo cargo está incluído á página 57 do vol. VIII das Publicações do Arquivo Nacional e foi lavrado no dia 12 do mesmo mês de Março de 1735.

Se o Brigadeiro fôsse uma individualidade da época atual seria classificado pelos seus analistas como dotado de uma natureza dinâmica, isto é, um homem de largo descortino, rapidez de ação e energia de movimentos.

Mal assumira êle o govêrno do Rio de Janeiro quando recebeu a notícia de que um navio holandês, em atitude duvidosa, aportára á Ilha de Santa Catarina. Em 24 horas fez o Brigadeiro aparelhar a fragata em que êle próprio viêra e que estava desprevenida para fazer-se novamente ao mar e despachou-a para o Sul a tomar contas ao barco suspeito.

A partida da **N. S. das Ondas** se fez a 19 de Março e a 13 de Abril ela reentrava na Guanabara, havendo o holandês abandonado as águas catarinenses sem comerciar e sem ato algum hostil.

Atento ao Rio da Prata tratou logo Paes de enviar os recrutas que poude ir colhendo, de sorte que até Julho já havia remetido mais de sessenta homens para engrossar a guarnição da Colonia.

Por essa época chegaram alarmantes notícias da Europa. Estavam as duas nações da península Ibérica na iminencia de guerra pelo desacato que sofrera o representante português em Madrid. Portugal preparava-se para levar ao extremo as suas reclamações e concentrava os seus soldados na pre-

visão da guerra: a Espanha não se mostrava disposta a ir tão longe.

Começa para o novo governador um período de infatigável atividade. Organizou logo o artilhamento da ilha das Cobras, passando para ela os canhões de Gragoatá e Boa Viagem, elevando a 37 o número de bôcas de fogo da fortaleza que era a chave da defesa da cidade, dobrando a sua eficiência, pois tinha antes sómente 19 peças.

O número de soldados dos terços de linha foi imediatamente elevado ao seu efetivo completo e chamados ao serviço os terços auxiliares; levantou duas companhias de artilharia com 200 homens cada uma, criou depósitos de pólvora na Conceição e em Santa Cruz; preparou armazéns de abastecimento para três meses, pôs em atividade todos os elementos e recursos indispensáveis para a eventual defesa do Rio e do Estado do Brasil.

Estendendo mais a sua ação mandou dinheiro para que Antonio Pedro pudesse reparar as obras defensivas da praça da Colonia, além dos materiais e soldados que lhe havia despachado.

Para São Paulo enviou a pólvora que ali era insuficiente e recomendou para Pernambuco as precauções imperiosas á sua própria conservação.

Mandou construir barcas nos rios Paraíba e Paraíba na previsão de ter de passar tropas de cavalaria vindas de Minas para o Rio, onde 600 homens estavam em plena faina na expectativa de preparar a resistencia a possíveis investidas dos castelhanos.

Até o abastecimento d'água na capital foi objeto de seus cuidados, mandando reparar os encanamentos da Carioca, muito danificados pelo abandono.

Para atender, em caso de necessidade, os serviços de emergência alistou todos os escravos do Rio de Janeiro e os dividiu em companhias de trabalhadores.

Vê-se de um tal conjunto de providencias a inteligência penetrante, o espírito de organização, a atividade creadora do eminente general. Essas características persistiriam durante o tempo em que elle esteve á testa do govêrno, prosse-

guindo incansavelmente a série de medidas que ia julgando propícias para a garantia da praça e dos habitantes do Rio de Janeiro, como se pôde verificar de sua volumosa correspondencia existente no Arquivo Nacional.

Além das várias medidas já referidas, executou outras que julgamos oportuno mencionar. Melhorou as estradas de acesso ao Rio, vindas do interior e estudou a conveniencia de trazer para perto da capital o Regimento de Dragões de Minas, na previsão de um desembarque de inimigos; procedeu a reparações nas fortalezas de Villegaignon, São João e Santa Cruz, onde mandou construir uma cisterna, o que não havia, paiões e armazens em todas elas.

Elevando os efetivos das tropas em armas foi indispensavel cuidar dos aquartelamentos e disso se ocupou. Tantos trabalhos feitos sob sua superintendencia immediata exigiram o emprêgo de 200 homens que entraram em atividade em Outubro de 1735, não sendo maior o seu número por falta de ferramentas.

* * *

Não tardou muito que chegassem ao conhecimento do Brigadeiro as notícias do arremesso de D. Miguel Salcedo contra a Colonia do Sacramento onde se iniciara o sitio no mês de Outubro de 1735.

Silva Paes encontrou-se em circunstâncias difíceis. Não desaparecera o perigo para a sua capital pois, embora houvesse noticia de que a côrte de Espanha não se julgava em condições de abrir guerra com Portugal, provavelmente devido á attitude da Inglaterra e Holanda que apoiavam aquele reino, nada impedia que um golpe inopinado fôsse desfechado contra o Rio de Janeiro, como o que se vinha de fazer em plena paz, contra a pobre Colonia.

Esta insistia por socorros que só seriam enviados com o desfalque dos recursos defensivos do Rio de Janeiro. Diante de tão complexa situação voltou-se Paes para Gomes Freire, governador efetivo e árbitro da situação, que decidiu com a sua larga sabedoria e experiência, — era preciso mandar urgentemente o socorro pedido por Antonio Pedro. Assim se fez.

Gomes Freire sabia o alto valor militar e político que representava a posse da disputada fortaleza defronte de Buenos Aires. Era a honra de seu soberano, a glória de seus soldados, o futuro do Brasil que se discutia em torno das frageis trincheiras da cidade do Sacramento.

* * *

O Brigadeiro, desaparecidas as apreensões da dúvida, entrou a desdobrar-se em trabalho. Seguiu logo a 16 de Dezembro o primeiro socorro e em Março uma outra frota levava o segundo socorro, mais eficiente. Por último, ocorreu o que expusemos no começo dêste estudo: o govêrno de Lisboa mandou uma forte esquadra decidir as velhas contendas do Prata, com as instruções a que já longamente nos referimos. Nessa esquadra passou para o teatro das operações o Brigadeiro José da Silva Paes, no caráter de comandante das tropas de desembarque.

Realizava assim o seu desejo.

Escrevendo a Antonio Pedro em 31 de Janeiro, dizia:

“Bem sei que já se me fazia carga de eu não ter socorrido essa Praça, porém já se desengana-ram que nunca a Colonia foi tão prontamente socorrida, nem com mão tão larga como eu tenho feito, e todos confessam, e esteja V. S. na certeza que se ainda continuar o sitio depois de chegadas as frotas a êste Porto, irei eu mesmo com as naus de guerra e mais duas ou três que armarei por o mesmo aliviar êsse Presidio por uma vez levando daqui forças não só que os obrigue a levantar se- não ainda de lhe fazermos alguma conquista pois terei um grande desvanecimento que independente das forças da Europa possamos conseguir esta ação gloriôsa e fio da constancia de V. S. e da sua gran-

de capacidade será só o que baste para se dever a sua grande disposição todas estas vantagens". (3)

Ao despachar o segundo socorro para a Colonia tornava a escrever nestes termos ao Governador da Praça:

"A mim só me fica o pezar de não ser o mesmo que conduzisse êste socorro e fôsse testemunhar as heroicas ações do seu procedimento". (3)

Dias antes exprimira Paes os mesmos desejos em carta de 3 de Fevereiro de 1736, a Gomes Freire:

"... e se não fôra a restrição das ordens que temos e V. Exa. podesse se recolher ao seu Govêrno achando-me aquí inutil, estimaria muito passar áquelas partes donde procuraria fazer algum serviço". (3)

As dificuldades que embaraçaram o êxito das operações foram imensas. A cada fracasso experimentado correspondia uma nova iniciativa para recuperar o tempo e o terreno perdidos.

Executor fidelissimo das ordens reais, reafirmadas em todas oportunidades pelo emérito e incansavel Gomes Freire, as duas figuras se completavam. O Capitão General, na transmissão segura e inteligente de ordens, providencias e planos, Paes na iniciativa, na execução e completo ajustamento ao que tão sabiamente fôra assentado pelo govêrno, pelo General e por êle, pois que o perfeito plano de ação portuguesa só poderia ser baseado sôbre dados, informações, elementos colhidos no Rio de Janeiro e enviados para a Côrte de Lisboa.

José da Silva Paes, chegado defronte de Montevidéo foi pessoalmente e com risco de sua segurança reconhecer a praça e as possibilidades de investi-la. Tudo se concluiu para que nem sequer se experimentasse a operação.

(3) Livro VI da Col. 84 do Arquivo Nacional.

Na sua febril impaciência pensou e procurou convencer o Coronel Abreu Prego da conveniência de atacar as naus castelhanas, abrigadas pelos bancos da fóz do Prata, defronte do porto de Buenos Aires: em vão.

Passou o Brigadeiro para a Colonia e aí, verificando a passividade com que se desenrolavam as operações da defesa, conseguiu incentivar os movimentos, indo até aos acampamentos dos sitiantes levar-lhes vigorosos ataques, dos quais auferiu a guarnição sitiada positivas vantagens e mais conseguiria se não fôra a incapacidade de um subordinado incumbido de importante sortida em que se portou desastradamente.

Aliviada pela sua energica attitude a praça da Colonia, o Brigadeiro cogita logo de uma operação riscosissima, — um desembarque em Buenos Aires e o incendio da cidade. Reconhecida a impraticabilidade de uma tal tentativa, o irrefreavel espírito de Silva Paes engendrou e tentou realizar o engarrafamento das fragatas espanholas, atulhando com embarcações cheias de pedras o canal por onde elas poderiam sair para hostilizar a esquadra e a praça, libertando desta fórma os movimentos dos navios de Abreu Prego.

As condições hidrográficas do canal não propiciavam a operação que nunca atingiria seus propósitos.

Infatigavel e irredutivel quis êle ainda realizar um novo esforço, — atacar uma audaz fragata espanhola que, afrontando a esquadra portuguesa, havia penetrado no porto de Montevidéo e se abrigara sob as baterias da praça.

Arrostando quaisquer obices e contando invariavelmente com a resistencia de todos os auxiliares aos seus reincidentes projéto, onde visava alcançar a supremacia para as armas portuguesas, ainda desta vez, foi o Brigadeiro vencido pela passividade dos que deviam ser os seus melhores colaboradores.

Esgotou-se-lhe a paciência, porém não o ânimo empreendedor e a compreensão de sua taréfa. Passou então a Maldonado onde procedeu a um minucioso reconhecimento para aí estabelecer o posto que se visara em Montevidéo. A terra lhe foi hostil: não havia água, nem lenha que permitissem a instalação de uma guarnição militar.

Nada mais havia a fazer no Rio da Prata. O Rio Grande passou a ser o seu objetivo daí por diante.

V

A POSSE DO RIO GRANDE

Foi êsse bravo e inegualavel chefe o homem que vimos desembarcar na praia sul do Rio Grande a 19 de Fevereiro de 1737, com a sua tropa.

Era a derradeira missão das que recomendara o Rei. Nem por ser a última e nem por ser secundária era menos importante aos olhos do govêrno.

É o que acentua a carta de 17 de Abril de 1736, escrita por D. João V ao General Gomes Freire quando lhe adverte “ponha em execução o projéto de povoação do Rio de S. Pedro ainda mesmo que nada deva intentar contra os castelhanos.” (4)

O empenho da côrte pela occupação do Rio Grande se reflete na carta que o mesmo Gomes Freire dirigiu ao Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, que viêra de Lisboa para o posto de comandante do presidio de Montevidéo, em 24 de Outubro do citado ano, onde se diz: “não percamos tempo sem operar, passem as tropas de desembarque ao Rio de S. Pedro para formar a fortaleza por que algum accidente ou a paz nos não embarace a construção dela, e como dizem que as guarnições se diminuem pelas doenças vou as reforçando e o continuarei nas naus que se seguirem até o número de 300 ou 400 homens, pois espero 200 de Pernambuco, além dos que trouxerem de sua guarnição as naus de Lisboa que passarem a êsses mares e se a necessidade o pedir irão todos os mais que se entenderem precisos sem reserva para o que vou continuando a recrutar quanto posso”.

Justifica-se o interêsse português. Além da consagração da política de soberania na margem setentrional do Prata auferia Portugal o dominio de uma imensa superfície terri-

(4) Pg. 44 do Tomo 32 da Rev. do Instituto Histórico Brasileiro.

torial e ficava com o pé nas portas da Colonia de onde tirava grandes vantagens no comércio clandestino com os subditos de Espanha. Era a introdução das mercadorias trazidas pelos navios portugueses para a Colonia e negociadas nas terras castelhanas a troco da prata do Perú; era o regresso das embarcações atestadas da courama comprada; era a esperança de encontrar algum dia nas terras ainda não devassadas novos tesouros auríferos.

Soldava-se um novo elo na corrente Laguna-Sacramento. A cadeia com tais extremos se consolidaria com mais um reforço intermediário e se constituiria gradativamente de Laguna, Viamão, S. Pedro, S. Miguel, Maldonado e Montevideo para atingir o outro extremo — a Colonia do Sacramento.

Entre êsses robustos elos se encadeariam outros menores, porém integrantes da vigorosa corrente, — as estancias que se semeariam ao longo da linha e as já existentes, como as de Magalhães, de Francisco Xavier, de Gonçalves Ribeiro, de Cristovão Pereira, de Francisco Faria, de Cosme da Silveira e outros, as quais justificaram a negativa do Rei ao pedido de Brito Peixoto para que lhe fôsse feita uma generosa doação de terras em paga dos relevantes serviços que prestara, quando, primeiro entre todos e á própria custa reconhecera, explorara e fizera povoar para a corôa portuguesa aquelas desertas campinas, cochilhas e areais.

Acrescente-se ainda que, de outra parte, já era avultado o comércio de tropas dos animais que, oriundos da campanha uruguaia e riograndense (hoje), percorriam a margem do Atlântico e subiam pela estrada do Araranguá em busca dos mercados de Curitiba, São Paulo e Minas Gerais.

Havia ainda as **arreiadas** ou as entradas dos lagunistas para levantar os gados das **vacarias**, arreiadas que eram a origem dos rebanhos que começavam a incrementar as estancias que se iam espalhando nas lombas do Viamão e nos vargedos do Tramandaí e forte chamariz para os que em aventuras mais ou menos arriscadas quisessem ganhar terras faceis, bens e prosperidade segura.

É evidente que eram todas razões palpaveis para acon-

selhar os governos, o da metropole e os da colonia a se interessarem pela posse das imensas e desertas campanhas do Continente de São Pedro do Rio Grande.

* * *

Foi a 10 de Fevereiro de 1737 que os navios de Silva Paes abandonaram as águas do Rio da Prata, demandando a almejada barra do Rio Grande, mais almejada do que nunca naquello momento, por circunstância importante de que trataremos em tempo.

Quando em sua passagem para o Prata, de Santa Catharina, tivera o Brigadeiro o cuidado de fazer sondar a entrada do Rio Grande, como o consigna carta que lhe escreveu Gomes Freire a 25 de Agosto de 1736, louvando largamente a iniciativa, o que não pôde hoje surpreender, dado o conhecimento que agora temos das raras qualidades de comando do illustre chefe.

Seis navios constituíam a frota que trouxe para a fundação do presidio o contingente de 410 homens dirigidos por Paes ⁽⁵⁾.

Falam os historiadores em sete navios. Sete devem ter saído de Maldonado, entrando seis no Rio Grande e indo o último para o Rio a levar noticias e retirantes da Colonia.

(5) Há uma certa dúbida sobre os navios dessa frota. Foram elles, pelo que pudemos depreender:

Galera **Leão Dourado**, sob a invocação de N. S. de Nazaret, Capitão Pedro Siqueira de Abreu conduzindo o Brigadeiro e seu sequito: entrou a barra a 19 de Fevereiro.

Galera **Bonita**, sob a invocação de N. S. das Mercês, comandante o Capitão de Mar e Guerra, Antonio Carvalho da Silva. Também entrada na mesma data. Saíu a barra em Março, levando a carta de 12 dêsse mês para Gomes Freire, no Rio de Janeiro.

Bergantim **Bicha Cadela**, invocação de N. S. da Piedade, tendo como mestre Antonio Ferreira de Carvalho. Saíu do Rio Grande em Abril levando a carta para Gomes Freire, de 12 dêsse mês.

Balandra d'El-Rei **N. S. da Conceição**, que saíu logo a barra para levar o aviso da passagem das fragatas espanholas que estiveram na ilha de Santa Catharina e regressou ao pôrto do Rio Grande a 4 de Abril.

O temperamento de Silva Paes não lhe permitia vagares e mal desembarcava tratou imediatamente de examinar a situação que encontrava.

Estava acampado no local o Coronel Cristovão Pereira de Abreu com os seus 160 a 180 homens, trazidos desde São Paulo até ali e alistados para atender ao que fôra prescrito pelo Conde de Sarzedas e pedido de Antonio Pedro de Vasconcelos, isto é, levar uma diversão sôbre Montevidéo e a campanha, apavorando os indios, destruindo cavalhadas e gados de abastecimento e retendo os ocupantes daquele posto chumbados ás suas trincheiras.

Ao descer para o Rio Grande Cristovão esteve em entendimento com Paes ⁽⁶⁾ enquanto a esquadra de Abreu Prego se demorou na Ilha de Santa Catarina e provavelmente teriam sido assentadas as operações de marcha e avanço da diminuta força de Cristovão e ocupação da passagem do canal até ulterior deliberação, dependente do progresso que obtivessem as tropas de desembarque na empresa de Montevidéo e libertação da Colonia do Sacramento.

Paes declara na correspondência que não o acompanharam para dentro da barra a corvetinha e a galera do pôrto.

A corvetinha era a **S. Francisco Xavier** que a 9 de Abril do mesmo ano entrou pela barra, como cheio de alegria menciona Paes na sua carta de 12 acima citada.

A galera do pôrto era a **Santa Ana**. Ainda a 21 de Junho escreve o Brigadeiro:

“fazendo-me grande falta a que devia vir da ilha tanto das presas e da que trazia a galera Santa Ana como da que mandei comprar ao vigário; espero que melhore o tempo para que possa vir”.

O que fazia tamanha falta eram farinhas, como veremos em posterior capítulo.

Coruja afirma que a sumaca N. S. da Conceição estava no porto do Rio Grande quando entrou a esquadra de Paes. De fato. Esta embarcação fora enviada pelo Brigadeiro a Cristovão Pereira alguns dias antes para levar-lhe ordens e regressar carregando carnes para abastecimento da armada e em operações no Prata.

(Carta de Cristovão Pereira em 4 de Fevereiro de 1737 ao Conde de Sarzedas, existente no Arquivo Público de S. Paulo).

(6) Carta de 21 de Junho de 1737. Col. 84 do Arquivo Nacional.

Um fato é positivo: afóra do entendimento havido em Santa Catarina, Paes sabia que a situação de Cristovão devia ser precaria e não lhe permitiria passar além daquela ocupação, tanto que, ao desembarcar, antes de todos, o ajudante Pedro de Mattos, determinou a este que avançasse três leguas a dentro a encontrar a gente do Coronel paulista.

Em Maldonado tivera Paes um aviso alarmante: os castelhanos se preparavam para expelir de sua posição os homens que para alí trouxera Cristovão Pereira.

Efetivamente a tropa dos aventureiros ainda alí se conservava. Não pudera passar adiante: o receio de hostilidades dos Tapes, o exiguo número de homens que a compunha, a escassez de cavalos mansos deram causa a que ela se mantivesse simplesmente guardando a passagem sem correr os riscos de um avanço perigoso e inutil.

Haviam improvisado um entrincheiramento e se cobriam de possíveis investidas do inimigo com postos avançados no Arroio e no Estreito; tiveram mesmo um posto no rio S. Miguel, apesar de estar êsse rio á grande distancia de quarenta leguas da posição do grosso da tropa.

* * *

Cristovão Pereira era homem de grande atividade, diligente, conhecedor do terreno e do inimigo. Tinha sido tropeiro de gados por aquela paragem desde muitos anos. Combativo e bravo também.

Certa feita, menciona Simão Pereira de Sá na História da Colonia, inflingiu êle com oito companheiros, uma sévêra lição a um alferes castelhano que, com dez soldados havia lançado mão baixa sôbre sete carros e alguns escravos pertencentes a Cristovão, nos arredores da Colonia.

Não lhe tolerou a violencia o intrepido proprietario e saíndo rápidamente no encalço dos rapinantes, a força de espadas alcançou não só a restituição do que lhe pertencia como reduziu o chefe dos assaltantes a uma situação ridicula e humilhante.

VI

CURIOSOS DOCUMENTOS

Assentada a occupação militar do Rio Grande era indispensavel cogitar também de outras providencias no sentido de secundar a occupação e radicar povoadores na região incorporada.

Com tal objetivo registramos o Bando de 20 de Maio de 1736, do Conde de Sarzedas:

“outrosim toda a pessoa que quiser com a sua família ou por si povoar o Rio Grande de S. Pedro da mesma campanha desta parte lhe darei as sesmarias que pedir para se situarem e haverá as graças, liberdades, privilegios e isenções que são permitidas aos povoadores, no que tudo conseguirão grandes conveniências pelo muito que aquellas terras prometem, fazendo também serviço a Sua Majestade”.

* * *

Na correspondencia de Silva Paes, ainda no govêrno interino do Rio de Janeiro, com o Conde governador de S. Paulo se encontra a seguinte curiosa comunicação:

“Eu sei que o dito Governador (Antonio Pedro) mandou pedir a V. Exa. socorro e o mais eficaz (sendo certo o rompimento) é a hostilidade que se lhe póde fazer no Pampa, pelo Rio Grande buscando alguns paulistas aquele sertão e os lagunistas a hostilizarem aquella campanha roubando e regeitando os gados e cavalhadas: aquí me seguiram entraram já algumas tropas dos tais lagunistas a arrebanharem gados e cavalos, eu ainda lhe não dou todo o crédito sem aviso de V. Exa.

Agora mando esta lancha para o P. Capassi poder continuar as suas observações e vai armada.

de sorte que póde ser para ao menos se livrar de algum insulto, bom será que tenhamos do Rio Grande todas aquelas individuações que nos podem ser precisas e uteis para qualquer determinação ou operação.

Aquí me fez um homem de negócio êsse papel de que remeto a V. Exa. a cópia, êle se oferece a pôr lá dinheiros com que pague todos os gados e cavalladas que trouxerem para a parte do Norte e ainda de povoar aqueles distritos permitindo-se-lhe as honras que pede, eu já na frota dei conta a S. Mgde. e enquanto não chega a sua resolução se a V. Exa. lhe parece dar algumas leguas de terra de sesmaria a êsse sujeito para que êle possa ter onde possa apascentar os gados que comprar enquanto S. Mgde. não resolve, sempre com êsse engodo poderá ir fazendo grande serviço de passar os que puder de sorte que de qualquer modo fiquemos bem: V. Exa. ponderará esta materia e resolverá o que fôr mais acertado.

(Vol. 5 da Col. 84 do Arquivo Nacional).

* * *

Não menos interessante é o que se encerra na carta a Gomes Freire do mesmo Silva Paes e constante do Volume acima indicado.

“Chamei a Francisco dos Santos e a Gaspar de Caldas propondo-lhes o quererem mandar ao Rio Grande por sua conta algumas embarcações com gente e efeitos para haverem de comprar os gados que os lagunistas e os mais que nesta ocasião se interessarem em passá-lo para nossa parte, pois é sem dúvida que não havendo alí quem os compre para os animar a irem buscar mais, o não foram os que se empregarem naquela raçãoaria que é a guerra que se lhe póde fazer por aquele país e em

passarmos para as nossas terras 50.000 cabeças como pôde ser, se lhe faz uma grande hostilidade, êles me prometem preparar-se e outro mais para esta expedição se a V. Exa. parece entrarmos nela e o nosso amigo Fernando José é também um dos que querem ir com os seus negros e vêr se pôde fazer fortuna”.

.....
“As embarcações para o Rio Grande se vão preparando a toda pressa e sempre nos são uteis não só para por aquela parte se lhe fazer diversão (pois vai muita gente caso seja necessário) como para nos poderem vir os avisos do que lá se passa para assim tomarmos nossas medidas a tempo e com certeza; a Antonio Pedro lhe digo as encaminhe por essas partes na falta de embarcação”.

A despeito de todas essas perspectivas de enviar embarcações com gente em quantidade para levantar um número tão elevado de cabeças de gado na Pampa, em detrimento do inimigo, o fato é que dias depois o próprio Paes escrevia ao Vice-Rei “pelo que toca ao Rio Grande ainda até aquí não tem ido desta capitania áquela parte um só homem e os que fossem iriam instruidos e com termo de não fazerem a menor hostilidade”.

Por essa altura teriam chegado as notícias referidas na correspondencia a Antonio Pedro de que os castelhanos e Tapes se achavam no Rio Grande para embaraçarem a diversão projetada pelos portuguezes.

Arrefeceram os ânímos e desapareceram as aventuras. De positivo, de comprovado, o que se confirma é que só Cristovão Pereira com seus 160 companheiros passou para a região ao Sul do canal da barra e aí se conservou até o memoravel dia em que os navios do Brigadeiro José da Silva Paes fenderam com as suas proas as águas tranquilas do Rio Grande de São Pedro e vieram lançar em terra a primeira fundação militar lusitana, o presidio de Jesus Maria José.

Para terminar êste capítulo de documentos curiosos refletindo aspetos minúsculos dos empolgantes acontecimentos de tão memorável época vamos incluir uma admirável página de carta do Brigadeiro Paes a Gomes Freire e onde se fotografa a beleza moral de sua grande alma de homem superior, afetuoso, sincero, modesto, ao mesmo tempo que cheio de pundonor e inquebrantavelmente leal:

“Exmo. Snr. Meu amigo e meu senhor, não quero retardar a V. Exa. a alegre notícia da chegada do primeiro socorro á praça da nova Colonia que foi a 6 de Janeiro com aquele bom successo que entendendo expressará a V. Exa. o Governador Antonio Pedro na carta que lhe remeto e sem embargo de que V. Exa. me queira honrar nas que recebi ontem da mão de V. Exa. já em resposta da saída do segundo socorro querendo attribuir á minha actividade o que é só influencia das ordens de V. Exa. de quem eu sou um simples executor, a V. Exa. é que se deve toda a glória como primeiro movel e dessa é que reverbera em mim alguma parte e sou o que a festeja mais que todos pois ninguém ama mais a V. Exa. mais devéras do que eu, isto que digo aquí a V. Exa. o disse publicamente na fala dêste Govêrno e o direi em toda a parte que ainda que queiram alguns introduzir entre mim e V. Exa. sizania que perturbe esta boa harmonia háde reconhecer em mim não sou capaz de faltar áquella honra que professo nem a veneração que lhe devo”.

O Capitão General Gomes Freire de Andrade merecia essas demonstrações de dedicação e acatamento porquanto não lhe faltavam aquelas qualidades que também caracterizavam o seu substituto interino no Rio de Janeiro. Eram virtudes típicas daquelle grande homem o talento, o patriotismo, a energia, a capacidade de mando e administrativa,

qualidades que o tornaram a mais relevante personalidade que exerceu o governo nas terras brasileiras durante o regimen colonial.

* * *

As qualidades características dos dous preclaros chefes não impediram todavia que surgisse entre ambos um profundo agastamento, tendo como consequência o declinio da estrela de José da Silva Paes.

O Brigadeiro, empolgado pela administração do Rio Grande e conquista do território disputado á Espanha nas regiões do sul, demorou-se até Fevereiro de 1738 fóra do Rio de Janeiro. Voltando a essa cidade teve de assumir o governo da capitania na ausencia de Gomes Freire que se encontrava então nas Minas e acumulava o governo de São Paulo por haver falecido o Conde de Sarzedas. O Capitão General deixara-lhe instruções escritas sôbre a maneira por que se devia conduzir no exercicio das funções.

Sentindo-se melindrado escreveu Paes a Gomes Freire a carta que vamos transcrever integralmente:

“Exmo. Snr. Meu Senhor. Depois que despedi a parada que daqui saíu a 7 do corrente, vi com mais atenção (como devia) as instruções que V. Exa. deixou para haver de se continuar êste governo durante a sua ausencia, e acho ser preciso por na presença de V. Exa. algumas reflexões com o mais profundo respeito.

Quando V. Exa. tão dignamente passou a ocupar o governo das Minas, me deixou encarregado dêste conforme as reais ordens de S. Mgde., sem mais restrição, nem diminuição de honras que as que tinham tido todos os que o ocuparam em ausencias dos governadores proprietários, conforme as repetidas resoluções de S. Mgde. ficando ao arbitrio de V. Exa. a decisão daquelas matérias mais importantes, e as mais de que V. Exa. quisesse to-

mar conhecimento, em que me parece cumpri tão pontualmente como devia; e como sudito de V. Exa. (e tendo-me a alta compreensão de V. Exa. instruído no mais que eu devia obrar) tive por meio das acertadas disposições de V. Exa. esforçando-me a querê-lo de alguma fôrma imitar, — a felicidade de se aprovarem por S. Mgde. e pelo seu conselho todas as minhas disposições.

Quando V. Exa. baixou das Minas para continuar êste seu govêrno, por eu passar ao Rio da Prata, achou V. Exa. tudo o que aquí se tinha feito e obrado com acêrto e assim o fazia presente á nossa Côrte.

Durante o tempo da minha campanha obrei nela o que a V. Exa. é presente, e ao que pôde chegar a minha curta compreensão, e antes de S. Mgde. saber êste último e mais importante serviço que lhe fiz (deixando debaixo dos seus dominios um país tão pingue e abundante, não só para os seus vassallos, senão que promete mais vantagens que a Colonia e Montevidéo) me fez o mesmo Senhor a incomparavel honra de se dar por bem servido; persuado-me que pelas abonações de V. Exa. louvando-me o valor e zêlo com que tinha procedido e ordenado, como V. Exa. é presente, me recolhesse a esta capitania.

Vindo eu na firme esperança de que acharia em V. Exa. por todos os referidos motivos, duplicadas honras como costumam fazer aos novos conquistadores, pois todo o meu desvêlo se encaminha a aumentar o dominio do dito Senhor, e a minha debil reputação acho-a tão abatida no conceito de V. Exa. que justamente me considero indigno (e V. Exa., assim o dá a entender a todos nas suas instruções) de ocupar êste lugar; porque como êstes povos se compõem de mais gente barbara que política, e que reputam aos homens mais pelo que vêm, que pelo que discorrem, se persuadirão a que

concedendo-se agora menos honra que a que se me fazia antes de ser encarregado da expedição a que fui, obrei nela de sorte que devo ser reputado por menos de que então era; e esta ilação que o mais bruto caboclo poderá conjecturar pelo que vê, o discurrerá mais a fundo todo o militar, e ainda o mais civil desta cidade e capitánias, persuadindo-se a que V. Exa. por motivo oculto e justo, proceda nesta fórma para me castigar mais severamente: e como eu estava persuadido tinha feito na diligencia a que fui tudo quanto coube na minha possibilidade, e que Deus foi servido por altos juizos seus se pervertesse o projéto de surpreender Montevidéo, (que é o que me parece ser a pedra de escandalo), o que eu hoje julgo, (com os olhos mais abertos) por muito especial, como sustentarei e mostrarei se fôr necessário, me fica sendo mui sensível esta restrição de honras e jurisdição; e ainda, permita-me V. Exa. lhe diga, discorrem que, ou V. Exa. errou então quando mas concedeu (o que eu nunca me devo persuadir) ou agora há motivo particular para assim V. Exa. o mandar; e peço a V. Exa. como maior rendimento, me permita a honra de me dizer em que errei, ou que motivo há (pois eu nas suas cartas encontro mil louvores) para que, reconhecendo a minha culpa, se acaso a tenha cometido, sofra com mais paciencia o moderado castigo com que me trata.

Eu, meu senhor, estou muito conforme com todas as disposições de V. Exa. porque me fica menos do que dar conta: porém sou obrigado a dizer a V. Exa. pondere todas estas minhas reflexões porque sentirei obre o grande talento de V. Exa. comigo êste excesso, que lhe não fica bem, levado de errado conceito ou de sugestões, a que eu nunca quis dar ouvidos, nem darei; pois do meu afeto, de minha obrigação, de minha obediencia e do muito que venero a V. Exa. se não tenho

dado todas aquelas provas que bastem, é porque não chega a mais a minha curta compreensão.

Quando V. Exa. entenda, que ainda com esta restrição eu não saberei encaminhar o pouco que fica de fazer a êste govêrno, estou pronto a obedecer e seguir as ordens do Mestre de Campo e ainda de um tambor, quando estas possam ser mais uteis ao serviço de S. Mgde. ordenando-o V. Exa. assim pois prefiro êste a tudo quanto me possa tocar de atenção.

Fico pronto para obedecer a V. Exa. em tudo. Deus Guarde a V. Exa. por muitos anos. Rio de Janeiro, 14 de Março de 1738. Exmo. Snr. Gomes Freire de Andrade. — José da Silva Paes.

* * *

Para se ter idéia do estado de ânimo do Capitão-General Governador quando assim procedia com o seu honrado substituto, vamos transcrever o trecho de uma carta por êle escrita no ano anterior ao General comandante da Colonia em 29 de Maio, quando se discutia em volumosa correspondencia de todos os chefes, as responsabilidades pelo fracasso das operações projetadas no Rio da Prata.

“O cabo de esquadra e os mais prisioneiros fazem certa relação, e como antes sabiamos do miseravel estado em que Montevidéo estava quando chegou a nossa esquadra ao Rio da Prata, e o muito tempo que se conservou no mesmo, ouvindo-o acabei de persuadir-me do imperfeito exame que se fez com aquelas fortificações, e que ainda áquele tempo se podia muito bem e a salvo remediar a grande demora da ilha de Santa Catarina: a esta pretendeu José da Silva desculpar-se com que eu lho determinara nas minhas instruções e nas do Coronel do mar. Remeto a V. S. as cópias para que observe quanto os homens se con-

fundem quando pretendem dourar o seu desacerto. Agora do Rio Grande me repete que os oficiais do mar votaram só com 2.000 homens se podia atacar a fortaleza, e que êle o fizera com muito menos e se esqueceu que nas suas antecedentes contas declara só êle e o Mestre de Campo André Ribeiro entraram a enseada e examinaram tudo, e é quem exagera as grandes fortificações que se levantaram e as muitas e reguladas tropas que os inimigos tinham, que a esquadra estava distante, e com grande cuidado todos na sua demora, e de que assinara termo que se não podia atacar a fortaleza com menos força e o que é mais é que disputou com alguns oficiais por duvidarem assiná-lo, dizendo se declarasse votarem pelas suas informações seguras em que êle como professor, valoroso, ativo e ciênte haveria examinado tudo, e saberia escolher o mais próprio e o serviço de S. Mgde e que a resposta foi ser traídor quem votasse que com menos de 2.000 homens se podia intentar a empresa: o certo é que perdemos a melhor conjuntura do mundo e el-rei aquela praça que os inimigos a põem em seguro estado, e que êste êrro é igualmente sensível ao do primeiro estabelecimento, tão prevenido nas reais instruções de S. Mgde. chegando cada um dos que concorremos para esta empresa a pôr na sua real presença o que tem obrado: não sei quem terá a fortuna de se lhe declarar cumpro com a sua obrigação”.

Êstes documentos cotejados explicam nítidamente um fato indiscutível e de difícil compreensão. Porquê sôbre a notavel personalidade de José da Silva Paes, o conquistador das terras do Rio Grande para a corôa portuguesa, o fundador do presidio de Jesus Maria José pesa um tão estranhavel silêncio? Porquê durante tão largos anos a sua glória tem sido empanada e o seu nome não recebeu consagração acorde com os seus relevantes serviços?

E a resposta é esta: porque, após as amarguras e fadigas de sua afanosa atitude no Prata e no Continente de São Pedro, reservava-lhe o destino a ingratidão do chefe que o arvorou em “bode expiatório” de todas as culpas, as de Paes e as de todos os outros, a injustiça dêsse julgamento e a relegação para um posto apagado, enquanto continuava a subir a estrela de Gomes Freire, levando-o, aliás com justiça, ao apogeu da glória.

É da contingencia humana: a opinião dos contemporaneos teria de acompanhar o voto do poderoso Capitão General. O injusto conceito se corporificava e penetraria pelo tempo a dentro.

Aos que, agora, analisamos os acontecimentos sem a pressão dos preconceitos da época, fica o direito de estranhar uma sentença iniqua e o dever de reconstruir o pedestal de glória para o pioneiro da conquista e integração do Rio Grande na honrosa civilização lusitana que formou a nossa Patria, o Brasil estremecido.

* * *

Este indiscutível dissídio entre os dous eminentes generais, perfeitamente exposto na correspondencia acima, ofereceu margem a uma outra versão que julgamos interessante mencionar neste trabalho. Provem ela de uma pena de alta autoridade em história patria, o illustre Comandante Lucas Boiteux, de nossa marinha de guerra e encontramos-la no Almanaque Literario do Rio Grande do Sul, ano de 1915.

Vamos copiar integralmente a parte que trata das divergencias entre Gomes e Paes.

“O Brigadeiro José da Silva Paes havia sido mandado de Lisboa para restabelecer as fortificações antigas e erigir novas no Estado do Brasil e com ordem de substituir por ausência ou morte o governador Gomes Freire de Andrade.

Este desgostou-se com tal medida e tratou de afastá-lo de si sempre que poudes.

Em 1736 Silva Paes deu começo á fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio, e ao terminá-la mandou colocar na entrada uma inscrição em que calava o nome de Gomes Freire e memorava o dêle. Gomes Freire estomagado mandou substituí-la. Silva Paes, tomando interinamente o govêrno mandou de novo mudá-la por outra inscrição que satisfazia ao enfatuado orgulho de ambos.

Gomes Freire nomeou-o então para dirigir as operações contra Montevidéo, mas como chegasse tarde retrocedeu e fundou o presidio de S. Pedro.

Inquestionavelmente entre os generais lavrara uma funda e reciproca divergencia que dia a dia mais se agravava, como se conclue da correspondencia que trocaram após a carta de 15 de Março acima transcrita. O tom da resposta de Gomes Freire, em 25 do mesmo mês é acrimonioso, agressivo e deixa perceber claramente que lhe eram muito desagradaveis a pessoa do Brigadeiro e as suas atitudes.

Através de uma linguagem blandiciosa como a usada no tempo, se encontra na correspondencia grande número de trechos assaz ferinos como os que vamos transcrever, porquanto dêles se depreende a confirmação de que, outros motivos, além do malogro de Montevidéo, originaram a discordia dos chefes. E em tal caso porque não aceitar aquilo que a tradição transmite pelas palavras do Comandante Lucas Boiteux ?

“Deponha V. S. a desconfiança com que está e veja se executor da ordem de S. Mgde. que me parece talvez deixasse com mais restrição as suas instruções por conhecer que é culpado quem falta a prevenir tudo o que entende o fará responsavel. Declaro uma e muitas vezes a V. S. não tive nem tenho outro motivo que o de cumprir o que El-Rei me manda e se persuada que não é o caso de Montevidéo porque além de já não me tocar (como a V. S. disse) estando S. Mgde. satisfeito seria

sobra de exacção ou atrevimento meu o querer puní-lo.

Não duvido S. Mgde. mande a V. S. fazer as honras de conquistador antes me persuado que na frota será servido dar algum provimento sôbre êstes govêrnos tanto pelo que a V. S. já repeti como porque espero merecer a sua real clemência atenda às minhas representações mandando ou ordenando-me sucessores que remedeiem e emendem os êrros que nelas tem cometido a minha curta capacidade.

E si sem embargo do que tenho exposto V. S. se não satisfizer da legalidade com que obro continuo a rogar-lhe o represente a S. Mgde. cujas ordens cumprio e as suas reais determinações serão por mim obedecidas com aquela resignação e respeito que costume, e a V. S. **servirei com imutavel vontade.** Deus Guarde &”.

Estava lançada a partida. A **imutavel vontade** de Gomes Freire não tardou em revelar-se com a deportação de José da Silva Paes para o novo govêrno de Santa Catarina e Rio Grande onde ficou até 2 de Fevereiro de 1749, quando seguiu para Portugal.

Na luta entre o inquebrantavel Gomes Freire cheio de autoridade e crescente prestigio e o valoroso Silva Paes, tão devotado ao serviço de sua patria quanto o foi o rival, luta cujas causas parecem ter por origem razões personalissimas, a vitória seria do mais forte.

Também os grandes homens têm a fragilidade humana...

Esquecido muito embora, José da Silva Paes em nada se diminuiu e é justa reivindicação expôr êstes documentos á luz da História para que profira o voto de imenso reconhecimento que merece o fundador do presidio do Rio Grande.

VII

EXPANSÃO LUSA

A guerra prosseguia.

Ao erigir-se um nucleo de fortificação no Rio de São Pedro preparava-se uma base de partida para futuras operações militares que teriam como finalidade contrabalançar o poderoso apoio que para os castelhanos representava a massa de combatentes que ofereciam as Reduções Missionei-ras, com os seus milhares de soldados de cavalaria, e cujo objetivo seria invariavelmente o predomínio no territorio ad-jacente á Colonia do Sacramento e a margem do Prata.

Tal era a concepção de Silva Paes, decorrente de toda a sua correspondencia.

Gomes Freire, com a sua percuciente intelligencia, não formara outra idéia e o seu espirito vacilava ainda sôbre a maneira como devia encarar a recente instalação.

Êle que manobrava com a mais habil estrategia os ho-mens sob seu govêrno, como se fossem peças de xadrez, indicando a cada um os movimentos, as marchas, os ataques como se lhe parecessem autômatos e que se irritava quando êsse automatismo não se verificava, Gomes Freire persistia na convicção estreita do papel exclusivamente militar do novo pôrto.

“Pelo Rio Grande tudo quanto V. Exa. puder introduzir-lhe para que lhe façam diversão arrui-nando-lhe a Pampa e passando para a nossa parte a maior parte dos gados tanto melhor, sei que os lagunistas são próprios para estas hostilidades. V. Exa. os anime para que entrem e eu daquí mandarei alguma parte para que os ajudem”.

Carta de Silva Paes a Sarzedas em 23 de Ja-neiro de 1736.

“Ê certo que a diversão pelo Rio de S. Pedro é a mais util empresa que no estado presente se pôde executar por terra: esta será mais sensivel

aos inimigos formando-se logo por aquella parte um regimento de 500 ou 600 Dragões, cujo corpo S. Magde. manda levantar &”.

Carta de Gomes Freire a Antonio Pedro em 17 de Março de 1737.

O Capitão General estudava, apenas, como incluir no seu taboleiro aquele recanto de novas casas e perguntava candidamente a Silva Paes qual o interêsse que se podia tirar da posse do território que vinha de adjudicar. E a resposta do Brigadeiro é assaz eloquente, numa visão penetrante do valor daquelle trecho de terras.

“V. Exa. me pergunta que interêsse poderá ter S. Magde. dêste novo estabelecimento: e ainda que eu não possa dar inteira informação porque todo me emprego em segurar êste pôrto e sua guarnição por ora sempre me parece pôde dar mais que qualquer dos outros até êsse Rio por ser capaz a terra de dar admiraveis frutos, poderem-se estabelecer cortumes de toda a casta de couro e solas, que melhores que em outras partes aquí se curtem, proverem-se de muitos gados ás terras do norte, por se poderem ir buscar a êsses campos do Chuí para cá, que dentro de três dias se podem conduzir; de se fazer a quantidade de xarque, courema e peixe sêco e ainda por poderem aquí vir commerciar os castelhanos e introduzirem-nos com muita facilidade os cavalos que quisermos.

Também me seguram haverem minas nas cabeceiras dêste Rio Grande, porém isso necessita-se de maior averiguação e finalmente para a conservação da Colonia esta é a única porta por onde se lhe pôde introduzir socorro ou fazer diversão aos inimigos para a desassombrar.

O melhor meio de poder aquí haver cavalaria capaz de talar a campanha era o mandar vir da Colonia 150 ou 200 daqueles soldados já costumados a laçar e campear por outros tantos que se lhes

mandassem em seu lugar, pois aqueles são próprios para êste serviço, a que êste ainda não estão costumados, e é necessário anos ou muitos meses para que se façam: e como eu trago todos no trabalho não têm tempo para aquele exercício que aquí se faz muito violento, pois é andar sempre pela posta e por isso necessitam três a quatro cavalos para qualquer jornada cada pessoa”.

Carta de Paes a Gomes Freire em 21 de Junho de 1737.

Alguns dias mais tarde, em 20 de Agosto, insistia o Brigadeiro nas suas notícias sôbre o valor do território ocupado:

“E estou tão firme que o Rio Grande é tanto melhor para se conservar que Montevidéo, e ainda a Colonia (por ficar mistico ao nosso continente) que, se puzesse em questão, e fôsse preciso largar êste ou aquele presidio, votara se devia largar aquele por conservar e adiantar êste, pois daqui se podem tirar os mesmos interêsses que do outro, e para se conservar não necessita das enormes despesas que agora temos visto se fizeram para a Colonia, e ainda para a socorrer só daqui se póde formar o corpo que o possa fazer e ainda inquietar os inimigos, fazendo-lhe tal diversão que os obrigue a levantar o bloqueio ou perderem Montevidéo”.

Todas as cartas que citamos são copiadas da Col. 84 do Arquivo Nacional.

* * *

Qualquer dos dous generais encarou exclusivamente o aspecto immediato da posse e suas consequências mais próximas. O que se estava processando naquele ato rudimentar de levantar um reduto lusitano nas terras do Rio Grande, aumentado (dentro de poucos meses) com um posto avançado quarenta leguas mais para o Sul, em São Miguel, era uma formidável transformação social.

A humanidade marchava para os seus grandes destinos pelos seus caminhos ignotos e silenciosos...

A expansão iniciada por Silva Paes trazia em seu bojo as mais arrojadas consequências.

Mudava-se o cenário das ciclopicas façanhas que haviam realizado aqueles famosos bandeirantes que nas barrancas do Javari ou na gigantesca caudal do Amazonas, nas regiões inhospitas do Madeira ou nos pantanais do Paraguai, nas tumultuosas correntes do Paraná ou nas coxilhas e matas verdejantes de aquem Uruguai mostraram como se apaga com a mão de ferro da bravura indomita, uma linha divisoria traçada nos salões esplendorosos do Vaticano e como se marca limites a poder de braços armados pela vontade indomavel de crear uma patria grande, cada vez maior.

A expansão lusa mudou de cenário.

Os dous povos conquistadores iam de novo chocar-se numa pugna colossal que duraria, não o curto período de uma campanha, porém que sob feições multiplas e várias, entraria pelo tempo afóra por perto de dous séculos.

Nesse choque de duas correntes de civilização realizava-se profunda evolução. Não eram duas raças, duas nações que se degladiavam, porém um imenso laboratorio em que se preparava o futuro de um continente.

Era a forja das novas nacionalidades por surgirem.

A primeira consequência da fundação do Rio Grande foi **uma situação de fato** que acarretou a inanidade de tratados diplomaticos laboriosamente tecidos na Europa, enquanto a expansão se realizava, situação que obrigou a subordinação da política metropolitana aos interêsses primordiais da colonia do Brasil. Toda a ação diplomatica e política de Portugal teve daí por diante como objetivo a sustentação da conquista do Rio Grande e seu alastramento até atingir a margem do Uruguai, impossivel como se lhe tornou firmar-se no Prata.

Tratados, ajustes, guerras, política, administração, todos os elementos de govêrno passaram daí por diante a inspirarem-se e gerarem-se nesta doutrina única — progredir no Rio Grande.

E daí, o despertar das nacionalidades. São os povos da América que mantem o fogo da luta; sôbre êles pesam todos os sacrificios, a massa dos tributos para atender ás despesas das contendias, os êrros dos govêrnos incapazes, o preço invaluable do sangue.

Surge assim, insensivelmente, a consciência do valor de tanto esforço, a reação contra as extorsões, brota com a defesa dos próprios interêsses o germen da revolta. Revela-se a pouco e pouco o quadro das verdadeiras aspirações dos povos americanos, antagônicos com as doutrinas que os ati-ravam á luta em que se despedaçavam...

Do embate estupendo das duas civilizações levantam-se — admiravel consequência! — as novas nacionalidades, a Banda Oriental, as Provincias Entrerianas, a Confederação Argentina e o nosso Brasil, sacudindo todas o jugo colonial, proclamando-se soberanas e convertendo a América do Sul no que ela é: o Continente da Liberdade!

* * *

A ocupação do canal do Rio Grande abre um ciclo empolgante de transformações políticas e sociais.

Nem Gomes Freire, nem Silva Paes as podiam vislumbrar. É que as revoluções não entravam nas previsões daqueles tempos de Majestades e de súditos humildes: demais, êsses profundos abalos da humanidade obedecem a causas estranhas á vontade e poder dos que governam e os seus processos escapam á nossa intelligencia.

Não há o que surpreender em que os dous homens de Estado, tão habéis e superiores, só houvessem percebido a exterioridade do fenômeno que se preparava e não tivessem atingido as suas portentosas consequências.

Chefes militares viam o problema sob êsse aspecto: homens de govêrno apalpavam as possibilidades econômicas.

Como poderiam penetrar futuro a dentro e predizer que do choque das duas formidaveis correntes expansionistas, uma que crescia na direção do Prata e do Uruguai e outra que resistia procurando atingir o Atlântico e Santa Catarina, re-

sultariam essas soberbas creações que são o Uruguai, a Argentina e o Brasil, e neste, engastado como preciosa jóia, o nosso Rio Grande do Sul?

VIII

O MEIO FÍSICO

Sómente considerações de ordem militar preponderaram quando se escolheu a situação ao sul do canal do Rio Grande para o estabelecimento do presidio. O objetivo era assegurar a posse da passagem das terras continentais do norte na direção do Rio da Prata.

A essa exigencia insuperavel cederam todas as outras que poderiam ter influido na escolha da localização de uma base de expansão lusitana. O aspecto militar primava sobre todos.

Não havia um conhecimento integral do meio físico do Continente de São Pedro; as informações governamentais, porém, eram já suficientes para se saber que o interior do país não oferecia as condições precarias que se reuniam nos arredores da nova fortaleza.

Vamos transcrever a informação prestada em 1715 pelo Juiz e Câmara da Laguna em um requerimento de Manoel Gonçalves de Aguiar pedindo remuneração por serviços ao Rei. Este requerimento e suas informações estão mencionados no Vol. XXXIX dos Anais da Bibliotéca Nacional, de onde extraímos o que convem ao nosso assunto.

“No tocante o Rio Grande nos consta por varios moradores desta povoação como pelo povoador della o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto que cursara toda essa campanha do Rio Grande em tempo a que iam conquistar o gentio barbaro ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a America do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil sem que nelle mostre os milhões de moradores que tiver em si, pelas grandes e dilatadas cam-

panhas que tem e que da barra do dito Rio Grande para dentro poderá ter de comprido 50 ou 60 leguas de comprido pouco mais ou menos em que em partes se não vê terra de uma parte e outra com os mesmos climas acima nomeados ⁽⁷⁾ e com muitas mais conveniencias que poderá resultar a S. Magde. pelas muitas minas de prata e ouro que distam poucas leguas do dito Rio Grande as quaes senhoriavam os padres da Companhia castelhanos, com os gentios das aldeias, que pela distancia se verifica em toda verdade estarem nas terras de Portugal, juntamente a conveniencia do muito gado que hoje está actualmente pastando nas campanhas do dito Rio aonde vam beber emthé á barra da banda que corre a costa athé Maldonado e Montevideo, tanto assim que diz o dito Capitão mor e mais moradores que uma sumaca a vela dentro no Rio Grande pode ir matando gado que em tanta quantidade ha por aquellas partes, e o rio dentro capaz de andar qualquer nau de alto bordo á vela, como já em uma ocazião entrara no dito Rio Grande uma fragata corrida do tempo e somente tem a difficuldade a barra de não se conhecer do mar, por ser tudo terra raza e somente fazendo uma ou duas torres de uma banda e outra é que podia entrar qualquer embarcação na dita barra ou porto onde dizem que na costa, fora da barra, faz dous canaes para entrar um ao sueste, outro ao nordeste; no tocante aos mantimentos do Brasil e da Europa dizem que muito melhor se dão ahi que em nenhuma parte; de madeiras e pescado de toda casta se podiam carregar frotas.”

Além dos moradores da Laguna, os de Santa Catarina trouxeram também o seu atestado em favor de Manoel Gonçalves de Aguiar e nele se inclue a seguinte referencia ao Rio Grande:

(7) O clima de Portugal.

“Do Rio Grande também nos consta por termos andado nele e visto, ser capaz para acomodar muitos mil moradores, mas com muitas dificuldades, em razão da barra não estar sondada, nem se sabe por onde tem os canais e juntamente ser terra raza e sem torres que nela se façam, se não poderá buscar para entrar e se povoar pelo tempo adiante...”

* * *

Como referimos no Cap. I houve de parte do govêrno de Lisboa a preocupação de adquirir um perfeito conhecimento dos seus dominios do Brasil mandando para procederem ao levantamento de uma carta geográfica e á coleta de elementos científicos os dous padres que aqui tomaram a designação, agora historica, de padres matemáticos.

Em Janeiro de 1731 o P. Diogo Soares passou para a Colonia onde se demorou quasi um ano levantando a planta da praça, regressando ao Rio em 6 de Novembro e daí dirigindo-se a Minas Gerais no desempenho de sua missão científica. Recomendava Vahia Monteiro que passasse êle, ao regresso da Colonia, por Maldonado, boca do Rio Grande, Laguna e ilha de Santa Catarina.

Vamos encontrar o traço de interференça da missão geográfica em assuntos do Rio Grande sómente em 1735, quando Paes recomenda em carta de 29 de Outubro ao P. Capassi, então em Santos, cautela na sondagem do Rio Grande, que só poderia ser efetuada pela força, á vista do estado de guerra na Colonia do Sacramento, avisando-o também de que procurava enviar-lhe o lanchão que o padre solicitara.

A sondagem prevista não foi feita pelo especialista porém realizada por ordem de Silva Paes, quando passou com a Expedição do Rio da Prata em 1736, como já ficou dito.

Sómente no ano seguinte ao da fundação do Presidio aparece o nome do Padre matemático no Rio Grande.

Em carta dirigida por José da Silva Paes a André Ribeiro Coutinho encontra-se a seguinte muito curiosa informação:

“Vai o Roupeta com toda a sua casa e mais três casais com muita família e breve irão mais. Este homem como V. S. sabe é muito esperto e pode em companhia de Barbuda tirarem o mapa de todo o Reconcavo do Rio Grande e ainda de examina-rem a contracosta da Lagôa Mirim, parece que depois do Barbuda ter feito aí as mais diligencias que V. S. julgar precisas lhe encarregue também esta com algumas pessoas práticas para se saber o que isso é que até agora está em confuso para que S. Magde. saiba o que tem nesse Dominio. Este Roupeta me pede o recomende a V. S. para que lhe dê sitios da parte do norte e do sul para fazer suas estancias pois leva escravos para tudo e quanto mais se povoar um e outro distrito tanto melhor para essa subsistencia.”

Carta de 29 de Abril de 1738, escrita do Rio de Janeiro. (Col. 84 do Arquivo Nac.)

De Barbuda sabemos que era a pessoa por quem Silva Paes se interessava junto a Gomes Freire em carta de 15 de Abril de 1737, pedindo uma patente de Ajudante para êle.

Gomes Freire respondia que logo que S. Magde. resolvesse os officiais que devem ficar no Regimento de Artilharia “cuidarei muito no preciso comodo que há de ter êsse official tanto pelo seu préstimo e o com que tem ajudado a V. S. como pela sua ciência e capacidade.”

Seu nome integral é Francisco Barbuda Maldonado.

Citam ainda os documentos que estudamos ter êle levantado um mapa hidrográfico do porto e do Rio Grande.

O Padre Diogo Soares era o Roupeta a que alude o Brigadeiro em sua carta a André Ribeiro. Estão registradas na Col. 84 do Arquivo Nacional duas cartas de Paes a êle dirigidas, na primeira das quais insinua-lhe a conveniencia de fazer o levantamento do reconcavo do Rio Grande e das cabeceiras do rio. A segunda é muito mais digna de relêvo pois nos mostra quão desconhecida era a importancia que para o futuro

do Brasil representava a esplendida conquista realizada pelo eminente Silva Paes. Vamos transcrever quasi toda ela, só deixando as cortezias iniciais e finais da epistola.

“Já V. Rvma. terá observado neste Pôrto o defeito das minhas obras e o imperfeito das minhas disposições como porém os meios eram tão limitados, e tão curto o meu talento era preciso que aquellas imperfeições correspondessem ao seu artifice e confesso nem sube fazer mais, nem discorrer melhor; V. Rma. com a sua costumada benevolencia terá dissimulado muita cousa e o Mestre de Campo André Ribeiro que se acha encarregado dêsse govêrno terá emendado muito.

Todos me seguram se tem aumentado muito essa povoação e confesso a V. Rvma. me dão um grande prazer semelhantes notícias porém queria dever a V. Rvma. me dissesse com toda a sinceridade o que lhe parece não só para o presente como para o futuro pois tem êsse estabelecimento muitos antagonistas.

O Coronel Diogo Osorio já o suponho nesse pôrto e achará V. Rvma. nesse camarada grandes virtudes e prendas para ser estimado não faltando estas no Mestre de Campo em quem V. Rvma. terá reconhecido um talento mui especial, V. Rvma. o tem tão distinto que saberá dar a cada o que lhe toca.

Diga V. Rvma. se tem dado princípio ás suas observações ou se tem passado ás cabeceiras dêsse grande rio donde entendo há muito e bom. V. Rvma. é pesquisador e não terá ocasião de adiantar as suas notícias.”

Entre os antagonistas aludidos deve ser contado o Capitão General que não se mostrava entusiasta do futuro da terra do Continente, em opposição a Silva Paes, que era verdadeira-

mente um enamorado do Rio Grande, convencido de que o futuro reservava a consagração de suas esperanças.

A situação estratégica do Rio Grande impôs a ubicação do Presidio. Todas as outras considerações foram superadas; as dificuldades decorrentes surgiram desde logo e impuseram sacrificios de toda ordem.

A fortificação foi feita sôbre a areia, lutando-se ainda com a falta dos recursos naturais, não havendo no local pedra nem madeiras. Experimentou-se fazer adobes com pouca segurança de êxito tratando-se de procurar alhures o barro proprio para sua fabricação.

O madeiramento para todas as construções teve de vir do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, com demoras sensiveis nos transportes e imensa despeza. Sómente as figueiras e as faxinas do local puderam ser utilizadas nas obras. A cal para argamassas teve de ser fabricada nas caieiras que Gomes Freire mandou instalar na Ilha Grande.

Finalmente as pastagens para cavalos da tropa e o gado do abastecimento eram também escassas.

“Enquanto aos pastos nunca a cavallhada de El-Rei deve estar desta parte porque ainda que se faça a obra e defesa do Estreito nunca desta para dentro há o pasto que baste para 600 cavalos, os quais devem estar da outra parte do rio, no rincão do Bojuru como já disse a V. Exa. donde estão as vacas e só tem aqui os precisos para o serviço diario porque só por esta e os de partes que é indispensavel que aqui andem com as vacas de que se deve comer é que êste rincão pode sustentar (pelo que vou experimentando) e tanto assim que, não podendo passar para a parte do norte as três mil vacas que quasi tenho pago ao Coronel e ao Capitão Francisco Pinto, por não dar o tempo jazigo (por desabrido) para sua passagem para a outra parte, mandei para o rincão da Torotama 1.400 cabeças, distante dos nossos passos três leguas, por ficar aí em bons pastos coberto da guarda avançada

mais de quinze leguas para que caso haja novidade se avise a tempo para se retirarem, pois assim mo aconselhou o coronel e os mais práticos dêste país porque querer conservar aqui era arruiná-los o que não era justo, deixando só o resto para o sustento diario.”

Carta de Paes a 21 de Junho para Gomes Freire.
(Col. 84 do Arquivo Nacional).

Escrevendo a um seu amigo no Rio de Janeiro, em Setembro de 1737, André Ribeiro Coutinho, o Coronel que fôra designado para o comando de Montevidéo e que viera para o Rio Grande substituir o Brigadeiro, nos fornece mais algumas informações sôbre as condições do Presidio, na época que logo se seguiu á sua fundação.

André era um epistolográfo interessante.. O estilo de suas cartas é fatigantemente prolixo, gongórico e porfiadamente erudito, buscando invariavelmente o autor pôr em evidência a sua larga cultura classica e os seus profundos conhecimentos de história, especialmente militar. Daí resulta que as suas cartas tomam um desenvolvimento excessivo envolvendo-se o assunto principal em uma superabundancia de argumentos e considerações pedantescas.

A carta que vamos citar responde a uma em que o amigo lhe pergunta o que é a terra do Rio Grande e o que poderia vir a ser. Segue-se a resposta:

“...e começando por onde V. M. acaba lhe digo que eu não posso responder a esta última parte da pergunta porque esta materia de futuro é tão alheia ao preconceito dos homens, que por isso só pedimos a Deus nos dê hoje o pão nosso de cada dia porque ninguém sabe o que será amanhã.”

O correspondente entra em uma dissertação alentada de argumentos da história e continua:

“Agora pelo que toca á primeira parte da pergunta do que é esta terra não tenho dúvida a responder porque é cousa que manipulo a seis meses.

A este país, meu senhor, tenho chamado a terra dos muitos e ouça V. M. a razão com toda verdade, porque aqui ha muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacum, muito laticinio, muito ananaz, muita courama, muita madeira, muito barro, muito balsamo, muita serra, muito lago e muito pantâno, no verão muita calma, muita mosca, muita motuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga, no inverno muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão e com todo o tempo muito trabalho, muita fachina, muito excelente ar, muito bôa agua, muita esperança, muita saúde para servir a V. M., pode produzir como já experimentamos muita balancia, muita abobora, muito legume, muita hortalica e porque com uma palavra diga o que mais importa a V. M. também há muita falta de tudo o mais para a vida e para o luxo; e como o que veio de baetas, tabaco, facas e chapéus e outras drogas por conta de El-Rei se tem feito um grosso avanço seis frascos de aguardente se vendem por onze mil réis, bebe o comprador dous e vende os outros por onze mil réis.

Vem mais guarnição, chegaram 200 e tantos indios e indias, chegaram casais e na terra não há mais que o que fica dito e para que V. M. veja a sua fertilidade sendo tudo areia medi uma cana de milho e achei 22 palmos, pesou-se um linguado tinha 19 libras, não vi princípios tão avultados em terra alguma nem a há mais salutifera, fecunda e forte."

A série de documentos que temos exposto neste capitulo póde dar-nos uma idéia do meio físico e das condições em que se passou a existencia dos primeiros ocupantes do Presidio do Rio Grande no ano inicial de seu estabelecimento.

IX

O DESEMBARQUE NO RIO GRANDE

Esteve iminente o malôgro da última e decisiva empresa que vinha diligenciar o perseverante Brigadeiro.

Partiu êle a 10 de Fevereiro ⁽⁸⁾ de Maldonado e conservou-se na travessia á barra do Rio Grande até 19, quando realizou o desembarque na margem sul do canal, no pôrto onde assistia a séde do comando de Cristóvão Pereira.

A 14 do mesmo mês levantavam ferro em Santa Catarina duas fragatas espanholas que viajavam em pé de guerra para socorrer as fôrças navais que defendiam a causa de sua nação no Rio da Prata. Por uma feliz casualidade as duas frotas não se avistaram.

Desde o dia 15 que a esquadilha de Silva Paes se achava defronte da barra. Nessa data se apartaram da flotilha de Paes dous navios que viajavam de conserva e que se destinavam ao Rio de Janeiro, onde fundearam a 16 de Março, conduzindo algumas famílias que se retiravam da Colonia do Sacramento.

Gomes Freire soube por seu intermedio da operação empreendida pelo Brigadeiro e foi informado de que o bom tempo então reinante permitiria, sem dúvida, um feliz desembarque no pôrto de destino.

O pessoal que acompanhou Paes nos cinco navios que entraram em o mesmo dia a barra era assim constituido:

Comandante — o Brigadeiro José da Silva Paes.

Comissario — Antonio de Noronha Camara.

Tesoureiro — Pedro Joaquim da Silva.

Ajudante do Tesoureiro — Manoel dos Santos Parreiras.

Ajudante da Expedição — Capitão Pedro de Mattos.

Capitães da tropa — João de Almeida e Souza (Rio de Janeiro).

⁽⁸⁾ Tem a data de 10 de Fevereiro, em Maldonado, a nomeação do P. Jeronimo Pereira para capelão do projetado presidio.

— Manoel do Valle Pereira (da Baía). ⁽⁹⁾

— João Caetano de Barros (da Baía).

Alferes — João Baptista Ferreira (Rio de Janeiro). ⁽¹⁰⁾

— Antonio de Moraes (Baía).

— Domingos Borges de Barros (Baía). ⁽¹¹⁾

7 sargentos.

90 infantes do Rio de Janeiro.

59 infantes da Baía.

37 dragões.

37 artilheiros

e diversos avulsos, ao todo 254 homens além de

5 marinheiros, algumas pessoas e escravos.

Entretanto Paes afirma em sua carta de 12 de Abril a Gomes Freire que sua expedição se compunha de 410 homens. E' que tendo partido Maldonado com oito navios, dous dêles, onde ia também tropa, não entraram a 19 de Fevereiro na barra do Rio Grande.

Na correspondencia da época são mencionados ainda os nomes do Capitão Francisco Muniz Barreto, do Capitão Antonio da Silva, ambos da Baía, e o do Capitão João Gomes de Campos, do Rio de Janeiro, como pertencentes á tropa que occupou o Rio Grande.

* * *

Chegando ao pôrto teria Silva Paes de consolidar, antes de tudo, a situação de Cristóvão Pereira.

Houvera, com justa razão, uma grande confiança na capacidade dêste chefe, porém fracos foram os elementos de que êle poude dispôr. A 24 de Janeiro escrevia Gomes Freire a Antonio Pedro:

⁽⁹⁾ Regressou á Baía quando Paes seguiu para o Rio de Janeiro, em Dezembro de 1737.

⁽¹⁰⁾ Comandante dos Dragões; seguiu logo enfermo para o Rio pela Bonita.

⁽¹¹⁾ Seguiu com o Brigadeiro em Dezembro para o Rio e daí para a Baía.

“Cristóvão Pereira me dá conta de avisar a V. S. e ao Brigadeiro José da Silva Paes se acha com 700 cavalos porém não chegam a 200 homens e que necessita mais 150 ou 200 homens os quais pedia e eu estimaria muito lhe tenham ido capazes e cientes na forma de servir de soldados de cavalos em êsse País para o que são inuteis os do Reino e de estas capitanias.”

E, na mesma data, escrevendo a Silva Paes, entra em mais detalhes, como se vai ver:

“Vai esta pelo hiate mandado fazer pelo Snr. Vice-Rei para servir em êsse Rio: (Prata) trouxe e leva o mantimento que consta da lista junta: eu resolvi passe pelo Rio Grande para diligenciar notícias de Cristóvão Pereira do qual recebi duas cartas que referem estar com 700 cavalos e 180 homens e despachar uma embarcação com aviso a V. S. para lhe mandar mais 150 ou 200, queira Deus lhe tenham ido e sejam dos soldados e paisanos da Colonia costumados a forma de se servirem da cavalaria pois dos nossos pouca utilidade poderemos tirar, mas como Antonio Pedro está tão zelador de sua guarnição fico no susto de que se balde todo o trabalho, indo homens que não saibam cousa alguma de cavalaria.”

Há ainda na correspondencia da época alusão a algum desgosto reinante entre os homens de Cristóvão por motivo de especulação que êle realizasse na venda dos gêneros de alimentação.

Todas estas circunstâncias ponderadas, e mais as que já expusemos em páginas anteriores, nos levam a concluir que Cristóvão Pereira se limitara a uma situação de expectativa, mantendo-se passivamente na guarda da passagem para o sul, maximé sabendo que os espanhóis haviam expedido

um forte contingente para embargar-lhe uma possível irrupção contra a praça de Montevidéo.

A tarefa do Brigadeiro era por consequência inteiramente nova. O seu objetivo bem assinalado, de fundar a fortaleza, implicaria a ocupação mais ampla de territorio na direção do Prata, vistas convergentes sôbre aquele cobiçado Montevidéo que garantiria as campanhas do Rio da Prata e firmaria a posse indiscutível da Colonia.

As operações militares continuavam e a manobra inculcada a Cristóvão Pereira, inviável até então, ia ser retomada, começando-se por organizar um forte ponto de apoio que seria a fortaleza do Rio Grande.

* * *

A atitude passiva de Cristóvão Pereira diminuira-lhe o valimento e embora fossem reconhecidos os seus serviços como relevantes, ficavam abaixo do que dêle se esperava. Confirma êsse asserto a seguinte carta que a êle dirigiu Gomes Freire, em 21 de Março de 1737. E' assaz significativo o laconismo empregado, quando a linguagem epistolar habitual se caracteriza por um estilo esparramado e superabundante.

“Senhor meu. Querendo dizer a V. M. mais do que agora posso me falta o tempo para a quantidade de materias que aqui ocorrem assaz em breve direi a V. M. a grande satisfação que eu tenho do bom serviço que V. M. tem feito a S. Magde, o que eu pus na sua real presença e creio há de atender ao requerimento de V. M. remunerando a fidelidade e zêlo com que o serve. O portador é o sargento-mor Manoel de Barros Guedes em cuja companhia continuará V. M. o serviço gostoso enquanto o Brigadeiro entender é útil a assistencia de V. M. nessa fortaleza.”

Obedecendo ao que lhe fôra determinado pelo Conde de Sarzedas, Cristóvão Pereira descera de São Paulo com um

certo número de companheiros e de passagem fôra aliciando outros mais. A 11 de Julho de 1736 chegou êle a Santa Catarina onde se demorou quatro dias. Ali teria combinado com o Brigadeiro, que o chamara para entendimento, as operações projetadas.

Aproveitou Cristóvão a demora para obter que os ferreiros da esquadra lhe fabricassem freios, esporas e lanças de que tinha grande falta e indispensaveis para o serviço a seu cargo.

Ao chegar ao Rio Grande, com êle estavam 160 a 180 homens que se localizaram no pôrto, ou passo, como lhe teria sido imposto, onde haviam feito trincheiras expeditas, cobertas a alguma distância por postos situados no Estreito e no Arroio, como veremos mais adiante.

Podemos afirmar que, passando por Viamão, conseguiu Cristóvão auxílio dos habitantes, vindo cooperar com êle Francisco Pinto Bandeira, Cosme da Silveira e Sebastião Francisco Chaves, cujos nomes aparecem nos acontecimentos da fundação do presidio e provavelmente outros até agora desconhecidos.

* * *

Ao desembarcar Silva Paes, não era de tranquillidade a situação encontrada. Ainda em Maldonado recebera de Antonio Pedro o aviso de que Salcedo se dispunha a mandar um corpo de quinhentos homens contrapor-se aos designios de Cristóvão Pereira e como uma tal operação punha em risco a última grande missão recomendada pelo Rei, resolveu o Brigadeiro ir imediatamente para o Rio Grande, onde não só reforçaria o coronel como evitaria o último descalabro, isto é, a perda do Rio Grande e portanto o desmoronamento de toda a obra de expansão lusitana que tantos, tão prolongados e ru- des sacrificios haviam custado até aquele extremo transe.

Desprezou Paes o conselho timorato de Antonio Pedro que lhe inculcava despachar uma embarcação para Cristóvão com a ordem de recolher-se logo para a Laguna abandonando tudo á simples ameaça do inimigo. Paes revela nesse gesto, ao buscar o ponto de maior perigo, as brilhantes qualidades de ini-

ciativa, bravura e decisão que são as características dos grandes generais.

De sua intrepida resolução resultou a fundação do Presídio, com todas as benéficas consequências que já tivemos oportunidade para assinalar em páginas anteriores.

Um tal aviso chegou ao conhecimento de Gomes Freire porquanto ainda a 17 de Março êle revela, em carta a Antonio Pedro, o receio de que Cristóvão Pereira fôsse forçado a deixar o pôrto perdendo os gados e cavalhadas que reunira.

* * *

Não teria tardado a chegar ao conhecimento do chefe da Expedição uma notícia impressionante: as fragatas espanholas, que haviam estado em Santa Catarina, alí deixaram desembarcados 200 homens.

Era uma gravíssima ameaça, talvez uma ocupação da ilha e Paes tratou de agir no sentido de atenuar-lhe as perigosas consequências.

Despachou logo uma embarcação, a balandra d'El-Rei "N. S. da Conceição", a única dêsse tipo que estava sob suas ordens e enchendo-a com lenha e carne que faltavam no abastecimento da esquadra, mandou aviso a Abreu Prego do que se passava em Santa Catarina, advertindo-o da conveniencia de ser pela esquadra assegurado o dominio da ilha com a expulsão dos invasores e derrota das fragatas, se fossem encontradas no mar.

Uma tal resolução foi tomada logo que Paes chegou ao Rio Grande, pois que em 4 de Abril já entrava de novo no pôrto o Bergantim do Matemático, como se vê da carta de 12 de Abril.

Na correspondencia de Paes veem frequentemente usadas as expressões — balandra e bergantim — para um mesmo tipo de embarcação, especialmente quando se refere á balandra de Guilherme Kelly, a que foi ao Rio de Janeiro levar o aviso do

sítio da Colonia, citando Paes a seu respeito ora a balandra real, ora o bergantim de S. Majestade. ⁽¹²⁾

Sendo escassissimas as embarcações pequenas capazes de afrontar a viagem e o mar no Prata, quando se prepararam os socórros que foram para a Colonia, não é provavel que se deixasse á disposição dos PP. matemáticos uma embarcação como a que se lhes preparara, maximé quando os trabalhos que a êles se incumbira no Rio Grande não poderiam ser empreendidos na época, tão arriscada era a travessia e perigosa a permanencia no Rio Grande, como o proprio Paes alvitra em carta ao P. Capassi, muito embora necessarias as informações sôbre aquela região para as operações militares.

Precisando-se mais do que dessas informações, de barcos para levar soldados e petrechos de guerra para o Prata, não poderia ficar inativa a lancha, balandra ou bergantim do Matemático, denominação multipla da mesma embarcação, a balandra “N. S. da Conceição”.

A carta de Paes ao Governador Gomes Freire, datada de 21 de Junho de 1737, expõe detalhadamente os motivos que levaram o Brigadeiro a corresponder-se com o comandante da esquadra do Prata naquela emergencia.

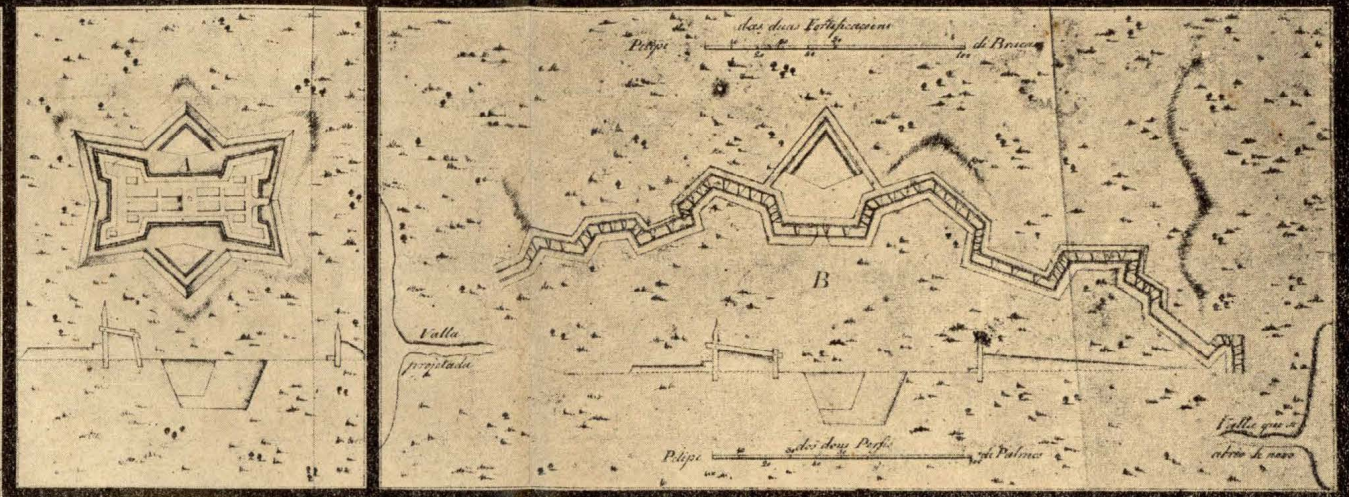
“Eu sou o primeiro que reconheço é preciso na ilha de Santa Catarina haja alguma fortificação, e quem a governe, e isso mesmo mandei dizer a Santos, pois é sem dúvida nos seria mui sensível o perdê-la, e êsse foi o principal motivo, porque quando soube tinham os castelhanos desembarcado 200 homens nela, não cri ao princípio fôsse verdadeiro o levantamento, ⁽¹³⁾ e só sim ficticio para

⁽¹²⁾ **Balandra** — Pequena embarcação chata e descoberta, empregada particularmente nos rios como transporte ou armada em corso.

Bergantim — Dava-se êste nome aos brigues antigos cuja armação era igual a dos modernos brigues com a diferença de terem vela grande redonda.

⁽¹³⁾ Estes 200 espanhóis rebelaram-se e abandonaram seus navios quando as fragatas estavam na ilha, o que apressou a sua retirada para evitar a propagação das deserções.

LAGOA DE MERIM



CARTA DE TODO O
TERRENO COMPREHENDIDO
DESDE A BARRA DO
RIO GRANDE DE S. PEDRO
A THE CASTILHOS PEQUENO QUE
CORRE ENTRE A COSTA DO MAR E
A LAGOA DE MERIM LEVANTADA
EM 1757.

EXPLICAÇÃO

- A Fortificação de São Maria do Rio.
- B Fortificação de E. de São.
- C Fortificação e porto de São.
- D Fortificação e porto de Mangueira.
- E Lagoa da Mangueira.
- F Barra do Rio Grande de S. Pedro.
- G Porto e Fortaleza de São.
- H Ilha de Maranhão.
- I Ilha.
- L Fortificação de São que está desaguando a Lagoa.
- M Barra da Lagoa de Merim.
- N Caminho de São para o Rio de São.
- O Caminho de São.
- P Porto para o mar de São.

Próprio da Carta de Lagoa.



com menos obstáculos se apoderarem da mesma ilha, o que sendo certo era preciso que as nossas naus imediatamente os viessem desalojar antes que êles formassem em terra baterias que cobrissem as mesmas naus, e fôsse mais difficil a sua recuperação, porque ao princípio seria facil de conseguir, e depois de cobertos e fortificados seriam necessarias muitas fôrças, e quando seguissem viagem ficando no Rio da Prata navios para que, caso se desencontrassem dos nossos, vindo-o podessem felizmente batê-los por lhes faltarem os que ficavam na dita ilha descontentes, e sem embargo que com efeito se desencontraram por irem pelo canal do sul, por donde os nossos nunca os esperaram, ainda que estivessem todos juntos lhes succederia o mesmo, &.”

X

AÇÃO DE SILVA PAES

Examinada imediatamente a posição do Rio Grande, com a sua esclarecida visão de experimentado engenheiro e soldado, Paes escolheu e iniciou a obra fundamental de defesa que seria a fortaleza do Pôrto.

Foi esta “um grande reduto de quatro baluartes (de estacaria e trincheiras) para meter dentro toda a guarnição.” Como postos avançados o do Estreito, o do Arroio e o da Mangueira, ⁽¹⁴⁾ provavelmente nos mesmos sitios onde Cristóvão Pereira, conhecedor perfeito do terreno, haveria estabelecido seus postos de cobertura.

O grande reduto foi levantado em local onde hoje assenta a cidade, como se infere da planta desenhada em 1737 e que inserimos neste livro. Nela se encontra também o traçado da obra inicial.

(14) Veja-se planta de pag.

Com a construção começam as tarefas exaustivas para o pequeno corpo de tropa que desembarcára. Tão duro, tão pesado foi o trabalho, repartido entre as fainas da obra e os serviços militares de vigilância, que o Brigadeiro menciona em sua correspondência a piedade que lhe inspiravam os sacrificios rudes que era obrigado a exigir de seus homens.

Não havia outro remédio...

As medidas tomadas por Silva Paes revelaram o seu firme propósito de fixar inabalavelmente o domínio de sua pátria naquele inhospito rincão de areias.

Primeiro, e nem decorrera um mês de seu desembarque, a organização do culto religioso que era naqueles tempos matéria de superlativa importância. Tendo trazido no seu sequito o Padre Jeronimo Ribeiro, já no dia 2 de Março se rezava no incipiente arraial a primeira missa, invocando-se Jesus, Maria e José para padroeiros do estabelecimento militar.

Depois o envio de João de Tavora, pessoa da absoluta confiança de Paes e que fôra prisioneiro dos espanhóis em Buenos Aires, para Santos, com a missão de estimular gente daquela cidade a vir se estabelecer na recente povoação bem como, afim de aliviar as fadigas para os soldados, trazer 200 famílias de índios de S. Paulo para empregá-los no trabalho das construções.

Organizando a vida administrativa do Continente fez Paes a nomeação de Sebastião Francisco Chaves, morador no Viamão, para Tenente de Ordenanças. Esta nomeação, lavrada a 12 de Março, induz a convicção de que Chaves fôsse um dos homens que acompanhavam Cristóvão.

Iniciava o Brigadeiro, com a criação das Ordenanças, a organização política da nova província administrativa e estabelecia a ligação dos primeiros povoadores do Viamão e estancias adjacentes com o governo militar do Presidio.

Devemos acentuar que o emprêgo da palavra presidio aplicada ao Rio Grande não significa, como modernamente ocorre, o local onde se guardam sentenciados, porém simplesmente um estabelecimento militar, um posto ocupado por soldados.

A 12 de Março saía barra fóra a galera “Bonita”, levando para o Rio de Janeiro as comunicações do que ia empreendendo no extremo sul o Brigadeiro.

A 4 de Abril chegava ao pôrto do Presidio o bergantim do Matemático. Este navio, que recebera tal designação por ser destinado ao serviço dos padres incumbidos do levantamento geográfico, procedia do Rio da Prata, onde fôra levar ao Coronel Abreu Prego a notícia de haverem chegado á ilha de Santa Catarina as duas fragatas espanholas que tanto fizeram arreceiar Gomes Freire pelo destino da flotilha de Silva Paes.

De bordo do bergantim desceram os padres barbonos, frei Anselmo e frei Afonso, que deviam ter acompanhado a Expedição para o Rio Grande. Estes frades, taxados de **petulantes** e **atrevidos** por se meterem em assuntos temporais, foram já em Julho do ano seguinte obrigados a deixar o Presidio onde a sua presença era perniciosa.

Atendendo á falta de carne e lenha nos navios sob o commando de Luiz Brederodes, pois que Abreu Prego deixára o Rio da Prata e seguira para Santa Catarina com a esquadra, mandou Paes o necessario socôrro pela balandra “N. S. da Conceição”.

Dous outros navios entraram a barra a 9 de Abril, o hiate da Baía e a corveta “S. Francisco Xavier”.

O hiate havia largado do Rio de Janeiro em fins de Janeiro, levando as ordens de Gomes Freire para que viessem da Colonia 150 a 200 homens aptos para a cavalaria afim de reforçarem o coronel Cristóvão Pereira na sua tentativa de talar a campanha. Tocando em Santa Catarina teria verificado a insubsistencia das ordens de que era portador, posto que a presença das fragatas castelhanas daria novo rumo ás operações da esquadra portuguesa e Silva Paes já se achava na empreza de ocupar a barra do Rio Grande.

A corveta viera na frota de Paes em Fevereiro, porém arribara a Santa Catarina. Os dous navios transportaram para o

incipiente posto o comissario da artilharia e seu ajudante, o capitão Antonio Mendes com 44 praças e os capitães Francisco Pereira Leal e Antonio Teixeira com 33 soldados e materiais de guerra pertencentes á Expedição.

A entrada da barra era objéto de grande pavor. Do alto mar era difficilima a sua observação pela uniformidade das terras baixas da costa desde Santa Marta até Castilhos. Todos sabemos que a navegação na barra continuou por quasi dous séculos a ser um dos mais angustiosos problemas de nossa terra. Só foi resolvido nas presidencias de Rodrigues Alves e Afonso Pena, merecendo estes notaveis estadistas a imperecível gratidão dos riograndenses.

Fomos mais felizes que os filhos da Laguna. Desde mais de duzentos anos, como se lê nos velhos documentos dos arquivos, que aquella gente reclama, como nós o faziamos, a remoção da gargalheira que a asfixia, com a desobstrução da barra de seu pôrto. Colonia, monarquia, republica, o Brasil ainda não poudé ou não quís resolver tal e tão justa aspiração!

Na carta levada pela galera "Bonita" pedira Paes que Gomes Freire lhe enviasse bandeiras de sinais para arvorar nos mastros que ia levantar da parte sul e norte da barra afimde facilitar a sua praticagem. Enquanto estes não fossem eretos os navios que demandassem entrada no canal deveriam dar notícia de sua aproximação por meio de tiros de canhão aos quais atenderia uma pequena embarcação que os guiaria á entrada.

* * *

Gomes Freire ia sendo posto ao corrente de todos os acontecimentos pela ininterrupta correspondencia do Brigadeiro, em cartas de 24 de Fevereiro, 8, 12 e 15 de Março, documentos estes de que só temos notícia pelas respostas que lhes dava o Governador do Rio de Janeiro e que se acham registradas na preciosa Coleção 84 do Arquivo Nacional, fonte de onde compilamos o presente trabalho de reconstituição histórica.

Escritas no estilo minucioso a que já temos aludido, as cartas da época nos permitem precisar fatos, salientar indivi-

dualidades, revivendo integralmente tão memorável período da existencia do Rio Grande, nos primórdios de sua evolução.

Passamos por isso a expôr agora a repercussão que exerceram no Rio de Janeiro os passos encaminhados pelo Brigadeiro Silva Paes no objetivo de fixar o domínio português no sólo do Rio Grande.

Gomes Freire, não cedendo da sua prerrogativa de comandar á distância as operações no Sul, envia a Silva Paes as diretivas para sua ação na guerra contra os castelhanos. Era sua principal preocupação reencetar a marcha através das campanhas, ameaçando Montevideo e os sitiadores da Colonia. Para uma tal operação a fortaleza do Rio Grande serviria como base militar, seguindo-se a organização de uma forte massa de cavalaria que bateria a campanha, destruindo os elementos vitais do inimigo, arrebatando gados e cavalhadas, impedindo a vinda de reforços e, caíndo oportunamente sobre Montevideo, extinguiria de vez a veleidade dos espanhóis de disputarem o predomínio na margem setentrional do Prata.

Arrojada, conquanto logicamente concebida, esbarrava a execução dêsse plano com estas dificuldades:

Eram precisos homens e cavalos e que êsses homens fossem capazes para a arma de cavalaria. Os unicos nessas condições de que se podia dispôr eram os patriotas que acompanharam Cristóvão Pereira. Daí uma decisão, crear-se um nucleo em tôrno do qual se viessem adaptando os soldados para a importante missão que se lhes destinava. Êsse nucleo seria o Regimento de Dragões do Rio Grande, que, se não veio na-quele tempo a desempenhar a tarefa que inspirara a sua criação, teve posteriormente um largo surto de glórias e de serviços na evolução da história gaúcha.

De cavalos não era sufficiente o número dos que adquirira o coronel Cristóvão Pereira.

Os espanhóis resolviam-se, como avisava Antonio Pedro, a oferecer embargos ao avanço pela campanha.

Era preciso, portanto, agir com prudencia e bem organizar tudo para que se guardasse o Presidio e o passo, se creasse a cavalaria e se ganhasse terreno para a frente.

Conjugaram-se os esforços de Gomes e os de Paes num

ponto de vista uniforme. E como a dispersão de fôrças era um inconveniente o Capitão General mandou imediatamente que o Coronel André Ribeiro Coutinho se viesse reunir a Paes.

Em relação ás obras de fortificação projetadas pelo Brigadeiro não é menos inteligente a cooperação de Gomes Freire:

“...incorporado V. S. com Cristóvão Pereira terá escolhido e dado princípio á construção que houver discorrido mais acertada. Resolvi mandar fazer caieiras por conta da Real Fazenda na Ilha Grande a qual sairá com mais conveniencia e fica com mais breve condução, queira Deus seja com pronto efeito, para que êsses novos desenhos se possam vestir logo do próprio material para a sua conservação, pois a executarmos em essa obra uma tão fraca defesa como a dos muros da Colonia era mais útil não intentarmos: assim no desenho meta V. S. tudo o que lhe parecer preciso para uma grossa guarnição a qual não poderemos diminuir ainda estabelecidos enquanto durar a guerra.”

Uma outra notavel recomendação de Gomes Freire a Paes ao saber da occupação do Rio Grande é referente aos indios Minuanos que habitavam as proximidades da região onde Paes se estabelecera. Diz-lhe, na carta de onde vamos tirando informação, que busque ter boas relações com os Minuanos, captando-os para os portuguezes, pois pódem trazer cavalos para negociar.

Finalmente, correspondendo ao pensamento de Silva Paes, algumas providencias são esboçadas para o mais importante assunto de que dependia o futuro do estabelecimento, o transporte de famílias que fossem povoar as terras do Presidio.

XI

O REGIMENTO DOS DRAGÕES

No Rio de Janeiro e no Rio Grande não se interrompiam os esforços para a consecução da vitória em a guerra que não cessara no cenário do Rio da Prata, onde as operações da esquadra continuavam e nem haviam desaparecido ainda as terríveis ameaças sobre a Colonia, embora os efeitos da atividade militar em o novo Presidio só houvessem produzido resultados pacíficos, dado o afastamento longinquo do inimigo.

Empenhava-se o govêrno do Rio de Janeiro pela obtenção de um êxito da esquadra de Abreu Prego para poder levar avante uma arremetida pela campanha, partindo do Rio Grande e alcançando um resultado decisivo.

Simultaneamente, na Europa, as potencias interessadas na política americana realizavam um Tratado, assinado em Paris a 26 de Março de 1737, pelo qual cessariam as hostilidades na América, mantendo as duas nações em luta, Portugal e Espanha, o "statu quo" que suas tropas houvessem alcançado na guerra até que as duas côrtes decidissem de vez e entre si as questões que as tinham apartado.

Portador desta convenção foi o Coronel Diogo Osorio Cardoso que havia sido antes incumbido de organizar na Colonia do Sacramento, um Regimento de Dragões, porquanto fôra reconhecido em Lisboa que para as operações militares nas campanhas do Brasil meridional a cavalaria era a arma essencial.

A penetrante intelligencia e o profundo conhecimento que Gomes Freire tinha da situação de seu govêrno, decidiram-no immediatamente a alterar a execução dessa ordem, removendo a séde do Regimento para o Rio Grande.

Els o que êle escreve a respeito, em carta de 28 de Abril a Silva Paes:

"S. Magde. foi servido determinar se formasse um novo corpo de Dragões para a Praça da Colonia de 8 companhias a 70 cavalos, manda coronel, al-

guns capitães e subalternos em uma nau de guerra e nas duas galeras os quais espero brevemente: foi nomeado tenente coronel o capitão José de Moraes, sargento mor o capitão Manoel de Barros Guedes, a êste Regimento é impossivel no estado em que nos achamos dar-lhe forma em aquella Praça, não só pela falta dos cavalos, mas de outros alguns meios: Resolvi mandar o sargento mor que fica a partir sem demora com quarenta Dragões a que unirão o Saraiva ⁽¹⁶⁾ e os que aí se acham dar princípio a formatura do dito corpo, o qual no caso presente considero muito conveniente por essa parte e de grande consternação aos inimigos: o dito sargento mor levará as ordens e no entanto V. S. fará Crístóvão Pereira juntar os cavalos mais capazes para êste serviço servindo-se dos armamentos que foram na esquadra até chegarem os que Antonio Guedes ⁽¹⁷⁾ declara vêm com os ditos oficiais, em esta materia falarei com difusão nas cartas que leva o dito sargento mor.”

.....

“O Coronel de Dragões leva 40 soldados dragões das Minas com 66 que tirei desta praça capazes de se exercitarem na cavalaria: estes soldados com as duas companhias que V. S. me diz as formou podem logo entrar a dar corpo ao Regimento: o sargento mor levará as instruções que a V. S. apresentará nas quais lhe ordeno forme seis companhias a 70 homens tirando do destacamento da Baía e Pernambuco os que houver solteiros, moços capazes para os completar, o que S. Magde. assim é servido determinar: e como o mesmo Senhor até o presente me não declara os oficiais que manda fico na dú-

⁽¹⁶⁾ Saraiva era um cabo que, servindo sob as ordens de André Ribeiro, muitos elogios merecera dêste.

⁽¹⁷⁾ Antonio Guedes é o ministro do Ultramar em Lisboa.

vida dos ascensos que devem ter os que com bom procedimento de esta e essa parte o tem servido.”

A 11 de Maio escrevia, desta vez por intermedio do Sargento mór Manoel de Barros Guedes, cuja partida só se efetuou a 25 dêsse mês:

“Parte o sargento mór Manoel de Barros Guedes. Leva em sua companhia cento e vinte soldados, escolhidos para montarem Dragões e o maior número dêles muito por sua vontade: a forma porque deve conservar as companhias verá V. S. da instrução que êle porá na sua presença.”

A despeito de toda esta atividade Manoel de Barros Guedes não chegou ao Rio Grande senão no ano de 1738, sendo comandante do Presidio o Coronel André Ribeiro Coutinho, como iremos vendo no decurso desta narrativa.

E’ bem provavel que para uma tal resolução, alterando decisões do supremo e absoluto govêrno do Rei, tão destoante da rigorosa e invariavel obediencia literal ás reais ordens, houvessem contribuido sugestões de Silva Paes, cujas idéias sobre o papel reservado á intervenção da cavalaria se acentuam na carta de 12 de Abril e provavelmente nas anteriores dirigidas ao Governador.

“O ponto é criar gente de cavalo que saiba fazer o serviço como cá sê costuma... quero vêr se se póde ajuntar alguma eguada para que, pela produção dêstes gados, se sustente a guarnição, e sobreje e haja cavalaria para todo serviço: eu procuro que todos saibam andar a cavalo, que é muito preciso... e fazer as 2 companhias de dragões na forma que avisei a V. Exa.”

As reações castelhanas contra a Colonia haviam sido principalmente esteiadas na cavalaria dos indios das Missões: assim ocorrera em 1680 contra D. Manoel Lobo e recentemente contra Antonio Pedro. A Espanha adotara o mesmo elemento

mandando crear um Regimento de Dragões em Buenos Aires, nessa época.

Impunham as circunstâncias, portanto, attitude correspondente de parte dos adversários.

As condições do momento eram porém desfavoraveis para o nosso lado. Em primeiro lugar a escassez de homens. Espanha contava com o inexgotavel manancial de cavaleiros que eram os indios das estancias jesuiticas. A população autochthone estava nas mãos dos padres castelhanos e guardava fundo rancor contra os portuguezes. Daí o prudente conselho de Gomes Freire, a que já nos reportamos, de procurar o Brigadeiro a aproximação com os Minuanos, indigenas menos hostis aos novos occupantes do Rio Grande.

Tendo Silva Paes partido com mais de 700 homens para a empreza de Maldonado, pensava chegar ao Rio Grande com uns 600 soldados; deixara 130 com o Coronel André Ribeiro e só penetrara a barra em 19 de Fevereiro com pouco mais de 200 por haverem dous de seus navios seguido até Santa Catharina.

Em Junho não pudera rehaver ainda 150 dos seus commandados. Seus efetivos eram, portanto, bem reduzidos.

Dêsses mesmos, poucos eram os homens capazes de serem adaptados ao serviço de Dragões, como diz em carta de 21 de Junho, de onde vamos agora extrair a parte referente ao elemento principal da arma — o cavallo.

“Pelo que toca ao número de cavalos que são precisos para o dito Regimento de Dragões no caso de marchar, ao menos devem ser 2.000 cavalos, além dos que devem haver de sobresalente para piões que laçam e cargueiros, pois nunca para qualquer serviço de 500 homens se escusam os ditos 2.000 cavalos, os quais ainda os não há puxando pelos que devem haver nas estancias: porque já disse noutra que dos de S. Magde. que comprou Cristóvão Pereira apenas chegam a 26 que com os que vieram das estancias, que se mandaram reconduzir quando aqui cheguei, não chegaram a 600 por todos, sem que por

agora nos possamos valer dos pôtros, que êsses são redomões e é preciso primeiro amansá-los, e muito mais para os nossos soldados que não são costumados a montar, por cuja razão estão caíndo sempre que o fazem e as selas e arreios se fazem em pedaços não tendo aqui ainda mais que as precisas para os 60 dragões que há, pois sómente trouxe 120 da Colonia, das quais se proveram os officiais que as não tinham, outras se quebraram e impossibilitaram outras, além das que são precisas para as rondas que se fazem de noite e nos postos avançados, que para tudo se deu destas, e só sobram 12 que quasi estão incapazes, e a não trazer eu um soldado da Baía seleiro já não teria sela capaz de servir pela sua má qualidade.”

Ainda uma difficuldade relativa á creação dos Dragões é aquella de que já tratamos no capítulo — O meio físico — em que Silva Paes fala nas pastagens insufficientes da região.

Do exposto se evidencia quão diferentes eram as possibilidades para o rápido desenvolvimento da unidade de Dragões nos dous partidos, tudo se facilitando para o lado dos espanhóis, imensos os obstáculos para o regimento português.

Com as duas companhias de cavalaria que creara, ia o Brigadeiro atendendo ao serviço de segurança, ao abastecimento, a algumas explorações provavelmente.

A carta de 21 de Junho esboça um quadro de contratempos que não tardaria entretanto a agravar-se como iremos verificando.

* * *

Acompanhemos, por agora, o chefe que ia organizar o Regimento dos Dragões na ausencia do Coronel Diogo Osorio.

Pela nau “Bôa Viagem”, partiu de Lisboa directamente para a Colonia do Sacramento o Coronel Diogo Osorio Cardoso, trazendo consigo todos os documentos diplomaticos necessarios para restabelecer a paz na conflagrada bacia do Rio da Prata. A 1.º de Setembro chegava ao porto de destino, acom-

panhado dos oficiais vindos com êle do reino para constituirem o Regimento de Dragões da praça.

A sua chegada deu ensejo a que Antonio Pedro escrevesse a Gomes Freire dando-lhe a notícia e acrescentando:

“Em a nau veio o fardamento, munições e arreios para se poder montar o Regimento o que tudo se recolheu nestes armazens, e se acha separado para quando lhe chegar a sua hora que não se deve esperar cêdo no estado presente, achando-se neste cãos onde não há cavalos nem terreno; acrescendo fazer a convenção de Paris dificultoso o remedio que se podia dar a tudo, se bem ainda ficou o recurso de se formar no Rio Grande (segundo o parecer que já disse a V. S.) e conforme o tempo applicá-lo á parte de maior ponderação.”

Carta de 21 de Outubro de 1737.

Esta carta ter-se-ia encontrado em alto mar com a que Gomes Freire dirigira ao comandante da Colonia ⁽¹⁸⁾ em que lhe determinava fizesse embarcar para o Rio Grande o coronel, armamento, oficiais, munições e fardas para alí se formar, com o que houvesse organizado o sargento mór Barros Guedes, e com os moços melhores cavaleiros que Antonio Pedro pudesse fornecer, o Regimento de Dragões do Rio Grande.

Demorou Diogo Osorio Cardoso na Colonia até o ano de 1738, o que igualmente ocorreu com o sargento mór Barros Guedes, em Santa Catarina, de sorte que só nesse ano poudes efetivar-se a organização da famosa unidade que com o andar do tempo iria ter preponderante papel na história do Rio Grande.

Embarcou o Major Barros Guedes na galera “N. S. da Gloria”, levando na mesma monção a sumaca “Santo Antonio e Almas” e dirigiram-se os navios para Santa Catarina, conforme as ordens do Governador Gomes Freire.

(18) Datada de 29 de Agosto de 1737, porém remetida sómente nos primeiros dias de Outubro, por motivo dos temporais de Setembro dêsse ano.

Destinadas ao porto do Rio Grande, não atingiram êles êsse objetivo. Desgarrou antes de Santos a sumaca, a qual depois veio reunir-se á galera, já na Ilha e só muitos meses mais tarde, em 1.º de Novembro, penetrava a barra do Rio Grande levando a feliz notícia da suspensão de hostilidades. A galera teve de transbordar sua carga para pequenas embarcações que no decurso de 1738 foram conduzindo os materiais que ela transportara.

De nada valera a grande alegria que tivera Silva Paes “de vêr como se vai perdendo o horror a esta barra, que todos já neste tempo ⁽¹⁹⁾ julgavam impraticavel para estas embarcações: porém parece-me que se hão de desenganar e vir a ela em todos os meses do ano: querem dizer que eu lhe tirei a máscara que até aqui metia tanto mêdo.”

Cinco investidas foram empreendidas nesse interregno para entrar na barra do Rio Grande, em pura perda, pelas embarcações dirigidas ao presidio.

E' fato que o inverno de 1737 foi excessivamente rigoroso e muito risco correriam nos bravios mares do Sul as pequenas embarcações comboiadas pela “N. S. da Gloria”.

A lista de passageiros da galera menciona um capitão, um alferes, um tambor, 38 soldados de Minas e 56 do Rio de Janeiro, todos para o novo Regimento de Dragões e mais 31 soldados para a artilharia.

O capitão devia ser o proprio Barros porquanto ainda não chegara a sua patente de oficial superior.

Iam também 67 pessoas de casais que se destinavam ao povoamento do novo presidio.

A carga era avultada e preciosa para os fundadores da fortaleza; nela iam como se vê da relação abaixo todos os muitos recursos vitais para a população lá existente, que se via obrigada a viver com o que trouxera nos navios da Expedição

(19) As últimas embarcações entradas na barra foram os navios vindos de Santa Catarina, a corveta “S. Francisco Xavier e o hiate da Bafa, a 9 de Abril. Depois só o “Santo Antonio” e “Almas” em 1.º de Novembro.

Por tão porfiadas e inuteis tentativas chamou Gomes Freire de *diabolica* a barra do Rio Grande.

e nada mais recebera. Iam também ferramentas, materiais de construção, sementes e munições de guerra.

Relação do material embarcado para o Rio Grande na galera “N. S. da Gloria” e na sumaca “Santo Antonio e Almas”:

- 6 dzs. de tesouras grandes.
- 6 dzs. de bainhas pequenas finas.
- 6 dzs. de estojos.
- 2 grs. de navalhas de cabo de páu.
- 18 dzs. de navalhas de salto pequenas finas.
- 12 dzs. de navalhas de fouce.
- 6 dzs. de agulheiros.
- 8 milheiros de agulhas.
- 1442 grs. de dedais.
- 144 dzs. de facas flamengas.
- 18 grs. de botões para camisas.
- 70 cadeados.
- 6 resmas de papel.
- 6 latas de linha de França.
- 20 barris de azeite.
- 1 caixa de assucar.
- 8 quintais de breu.
- 5100 tijolos.
- 2½ ars. de cêra em velas.
- 346 varas de aniagem.
- 1 bandeira de fortaleza.
- 673 caixetas de marmelada.
- 8 ars. de farinha de trigo.
- 2 peneiras para farinha de trigo.
- 1 ferro de hostias.
- 1 rêde de pescar.
- 2 tresmalhos.
- 208 almudes de vinho.
- 2 pipas de vinagre.
- 298 taboas de canela, tapinhoam, caixeta e vinhatico.
- 1398 telhas.
- 42 moios de cal.

- 50 fouces roçadouras.
- 50 machados.
- 72 couçoeiras para portas.
- 24 pranchões de carretas.
- 12 massetes.
- 24 malhos grandes.
- 26 padiolas.
- 99 carrinhos.
- 15 mil pregos sortidos.
- 50 fechaduras de portas.
- 2 boticas.
- 1 pipa de vinagre.
- 12 reparos para carretas com todos os seus preparos,
calibre de 8-6-4-3 e 2.
- 2378 balas de artilharia de calibres 8-7-3-2-1 e 1/2 libra.
- 50 barris de pólvora.
- 64 ars. de farinha do Reino.
- 2289 alqs. de farinha de guerra.
- 93 alqs. de feijão da Baía.
- 2 ars. e 28 lbs. de grão de bico.
- 1 1/2 alqs. de ervilhão.
- 1 alq. de favas.
- 1 1/4 alqs. de grão de bico.
- 2 latas de semente de sebolinho.
- 1 embrulho de sementes de salsa.
- 1 alq. de cevada.
- 585 covados de baetas.
- 40 pçs. de chita de Holanda.
- 31 pçs. de sarafinas.
- 10 dzs. de barretes de pisão.
- 1 peça de baeta.

XII

FAZENDA REAL DO BOJURU'

Creado o presidio de Jesus Maria José para uma finalidade militar, as providencias iniciais tomadas pelo chefe da occupação assumiram entretanto um carácter mais administra-

tivo e economico, visando assegurar antes de tudo a existencia material dos adventicios e a sua radicação á terra.

Esse aspeto, que só foi devido á providencial felicidade proporcionada pelo fato do inimigo não vir perturbar a occupação incipiente das terras do Rio Grande, permitiu que em vez de destruidora, sangrenta e dolorosa, fôsse construtora e de paz a benemerita obra do insigne Silva Paes.

A convenção de Paris, do mesmo anno da occupação, abria um largo periodo favoravel ao alastramento da civilização lusitana pela extrema do territorio disputado com tanta porfia pelas duas corôas da península Ibérica. A implantação iniciada no Viamão firmava-se com a chegada dos soldados da Expedição do Prata e consolidar-se-ia definitivamente através dos cinco lustros que se haviam de passar durante os quais não surgiria entre os dous velhos contendores, tão irrequietos e animosos, a sombra sinistra da guerra.

As figuras primaciaes de govêrno no Sul do Brasil, o emnente Gomes Freire e o seu digno emulo José da Silva Paes, eram mais do que grandes generais, eram grandes homens de Estado. A ação de ambos se justapõe admiravelmente numa harmonica orientação construtora, fecunda e perene.

No posto dirêto de atividade, Silva Paes não se limita ao exercicio de general que manobra as suas tropas para alcançar tal ou qual objetivo. Suas preoccupações vão mais adiante: êle pensa principalmente nos meios de guardar a conquista que vinha de realizar para sua Patria.

* * *

A Fazenda Real do Bojurú era uma integrante de seus planos. Disseminavam-se ao longo da trilha palmilhada pelos tropeiros que negociavam seus gados comprados aos indios ou arrebanhados na Vacaria do Mar, algumas estancias, na costa do Atlântico: a lavoura e a criação pastoril eram as unicas fontes abertas á atividade humana naquelas lindissimas co-chilhas do Continente.

O local onde as conveniencias militares impuzeram as construções da defesa era o menos propício á existencia da

gente, á manutenção dos cavalos da tropa e aos bovinos de abastecimento. A população tenderia a aumentar e as comunicações eram difíceis. Tornava-se, portanto, imperioso crear também uma estancia do Rei, grande bastante, tão próxima quanto possível do Presidio e segura de um golpe arrojado do inimigo, onde se pudessem conservar as cavalhadas e houvesse abundante gado para prover á alimentação dos habitantes do novel arraial.

Na parte ao norte do canal, quatorze leguas acima, na região apertada entre o Atlântico e a Lagôa dos Patos ficavam os campos de magnificas proporções do Bojurú. Aí mandou Silva Paes montar a Fazenda ou Estancia Real.

Em 12 de Abril Paes explicava a Gomes Freire:

“Já se acham corridas mais de duzentas vacas, espero cresça o número e já se acham marcadas para S. Magde. mais de mil, que faço conta passá-las a outra parte para um rincão de admiraveis pastos, donde andam também as cavalhadas; quero vêr se se póde ajuntar alguma eguada para que pela produção destes gados, se sustente a guarnição e sobeje e haja cavalaria para todo o serviço...”

De fato, continuou Paes a faina de adquirir vacas para a propriedade real, tanto que em 21 de Junho dizia na carta que reproduzimos á pg. ... ter 3.000 vacas para passar ao Bojurú, o que o rigor do tempo não lhe permitira.

Para Maioral da Estancia nomeou Silva Paes a Cosme da Silveira, com o beneficio do quinto de toda a produção da fazenda, favor de que pouco tempo desfrutou o Maioral porquanto no ano seguinte o coronel André Ribeiro Coutinho o prendia e destituia do cargo por atos de desobediencia ás suas ordens.

Prosperou a Estancia Real do Bojurú nos primeiros tempos de sua existencia. Alimentava-a aquele imenso rebanho que vivia selvagem entre a Lagôa Mirim e o Oceano, rebanho calculado por Silva Paes em oitenta mil cabeças, como está mencionado na carta de 1737 que acompanha esta narrativa.

O sucessor do Brigadeiro não se descuidou de promover a captura de gados e de marcá-los para a corôa, o que se depreende da carta dirigida pelo Brigadeiro a Gomes Freire, em 18 de Junho de 1738, dando-lhe notícias que recebera de André Ribeiro Coutinho.

“...que se acha mui povoado aquele pôrto e cada vez mais aumentado e abundante de tudo, que já se vão fazendo alguns casamentos e que todos têm muitas vacas de que fazem muitos queijos e aqui fazem capazes; que a estancia de S. Magde. se acha com mais de 1.500 eguas e mais de 2.500 vacas, que já se acham corridas mais de 8.000 para se completar as 45.000 que deve ter a mesma estancia e as mais partes que a devem completar para o número de cavalos para o Regimento, que vinham vindo, que havia bastantes couros feitos que se vinham transportando: espero que todos os dias se vão descobrindo nesta nova descoberta maiores conveniencias para que se acabem de convencer alguns que o impugnem, não sendo de menos consequência o habilitar gente ao serviço daquelas campanhas que é só o meio de as conservar e de adquirir maior extensão para a conservação da Colonia, o maior freio que pôdem ter os castelhanos e de maior ciume para Montevidéo, como se reconhecerá melhor nas conferencias que se fizerem para o ajuste da paz.”

(Livro 9 da Col. 84 do Arquivo Nacional.)

A decadencia em que caíu o Rio Grande após a retirada de André Ribeiro com o govêrno inepto de Diogo Osorio Cardoso e o desastrosissimo de Inacio Eloí de Madureira levaram o funcionário da Fazenda Real Sebastião Betamio a propôr a supressão da Estancia e a distribuição de suas terras pelos habitantes que, naquela época, 1780, vinham regressando á Patria depois do doloroso expatriamento a que foram condenados pelos vencedores de 1763.

XIII

CONTRATEMPOS

Marchava seus primeiros passos a fundação de Silva Paes. A chegada dos navios em Abril, a montagem dos dous mastros de sinais na barra, a construção ativa do nucleo capital da defesa, improvisado com estacas e faxinas trazidas da ilha próxima ao pôrto, ⁽²⁰⁾ a iminencia de se começarem as obras da linha do Estreito, a apreensão de farto número de cabeças de gado e, sobretudo, a tranquilidade relativa que proporcionava o fato de não se haver verificado a aproximação dos espanhóis, eram motivos de feliz augurio.

Teriam, porém, de sobrevir os contratempos.

Foi primeiro dêles o que succedeu com o navio “Almada”, que, carregado com gente, munições de guerra e gêneros que Silva Paes pedira para Colonia, desviou-se para outro destino, privando o Presidio de recursos indispensaveis.

Começou um inverno terrivel de frios, ventos e temporais, tempo duro para aquela gente que tinha para abrigos somente as suas barracas e que trabalhava exaustivamente.

O pavor da barra não consentia que os navios penetrassem, pois demais se formara a convicção de que só era ela praticavel de Janeiro a Março.

Em 16 de Junho, ao sairem a barra dous navios, um dêles esteve a pique de perder-se por haver o piloto errado a direção do canal acessivel. Teve Paes de dirigir-se ao local — **em um botequim** —, diz o documento original, e dirigir as manobras para salvação do barco, o que alcançou com êxito, tendo sido feitas no proprio Presidio as reparações materiais que se tornaram necessarias na aparelhagem do navio.

O que, porém, ia introduzindo sérias apreensões era a falta de alimentos outros que não a carne. Na carta de 21 de Junho Paes dizia a Gomes Freire:

(20) A ilha que forneceu as estacas e faxinas foi a dos Marinheiros, abundante em madeiras, tanto que em 1780 Sebastião Betamio se refere a essa circunstância, confirmada ainda no Manuscrito do Fr. José Mariano da Conceição Veloso, existente no Instituto Histórico.

“...e como a farinha se acaba pois que não há mais que 50 alqueires que reservo para os doentes e mais alguma assistencia precisa, mandando dar quatro arrateis e quarta de carne a cada soldado para terem alentos de resistir ao frio e poderem com o trabalho, fazendo-me grande falta o que devia vir da ilha tanto das presas e da que trazia a galera “Santana”, como da que mandei comprar ao vigario: espero melhore o tempo para que possa vir.”

E acrescenta ainda mais outra página nesse quadro de miseria.

“Rendo a V. Exa. graças pelas remessas que me diz faz de tudo o que lhe pedi para a subsistencia destes pobres soldados que estão todos miseraveis de roupas e a não os ter eu remediado com algumas baetas andariam alguns nús porque as repetidas passagens, mudanças e precipitados desembarques que têm tido fez com que fossem roubados muito uns dos outros e os marinheiros nestas águas envoltas fizeram o que costumam: eu os tenho modificado fazendo-lhes prontos os seus pagamentos e o que ganham no serviço da fortificação como ganhavam nessa praça, e por menos, pois lhes não dou mais que tostão por dia de trabalho: vou os animando a que brevemente teremos farinha que é pelo que suspiram.”

A penuria que se desenhava e as fadigas acabrunhadoras levaram em meados de Junho alguns soldados a desertarem abandonando os seus postos e arriscando-se á aventura através do ermo territorio que separava o Presidio da Laguna. Ao seu encalço seguiu uma escolta de 15 Dragões sob o comando do Capitão João Caetano de Barros, que conseguiu prender seis fugitivos.

Este fato determinou uma nova providencia do Brigadeiro, que foi a montagem de uma guarda no Tramandaí destinada a impedir novas evasões naquele rumo.

A corveta "N. S. da Gloria" e embarcações que a acompanhavam eram obrigadas a arribar repetidas vezes a Santa Catarina na impossibilidade de vencerem os riscos da entrada na fóz do Rio Grande e uma outra embarcação, expedida do Rio de Janeiro a 21 de Março, a lancha "N. Snra. do Bom Sucesso" e "S. Francisco", com correspondencia e alguns materiais fôra arribar á Colonia por também não atingir a entrada da Barra.

Eram crescentes os contratempos e deante dêles escreve Paes ao Governador Geral:

"Já me capacito não virão senão para Setembro, permita Deus seja logo nos princípios e não nos façam esperar mais com tanto detrimento quanto aqui se experimentam com falta de farinha, azeites, vinagres e roupas, de que tanto se necessita e só da carne é que se mantem toda esta guarnição com grande pesar meu; há mais de três meses e incomodo dos mesmos soldados que sem farinha e vestidos em tempos asperos como é aqui o inverno passam mal: a esperança de que será breve o seu remedio é que os alenta."

Carta de 20 de Agosto de 1737. Col. 84 do Arquivo Nacional.

A falta absoluta de meios de transporte por terra afastava também essa possibilidade, de sorte que não havia senão aguardar tempos mais afortunados que permitissem a vinda de embarcações ao Rio Grande, pondo termo a tão cruciantes dificuldades.

Não teve o Brigadeiro a felicidade de assistir ao reverso dêsse angustioso periodo, quando o estio de 1738 abriu as portas da barra aos navios e á prosperidade do Presidio em boa hora instalado.

Foi êle proprio, que, obrigado por superior investidura real, teve de ir a Santa Catarina em Dezembro de 1737 e daí despachar as embarcações que se destinavam ao Rio Grande.

Entregou Silva Paes o exercício de comandante militar do território conquistado a 17 de Dezembro ao Coronel André Ribeiro Coutinho, que para atingir êsse posto teve de viajar por terra de Santa Catarina, onde se achava, até o novo Presídio.

* * *

Enquanto os habitantes do Rio Grande passavam por tão dolorosas privações, não eram menores os cuidados que feriam o ânimo do preclaro Gomes Freire. Avaliando as dificuldades porventura existentes no Presídio mandou que em fim de Agosto seguisse o hiato da Baía levando famílias para o povoamento do território e para ajudar a transportar as farinhas que tanto deviam faltar e mais comestíveis que a sua experiência reconhecia indispensáveis no Rio Grande.

Em sua correspondência se verifica que até o mês de Outubro quatro embarcações com as farinhas tinham em vão procurado penetrar a barra do Rio Grande.

* * *

Se as circunstâncias do Presídio eram assim críticas, ter-se-iam agravado em começo de Setembro, com a chegada de João de Tavora conduzindo mais 102 pessoas dos índios que fôra buscar a S. Paulo para os trabalhos das construções.

Até então todo o peso destas recaíra sobre os soldados que nem dispunham de tempo para se entregarem aos exercícios profissionais.

Era maior o número de bôcas para comerem na escassez de víveres indispensáveis: era porém um maior número de braços para repartirem-se as fadigas.

Esta chegada de um novo contingente humano iria, não obstante, permitir um novo impulso, impulso decisivo, para o futuro da gloriosa empresa de Silva Paes. O novo passo foi a descida do Brigadeiro até o rio São Miguel e o avanço da expansão lusitana quarenta leguas para o Sul do Presídio, ato que teria consequências decisivas para o futuro dos destinos da terra Continentina.

XIV

O POVOAMENTO

Sem dúvida alguma o dominio militar sôbre as centenas de leguas superficiais que cobrem o territorio entre o mar e as águas mediterraneas ao Sul do Rio de São Pedro, e que hoje corresponde aos dous municipios de Santa Vitória e Rio Grande, era cometimento de relevantes consequências.

A consolidação dêsse dominio exigia entretanto uma providencia complementar — o seu povoamento.

Para a solução do problema se superpõem, harmonicas e sincrônicas as duas grandes vontades, — de Gomes Freire e de José da Silva Paes. E' para êsse assunto que se volvem, desde o comêço da occupação, as vistas dos dous chefes eminentes.

Primeira medida concreta foi a embaixada de João de Tavora, a que já aludimos, indo a Santos buscar famílias e trabalhadores indigenas com o duplo propósito, aumentar a população e dar substitutos aos soldados nas fainas da construção de fortes, igrejas e armazens.

Remontam porém a época anterior os documentos em que se esboçam os prodromos do povoamento, pela divulgação de atos e projéto a êle tendentes.

Devemos retrogradar até ás Instruções da Expedição do Prata, aquele famoso e perfeito plano organizado na Côrte de Lisboa e de que tratamos em páginas anteriores.

“Da mesma fórma nomeareis outro Oficial para ficar por Governador no Rio Grande de São Pedro no caso que se execute o projeto desta nova Colonia, e da Fortaleza á qual deveis mandar levantar da parte Sul no sitio que se julgar mais vantajoso, e para ela mandareis a artilharia, armas, barracas e mais munições e petrechos necessarios, algum dinheiro miudo para pagamento dos Officiaes que trabalharem na obra, um engenheiro para assistir a ella, e dous Religiosos Barbadinhos dos que se acham no Rio de Janeiro e na falta dêstes quais-

quer outros sacerdotes de vida exemplar, que possam celebrar missa, e administrar os sacramentos aos novos povoadores, aos quais mandareis também prover de instrumentos que se vos remetem para cortar e lavrar madeiras, mover terra, mantar gado e cultivar os campos, como também das sementes necessarias para a dita cultura, e de víveres e tudo o mais que se julgar preciso, para o estabelecimento de uma nova Colonia, segundo as informações que facilmente podereis adquirir de pessoas práticas. E porque para o trabalho assim da construção da Fortaleza, como da cultura dos campos, serão necessarios alguns Indios, pedireis ao Governador de S. Paulo que os mande das Aldeas daquela Capitania, e prevenireis também ao Comandante da dita Fortaleza com as ordens convenientes para que se a necessidade o pedir se possa valer de alguma gente da Vila da Laguna, e lhe recomendareis muito que faça toda a diligencia possivel para pôr a dita Fortaleza em estado de defensiva até o mês de Setembro por ser o tempo em que se diz costumam secar os campos e descer a elles os Indios Tapes de quem se pôde recear alguma invasão. Nas datas das terras daquele distrito mandareis observar a fórma de repartição que dispõem o Regimento, recomendando muito que se evitem desigualdades e excessos e não participem das mesmas datas senão as pessoas que verdadeiramente estiverem estabelecidas no dito país. E como pelo que avisou o Brigadeiro José da Silva Paes, há muitos no Rio de Janeiro que pretendem ir para aquella parte me informareis se além destas serão necessarios alguns Casais das Ilhas para logo os mandar conduzir. De tudo o que fôr succedendo assim neste particular, como no mais que deve obrar a Esquadra me dareis conta com a brevidade possivel, por todas as vias que julgardes mais pron-

tas e espero que regularéis tudo em fôrma que vos façais merecedor do meu real agrado e aprovação.”

São também reveladoras da persistencia nesse objetivo as transcrições que fizemos no capitulo sob epígrafe — **Du-
documentos curiosos** e onde se encontram registradas outras tentativas para atraír povoadores para as plagas meridionais do Brasil. Essas mesmas seriam, provavelmente, as informações ministradas por Paes e a que se refere o corpo das instruções a que vimos de abrir espaço.

O povoamento pelos aventureiros atraídos pela ganancia dos gados do Rio Grande ficou apenas na fugacidade dos planos.

A introdução dos açorianos só veio a tomar forma real muitos anos mais tarde, como está exaustivamente demonstrado no livro *Casaes*, do autor desta memoria e publicado na Edição do Centenario Farroupilha, o ano passado.

E' ainda oportuno recordar a interferencia do Governador de S. Paulo, o Conde de Sarzedas, quando publicou o seu Bando concitando a população sob sua autoridade a examinar as vantagens que oferecia a instalação nas novas terras do Sul e as concessões que êle autorgaria a quem para lá se movesse.

Êste Bando teria dado resultados positivos pois sua publicação coincidia com o declinio da exploração do ouro e começam a surgir na vida riograndense os nomes de algumas individualidades de procedencia da terra bandeirante.

A carta de Gomes Freire, resposta á que lhe escrevera Silva Paes em 12 de Março, já trata pormenorissadamente do povoamento, como se vai vêr:

“Não deixarão de convidar a bôa qualidade de êsse terreno os moradores da Colonia que de esta parte se acham e se irão estabelecer em essa. Fazem viagem nove famílias e os mais irei trabalhando pelas reduzir a que sigam o mesmo destino, e a miseria em que vivem os há de precisar.”
.....

“Pelo que vejo da planta que V. S. me manda de essa península me parece preciso reservarmos para ela (a cavallhada do Regimento de Dragões projetado) todo o terreno que fica na retaguarda da obra-corôa, repartindo aos povoadores o que se avança aos pantanos, mas nunca em medição de sesmarias as quais só é justo permitirem-se fóra daquele novo terreno e em êle dar-se sómente a cada um dos povoadores sortes de terra de um moio de trigo até dous em sementeira, a que em Portugal chamamos **ferrasais**, para em êles se semearem legume e trigo que os sustente e as famílias que levam, livrando-nos sempre de uma, duas ou quatro pessoas ficarem senhores da península e os mais seus dependentes quando em ela pretenda ter alguma cousa com segurança: estas datas devem na fórma das ordens de S. Magde. tirar carta de sesmaria em esta Secretaría sendo logo em ella confrontado com quem partem para se livrarem de grandes pleitos e desordens que depois se seguem.

As terras situadas da parte do Norte não temos poder de El-Rei para as repartir pois são até agora pertencentes ao governo de S. Paulo que, posto para esta parte estivesse ainda incerto, sem dúvida pertence áquele govêrno até o Rio menos a nova fortaleza que como fica sendo parte da fortificação que S. Magde. põe debaixo da ordem de êste govêrno se ha de conservar por êle até real resolução a qual nos determinará também a decisão de êsse territorio.

As patentes dos postos que V. S. nomeou sendo em terras da parte do Norte, fóra da fortaleza, deverão correr ao Snr. Conde de Sarzedas e sendo da parte do Sul ou para a fortaleza hão de pedir as patentes em a Secretaría de êste Govêrno.”

Prosseguindo no seu designio de enviar para o Rio Grande as famílias que haviam abandonado a Colonia do Sacramento, anuncia em 11 de Maio o Capitão General:

“Vão as famílias que contem a lista junta e na segunda expedição irão mais; vão providas do que ela consta e por ajuste feito comigo lhes há de V. S. continuar com ração de farinha até fazerem a primeira colheita sendo esta a fórma que se praticou com os povoadores da Colonia e dar-lhes alguns bois para principiarem as suas lavouras: fazem viagem á ilha de Santa Catarina de onde seguirão as ordens de V. S. ou passarão logo, se o sargento mór o entender conveniente. Em esta praça tenho feito alguma diligencia e não tenho descoberto logo moradores que queiram ir com estes da Colonia, assim é bom que por essa se encontrarem as que V. S. dá conhecimento pois serão mais uteis e de menos despesas.”

Na mesma ocasião dava ordens ao Governador de Santos para comprar 4 a 5 moios de trigo para serem entregues a essas famílias e ratificava a ordem escrevendo a Paes:

“Aos novos povoadores mandará V. S. dar grãos, lentilhas e feijões que remeto para suas primeiras sementeiras e a S. Paulo aviso se remetam á ordem de V. S. alguns moios de trigo para se repartirem na mesma fórma.”

Esta carta responde á que Silva Paes escreveu a 12 de Abril pelo bergantim “Bicha Cadela”, que fundeou no pôrto do Rio de Janeiro a 27 de Abril, vinda do Rio Grande, e, na referida carta de Paes se insere o seguinte topico a que alude o Governador:

“São sem número os moradores que querem vir estabelecer-se neste Rio Grande e aqui me segura um Domingos Martins, que saíu da Colonia e tinha

levado a sua família para essa cidade, a vai buscar para aqui e alguns mais porém que espera se lhe dê terreno para começar as suas searas e algum gado como é costume: para principiar eu lhe segurei se daria a cada casal 10 ou 12 cabeças e menos terreno para fabricarem junto a êste pôrto da parte do Norte e parece-me se lhe deve fazer por ora todo o bom partido e é sem dúvida concorrerá muita gente para o povoar. ⁽²¹⁾

Alguns dos que aqui se acham têm escravos nessa cidade que querem mandar vir para o serviço ordinario, pedem-lhes direitos e parece que se deviam deixar vir livres até que êste povo tomasse estabilidade, e depois se veria para o diante se devem ou não pagar, o pobre de quem é essa petição me pede lhe mande vir êsses e é merecedor pelo seu trabalho desta graça; queira V. Exa. fazer-lha mandando-lhos remeter na primeira embarcação.”

E’ difficilimo recuperar na obscuridade dos documentos, onde não aparecem nomes das primeiras famílias que ingressaram nas novas terras da Corôa, porém só se encontram numeros e referencias a listas desaparecidas ou ocultas no fundo de arquivos, é difficilimo, repetimos, estabelecer quais foram todos êsses legitimos troncos fundamentais da genealogia rio-grandense. Alguns dados dispersos permitem levantar o véu dêsse periodo interessantissimo de nossa sociogenese.

Dêsses dados são irrefutaveis — o surto dos nomes de primeiros posseiros nas adjacencias do presidio, a menção de outros nomes com a clausula de serem retirantes da Colonia, alguns registros de documentos legais e a tradição.

Êsses elementos reunidos á circumstância de terem sido sancionadas algumas propriedades pelo Coronel André Ribeiro Coutinho são demonstração positiva de que tais famílias são das primeiras vindas para o Rio Grande.

(21) Domingos Martins fez uma importante diligencia para o governo nessa época, levando comunicações para Antonio Pedro e estabeleceu-se no Rio Grande onde teve estancia nos campos ao sul do presidio.

Uma tal pesquisa tem hoje o seu verdadeiro paladino em nosso confrade o ilustre Aurelio Porto, o estudioso devotado da genealogia de sua terra.

Outras famílias que partiram do Rio de Janeiro ficaram esbarradas em Santa Catarina até a chegada de Silva Paes a esta ilha, de viagem para o Rio onde ia assumir o lugar de substituto de Gomes Freire. Alí chegando fez imediatamente o Brigadeiro seguirem todos os navios que aguardavam monção favoravel para penetrarem naquela assustadora barra de São Pedro, levando gente, recursos e o bem estar e prosperidade que durante o primeiro ano de existencia do presidio tão escassos haviam sido.

Êsses navios eram a “N. S. da Gloria”, a sumaca “S. Antonio” e a balandra “N. S. do Rosario”, esta partida do Rio de Janeiro em 20 de Novembro levando também 17 soldados para Dragões, um furriel chegado de Lisboa e algumas famílias.

Tomando as redeas do govêrno no Rio de Janeiro Silva Paes decidiu imediatamente enviar para o Sul o maior número de mulheres que ia colhendo nas ruas da séde do govêrno. A 15 de Abril diz em carta a André Ribeiro:

“Sem embargo de eu mandar daqui gente, de onde deve ir a maior parte é a da capitania de S. Paulo por ficar mais próxima a êsse pôrto e estar mais folgada do que esta e assim o mandei dizer ao Snr. General, não sei o que resolverá. Seguem 20 artilheiros, alguns recrutas para os Dragões fóra de 4 ou 5 casais e várias massuellas que vão aí buscar estado e aqui o tinham de desenvoltas.”

E em 25 de Maio dirige-se o mesmo Silva Paes ao Vice-Rei para narrar-lhe que já havia mandado, após sua chegada ao Rio, 5 embarcações para o Rio Grande com artilharia, gêneros, fazendas, madeiras, dinheiro, recrutas, famílias e mulheres desimpedidas acrescentando:

“Mulheres desimpedidas que lá pôdem casar e aqui eram nocivas e se V. Exa. dessa cidade manda

também algumas (suponho não faltarão) serão uteis pois servem de raizes que prendem a gente moça que ali existe e da mesma sorte alguns moços desimpedidos que todos têm acomodação como povoadores ou como soldados.”

O empenho de Paes por povoar o Rio Grande é manifesto.

Na sua iniciativa de mandar as mulheres, mesmo as de conduta reprovavel, só há motivo de aplausos. Estavam no Rio Grande umas sete a oito centenas de homens, soldados, aventureiros, piões e escravos: uma avultada população masculina e um reduzidissimo contingente de mulheres. Estas pertenciam ás poucas famílias que, dentro dos primeiros meses de 1738, teriam chegado ao presidio, ou as componentes do grupo de famílias indigenas trazido por João de Tavora.

Desta desproporção de elementos dos dous sexos, sendo os homens geralmente moços, só poderiam resultar perigosas consequências. Para radicar os soldados á nova terra era indispensavel prendê-los por outros meios que não unicamente a rigida disciplina militar, severissima naqueles tempos. Um dêsses meios seria infalivel, o dar-lhes mulheres, e os filhos nascidos dessas uniões seriam laços de radicação pois com a prole vinha a necessidade de trabalhar o sólo na preparação de um futuro melhor e uma subsistencia garantida.

As mulheres formavam parte de um sistema inteligente.

Um certo número de deserções se efetuara em Junho do ano de 1737; no forte de S. Miguel ocorrera um recente motim. Estes fatos demonstravam que os regulamentos militares não bastam para soffrear a natureza humana.

Era baixa a procedencia das mulheres introduzidas no Rio Grande. Não encontrariam elas também companheiros tirados das classes humildes e infelizes da sociedade?

De onde provinham os homens de tropa, naquela época de prepotencia e de desigualdades sociais?

Onde e em que tempo os agrupamentos humanos foram rigorosamente seletos?

Não as redimiria uma vida nova e honrada pelo casamento?

XV

SÃO MIGUEL

A advertencia de Antonio Pedro sôbre a ameaçadora coluna castelhana que iria se contrapôr aos ocupantes do passo do Rio de São Pedro, que atemorisara o bravo comandante da praça forte da Colonia, inquietara fundamente o Capitão General do Rio de Janeiro e determinara a feliz resolução do Brigadeiro José da Silva Paes de correr com os seus navios e tropas em auxílio de Cristóvão Pereira, para garantir naquela parte ao menos, o êxito que os caprichos do destino não lhe haviam permitido no Prata, a advertencia de Antonio Pedro, repetimos, não se corporificara.

Os trabalhos de ocupação territorial iam se consumando sem que o inimigo distante os viesse prejudicar e o Brigadeiro dava largas ao seu ativo temperamento, á sua culta intelligencia, ao seu acendrado patriotismo creando com carinhos paternos o presidio de Jesus Maria José para o qual vislumbrava nas névoas do futuro transcendente magnitude.

Temos acompanhado até agora todos os passos seguros com que êle encaminhava a conquista do Rio Grande para uma ação fecunda no presente e no decorrer dos tempos, o objetivo inicial da fundação, a sua providencia, os sacrificios que ia custando aos pioneiros do presidio, o devotamento do incansavel chefe e os entusiasmos que nêle iam despertando á proporção que conhecia a terra que ganhara.

Em Junho já êle tinha bem adiantadas as obras do reduto principal e iniciava a execução da linha fortificada do Estreito, ligando o posto dêste nome ao do Arroio. ⁽²²⁾

⁽²²⁾ Ver planta de pg.

Uma capela estava recebendo cobertura e um armazem era edificado para guardar os escassos abastecimentos da Expedição.

As condições de existencia no posto militar começavam a apresentar um aspeto sombrio porém o Brigadeiro mantinha o ânimo de seus auxiliares, a disciplina severa refreava os soldados e o chefe ia prosseguindo impavido e inteligente na missão que se impuzera.

Não seria possível acreditarmos que Silva Paes se contivesse tranquilamente aguardando que hora após hora, o dia seguindo-se a outro dia, fossem aumentando a obra militar que firmaria o dominio português no sólo do Rio Grande.

O seu dinamismo, o espirito creador e percuciente, o desgosto trazido do Rio da Prata e aquele desejo de conquista que o vimos revelar a Antonio Pedro — de tomar mais terras aos castelhanos, estaria vivaz na sua consciência para não comportar êle uma attitude de serena passividade. Começou desde logo, portanto, o reconhecimento e exploração do territorio que vinha de ocupar, não só no interêsse da defeza possível como das circunstâncias porvindouras.

Tinha de defender a sua conquista não só contra os castelhanos e os indios que podiam vir afrontá-lo, como contra os seus desafetos e invejosos que desfiguravam a importancia da terra e duvidavam tivesse, a prodigiosa ação militar e política do illustre Brigadeiro, qualquer repercussão no futuro e conveniencia no presente.

* * *

Não era fácil aventura percorrer as campanhas invias, desertas, quasi virgens entre o mar e as águas da Lagôa Mirim.

De fêras e gados selvagens era abundante a região: os indios não eram menor perigo. Silva Paes organizava serenamente os seus planos e no mês de Setembro pôs em execução o acontecimento decisivo da conquista do Rio Grande, com a progressão para o Sul, indo assentar o forte de São Miguel.

Avançou assim 40 leguas para dentro das terras disputadas com Espanha, ganhou centenas de leguas superficiais, um

territorio naturalmente resguardado das surpresas adversárias, uma imensa bacia hidrográfica, dezenas de milhares de cabeças de gado, base da prosperidade economica e garantia da subsistencia atual; a par, condições absolutamente imprevisitas, razões novas e poderosas, direito impostergavel, com tudo o que, Portugal se apresentaria de então por diante, para discutir nas convenções diplomaticas a secular questão dos limites de suas terras na América do Sul.

O forte de São Miguel, a criação admiravel do Brigadeiro José da Silva Paes, integrando a conquista do Rio Grande dava ao trono lusitano a força e o prestigio de discutir como soberano, senhor, por conquista e occupação, a posse até então litigiosa das terras do Rio de São Pedro.

Realçada como merece a relevancia dêsse ato do eminente chefe vamos passar para estas páginas na sua própria originalidade a descrição do episodio culminante da expansão lusitana.

E' a carta em que o Brigadeiro narra detalhadamente ao Conde das Galveas, Vice-Rei do Brasil, todas as circunstâncias de sua jornada desde o presidio a S. Miguel. Esta carta foi escrita do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1738, faz parte da Coleção 84 do Arquivo Nacional e está também inserta no Tomo 32 da Revista do Instituto Histórico do Brasil.

“Exmo. Snr. Meu Senhor. Depois de ter dado conta a V. Exa. dos progressos da minha campanha em carta de 6 de Setembro de 1737, recebi ainda no Rio Grande a estimadissima carta de V. Exa. de 19 de Julho do dito ano, em que V. Exa. pela sua benevolencia me continua a dispensar aquelas honras com que favorece aos seus reverentes criados, sendo para mim a mais estimavel a certeza de que a V. Exa. se lhe continua a feliz saúde, que todos lhe devemos desejar.

Como até 25 de Setembro não tinha chegado a gente que esperava da ilha de Santa Catarina, e via que por instantes podiam chegar as ordens para o armisticio e suspensão de hostilidades, e que cada

um dos partidos conservasse o terreno com que se achasse até a decisão da paz, e via que as melhores terras e mais abundantes de gados eram as que corriam das minhas guardas para fóra até a serra de S. Miguel junto a Castilhos pequeno, e passo de Chucú, sem embargo de me achar sómente com 81 soldados prontos para as guardas, fachinas e serviço de fortaleza, me animei a ir áqueles dois postos com 30 infantes, 10 dragões e paisanos; e com efeito fazendo embarcar no dia 28 de Setembro em a falúa segunda (embarcação que alí mandei fazer chata no fundo) e armada com quatro peças de libra, e de meia, e em uma lancha, e canôa de voga os 30 infantes á ordem de um bom ajudante que foi por cabo, levando cavallinhos de frisa, e mais cinco peças de libra e de duas, e todas as mais munições e ferramentas que entendi seriam necessarias, as mandei para a borda da Merim, célebre lagôa que eu tinha descoberto de 60 leguas de comprido, e em partes perto de 40 de largo pelo que dizem, e por terra os fui esperar com os 10 dragões e alguns paisanos práticos para a subsistencia da gente e serviço da campanha.

Passados quatro dias chegaram as embarcações donde eu tinha determinado aportassem por terem encontrado ventos contrários, embarquei-me nela, porém, por duas vezes nos vimos sossobrados por causa das grandes tormentas que há na mesma lagôa, que se embravece na mesma fórma que se fôra na costa do mar, e nos salvamos desembarcando com água pelo pescoço, e quís Deus não receberam avaria as munições, porque tudo o mais se alagou, pois é barco aberto a tal falúa.”

Antes de prosseguir a reprodução da histórica missiva que nos ocupa, julgamos necessario realçar alguns tópicos, do que acaba de ser transcrito.

Lembraremos em primeiro lugar a preocupação assinala-



Mer du Sud

BREIL

Mer du Nord

CARTE
DU PARAGUAY
DU CHILI
DU DÉTROIT DE MAGELLAN

Dessinée par les Distributions
des FF. Alphonse d'Albe, et Nicolas Truchet
sur les Relations et Mémoires
de Bruns et Nacibourg, M. de Bransbourg, etc.
par M. DE LAURENCE, C. de la Compagnie
de l'Académie Royale des Sciences
à Paris

Carte par
Lukens & Co.

Depuis la Mer du Sud, il y a beaucoup de distance
qui ne peut être traversée qu'en plusieurs jours.
On ne peut donc pas aller de la Mer du Sud
à la Mer du Nord, et vice versa.

Depuis la Mer du Sud, il y a beaucoup de distance
qui ne peut être traversée qu'en plusieurs jours.
On ne peut donc pas aller de la Mer du Sud
à la Mer du Nord, et vice versa.

da de alargar o territorio conquistado, na expectativa de que um armistício poderia embaraçar a necessaria expansão. Paes compreendia que era indispensavel evitar para o novo presidio uma situação igual á da Colonia, restringido o seu dominio, por uma capciosa interpretação, ao territorio batido pelos seus canhões. Levando a artilharia portuguesa 40 leguas para o Sul, a doutrina prejudicial para a corôa lusitana ia frutificar agora contra os seus creadores e Portugal tomaria a desforra dos vexames sofridos na margem do Prata com a sibilina leitura que faziam os castelhanos da letra dos tratados. O *uti possidetis* seria direito inconcusso e uma terrivel surprêsa para Espanha.

Vemos em a narrativa da carta confirmado o que avançamos sôbre a atividade de Silva Paes. Diz êle que descobrira a Lagôa Mirim; indicara precisamente o ponto em que se deviam encontrar com o Brigadeiro e seu séquito de paisanos e dez dragões as embarcações despachadas a 28 de Setembro.

Isso significa que fez êle reconhecimentos detalhados e longinquos na região que conquistara, mandando em consequência preparar as embarcações adaptadas á navegação naquelas águas rasas.

E' notavel a descoberta da Lagôa Mirim.

Nenhuma referencia se encontra a seu respeito nos documentos e cartas geográficas até o advento de Silva Paes. A carta que reunimos a êste trabalho e fotografada de uma outra do Arquivo Nacional, dos PP. Techo e Ovale, em data de 1703, mostram na região da Mirim uma série de montes, o que se veria á distância, do mar ou do caminho que palmilhava a praia. A primeira carta em que se vê a Mirim é a do próprio Silva Paes, de 1737, e também incluída neste trabalho.

Uma outra carta aqui inserta confirma a descoberta de Paes. E' a de pgs. onde se vê os dizeres: m foy descoberta plo. Brigad.ro Jozé da Silva Paes na expedição que fez a Nova Colonia sitiada plos castilhanos... icia de ser muito dilatada, era muito menos do que se achou quando se explorou. O seu comprimento e o que se vê... ado do Mappa particular que fez o digno Brigadeiro a donde se vê mais distinctamente a capacidade do Porto e terreno,... mar e Lagoa."

Esta carta geográfica trás a assinatura de Fr. Est. do Loreto e é datada da Baía no ano de 1739. Devemos á bondade do Snr. General Chefe do Estado Maior do Exército e seus illustres auxiliares o prazer de reunir a êste livro essa e a de Silva Paes, pertencendo ambas ao Arquivo da quinta seção do mesmo Estado Maior.

Examinando a carta de 1737 se evidencia que a costa oriental da Lagôa Mirim devia ser conhecida dos espanhóis e que Paes a explorou. Verifica-se isso: primeiro, da sua ordem para que embarcações apropriadas subissem o sangradouro, hoje de S. Gonçalo, e fossem encontrá-lo, provavelmente, no passo da Borda da Mirim, dentro do posto avançado do Arroio Taím, a que se encontra detalhada alusão na carta ao Vice-Rei; segundo, na carta geográfica se inscrevem as denominações Capão do Curral Alto, Curral de Palo, Arroyo d'El-Rey, Palmaritos, Curral de Arroyo, Curral Grande, onde se confundem os dous idiomas, português e castelhano, sendo que Palmaritos e Curral de Palo não deixam dúvida quanto á procedencia, afóra os nomes indigenas, como Cabajuquera, Caiubá, Curusupucú e outros: terceiro, a indicação rigorosa do local dos Indios Mortos para o novo contato entre os elementos que viajavam por terra e os que seguiam embarcados.

Ainda não incorporada á geografia universal a Lagôa Mirim, cabe indiscutivelmente a Paes a primazia de trazê-la ao conhecimento da ciência, levantando-lhe a primeira planta. Não é de admirar acontecesse um tão grande atrazo quanto a um tão notavel acidente geográfico pois que a Lagôa dos Patos, bem maior e mais importante, nessa época passava modestamente como o Rio Grande de São Pedro, desconhecida inteiramente a sua imensa bacia.

Nos trabalhos dos PP. Teschauer e Hafkemeier sôbre os mapas mais antigos do Rio Grande não se encontra referencia alguma sôbre a descoberta da Lagôa Mirim antes de Paes como também silenciam sôbre as cartas que vimos de citar.

E' motivo de satisfação para o autor desta memória rei-



vindicar mais êste florão de glória para o fundador do Rio Grande, cujos feitos são tão meritorios quanto sua memória é deslemburada com clamorosa injustiça.

* * *

Proseguindo, retomamos a transcrição da carta de Paes:

“Fendendo-se o mastro grande e quebrados os remos da falúa, a mandei reparar a uma ilha donde havia boas madeiras, e lhes ordenei me fossem buscar ao sitio, a que chamam os Indios Mortos, donde por terra com a infantaria os ia esperar, e não perdendo um só dia, pois me persuadia todos os instantes encontrava os inimigos, ou chegava o armistício, sem embargo de serem contínuas as chuvas, e o terreno todo alagadiço, pois sempre iam por pantanos com agua pelo arção das selas, os que as tinham, pois os soldados os fiz montar em osso, e chegavam sempre tão molhados sem terem com que remudar, que me causavam uma grande lástima, e sem mais mantimento que carne assada do gado que havia na campanha; pois não tínhamos farinha, e como viam eu passava pelo mesmo trabalho, o sofriam com melhor cara.

“Vendo eu que no dia que esperava as embarcações não apareciam, mandei saber se estavam no mesmo pôrto, pois se tinha levantado um grande vento travesso; e vindo-se me dizer já tinham saído, e não apareciam, deixo á consideração de V. Exa. o cuidado que me causariam: mandei paisanos por toda a costa a ver se as descobriam e que fizessem fogos por toda ela para sinal de a poderem buscar ainda que com receio, porque os não vissem os inimigos, sem que no decurso de cinco dias apparecessem; eu já as dava por perdidas, ou que iriam dar na contra-costa da lagôa em poder dos Tapes, até que no 6.º dia appareceram quasi mortos de fome; pois os ventos os levaram a partes desconhe-

cidas, metendo-os por rios que tinham mais de 150 braças de boca, comendo imundicies e frutos bravos de que estiveram idos; aí logo se refizeram, e eu na mesma tarde me embarquei para que se me não desgarrassem outra vez, e a gente a fiz marchar a pé por terra por estarem os cavalos estruidos; e aos dragões e paisanos, que por terra fossem a ocupar o váo, donde eu pelo rio de S. Miguel que desem-boca na lagôa os ia buscar.

Tendo andado pouco mais de duas leguas, sendo já de noite, pois eu me queria avançar, me gritaram de terra que se achavam perdidos por se terem metido numa lagôa donde não podiam, nem sabiam saír; custou muito achar aberta para passar a canôa, que eu mandei logo para os transportar por fazer grande escuro, e com um sumo trabalho os tirei do alagadiço para pé, onde comessem um bocado para pela manhã continuarmos a nossa derrota.

Ao amanhecer me embarquei com toda a gente a ir buscar a bôca do rio que já estávamos á vista da serra; e protestando-me **alguns práticos** o não fizesse porque havia na bôca do dito rio uns tais **monstros** a que chamavam **baraunas**, que tinham submergido em anos atrás, varios **Tapes**, e cavalos que o quiseram passar, zombei da advertencia porque nunca me persuadi (ainda quando investissem gente) houvessem de avançar a embarcações; fiz com efeito contrariamente a travessia e entrei com as embarcações por um alagadiço, pois tinha saído da madre do rio, e alteado em mais de duas braças, e fui por entre um juncal que cada pé tinha 24 palmos de comprimento; entrei por uma aberta na madre, por onde havia tal tessume de agoapés e ervas do rio, que a machado e com fouces roçadouras se ia abrindo para passarem as embarcações, e depois as espias com cordas que eu mandava atar nas arvores

silvestres que bordam o rio, me fui avançando por êle acima com um grande trabalho.

Antes de chegar ao pôrto duma grande distância me mandou dar parte o sargento-mór de ordenanças, que eu tinha mandado com os paisanos a ocupar o passo, de que apareciam 10 cavaleiros inimigos da parte dos inimigos; procurei vêr se podia desembarcar em alguma paragem para me situar em terra com os cavallinhos e artilharia que levava, porém como tudo era alagadiço, por terem saído da madre as aguas em grande altura, não havia mais que no passo desembarcadouro, e a demora com que iam me causava uma grande aflicção; fiz amunicionar toda a gente que levavam as munições perdidas, e pôr pronta toda a artilharia, até que pela tarde me vieram dizer se reconheceram ser 3 paisanos nossos com um pouco de gado que conduziam.

Fiz toda aquella noite que se trabalhasse a chegar, e antes me postei no passo, que queria coberto com os cavallinhos de frisa e artilharia, e montando a cavallo fui reconhecer todo aquele terreno visinho, sem achar na borda do rio donde me situar por alagadiço, e falta de estacaria para me cobrir; na serra achei um alto pedregoso donde fiz um reduto quadrado de dois baluartes e dois meios de pedras em sêco, pois não havia tempo para mais; tinham perto um capão de onde tirei madeira para quarteis, e um armazem de 20 palmos de largo e 40 de comprido, que se cobriu com couros das vacas que matei para lhe deixar 180 arrobas de xarque de sobressalente, lenha para dois meses e agua de uma fonticula que fica abaixo da serra, pois necessitava de cisterna, e deixei para a guarda de Xueú 15 dragões, e que os paisanos corressem vacas para provimento da guarnição do pôrto.”

A carta ao Vice-Rei prossegue narrando outras circunstâncias dos acontecimentos da época, a que voltaremos oportunamente.

O objeto dêste capítulo era historiar a feliz iniciativa do Brigadeiro de ir plantar bem para dentro das terras disputadas com Castela, apontando a direção de futuras empresas, aquele minúsculo e improvisado forte de S. Miguel, que com a guarda do Chuí, iam marcar definitivamente, através do tempo, das guerras, acima de tratados e convenções diplomáticas, a linha limítrofe das duas soberanias em litígio.

A ocupação da barra do Rio de São Pedro foi o primeiro passo para a incorporação de nossa terra ao predomínio português: a acidentada marcha para o Sul com a posse de S. Miguel foi a integração da conquista.

Bemdizendo um tal destino histórico temos, os brasileiros e especialmente os riograndenses, de reconhecer que a Silva Paes, só a êle, deve o Rio Grande a determinação do rumo que teria de seguir na sua evolução social e étnica.

XVI

REGRESSO DO BRIGADEIRO

Realizada a portentosa expedição que tão frutuosos resultados traria para a corôa portuguesa e que tão rudes sacrifícios custara aos seus executores, o Brigadeiro enviou a Antonio Pedro a réplica áquele desastrado aviso dos perigos que corria a gente que ocupara o Rio Grande; desastrado para quem o enviara, abençoado para quem o recebera porquanto o impeliu na brilhante façanha que se vinha de consumir.

Deliberadamente ou não, enviou Silva Paes de São Miguel ao comandante da Colonia do Sacramento uma carta em termos simulados, para o caso do seu portador cair nas mãos dos sitiados pois que desde longo tempo não tinha notícia do que se passava no Prata, a não ser a retirada da esquadra portuguesa. Nessa carta êle promete arrogantemente e em

breve tempo poderoso socorro á praça, que era um lindo estratagema contra o inimigo e uma interessante ironia a quem aconselhara ao imperterrito chefe o abandono do campo da luta.

Na mesma ocasião iam os paisanos portadores da carta autorizados a arreiares os cavalos do campo inimigo.

* * *

Quais foram os auxiliares de Silva Paes na acidentada jornada de São Miguel?

Dos militares um era o bom ajudante que foi por cabo e que ficou no honroso posto de comandante do novo baluarte das quinas. Era o ajudante Manoel Gomes Pereira, como se vê da carta que em 9 de Abril de 1738 lhe escreve, do Rio de Janeiro, o Brigadeiro.

Cristovão Pereira é um dos práticos cujas informações, dado o seu grande conhecimento da região, tanto pesavam nas acertadas resoluções de Paes. Em carta de 15 de Março de 1738 assegura êle a presença de Cristovão Pereira nos trabalhos de S. Miguel:

“Em S. Miguel quisera eu se fizesse alguma forma de cisterna, porque reconheço a grande falta que lhe faz a água, e por êsse motivo, se hoje se pudesse trabalhar, donde eu havia de fazer a fortaleza é á borda do mesmo rio da nossa parte, donde eu dormi uma noite quando fui áquella expedição, e sabe Cristovão Pereira, porém então estava alagado e não tinha estacaria para fazer o reduto, e me foi preciso valer da serra para o construir de pedra em sêco, como ficou feito, e suponho será fazendo de pedra e barro, como tinha mandado dizer ao ajudante Manoel Gomes, deixando-lhe alguma terra por detrás da que se tirar do fosso, pois aquella obra foi feita pela ocasião, como V. S. sabe e não para ficar permanente”.

(Carta a André Ribeiro Coutinho, Col. 83 do Arquivo Nacional).

Presumo que outro dos praticos fôsse Francisco Pinto Bandeira. Êste era já um homem da inteira confiança de Silva Paes, tanto que em 17 de Novembro de 1737 dizia Gomes Freire ao comandante da Colonia, a propósito da nomeação de subalternos para o Regimento de Dragões:

“Francisco Pinto Bandeira me seguiu o Brigadeiro José da Silva Paes repetidas vezes era capaz de muito maior emprêgo e se distinguia entre todos os que allí serviam”.

Nada mais havia para reter o chefe longe de seu posto de govêrno. A última medida tomada fôra reforçar a guarda do Chuí onde destacou 15 dragões, fechando assim para Portugal

“todo o território que vai do Rio Grande até a serra de S. Miguel, junto a Castilhos pequeno donde hoje se acha a maior parte de todo o gado da pampa e admiraveis terras para lavoura pois são capazes de dar todos os frutos como os da Europa como já se tem experimentado”.

(Carta a Henrique Luiz Pereira Freire. Col. 84 do Arquivo Nacional).

A 1.º de Novembro chegou Silva Paes ao Presidio, voltando de sua gloriosa viagem, reservando-lhe a fortuna a imensa alegria de no mesmo dia receber a notícia do armistício e suspensão da luta, o que vinha coroar de estupeiando successo seu recente cometimento e pagava-lhe sobradamente os trabalhos que lhe custara a obra de expansão realizada.

“... dei muitas graças a Deus que tanto a tempo eu tivesse disposto a minha viagem e conseguido deixar debaixo das guardas e de fortalezas para Sua Majestade o melhor terreno que tem toda a pampa, e de onde se proviam de gado e de courama, não só os da Colonia como os mesmos caste-

Ihanos, pois desde o Curral Alto até Xucú, que são mais de trinta leguas, é donde pastam o melhor de 150.000 cabeças de gado em vários lótes”.

* * *

Sómente em 15 de Março do ano seguinte recebia o Brigadeiro a comunicação abaixo, de Gomes Freire, relativamente ao ingente feito que vinha de praticar.

“Nesta faço resposta ás primeiras cinco cartas e em outra a continuarei as que V. S. me escreveu depois de chegar a êsse pôrto.

Na de 4 de Novembro me faz V. S. relação do quanto padeceram as tropas na companhia de V. S. para poderem chegar a estabelecer-se no sitio de S. Miguel.

Só o ardente espírito de V. S. poderia animar a fadiga e fome que os bons companheiros sofreram nesta expedição, na qual tirou Sua Majestade a glória e a utilidade que V. S. me segura. O disposto na fortaleza e nas mais partes é tudo com aquele acerto que V. S. costuma obrar: nesta matéria não tenho que prevenir, mas sim que admirar o quanto se adiantou o trabalho de tão importante obra.

O que V. S. deixou prevenido, tanto nas guardas como no aumento da fortificação e subsistencia dela e das tropas se deixa reconhecer tão regulado, que eu torno a repetir a V. S. o parabem dêstes acertos”.

(Carta de Gomes Freire a Silva Paes de Vila Rica a 15 de Março de 1738. Col. 84 do Arquivo Nacional).

XVII

ÚLTIMOS ATOS DE SILVA PAES

Em a correspondencia de Agosto a Outubro, Gomes Freire determina ao Brigadeiro o seu regresso ao Rio de Janeiro entregando o govêrno ao Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, quando entendesse que a sua retirada do Rio Grande não fôsse prejudicial ao incremento da incipiente povoação.

Ao mesmo tempo nova missão era confiada ao illustre general pois que devia durante a jornada examinar na ilha de Santa Catarina, — cuja importância política e estrategica começava a ser apreciada, depois das assiduas visitas de navios inimigos ou suspeitos, — o sistema de defesa ali organizado e completá-lo com a sua indiscutida competencia. Igual tarefa lhe cumpria desempenhar em Santos, o que foi executado integralmente.

No interregno de 1.º de Novembro a 17 de Dezembro, quando começa a gestão do Mestre de Campo, o que ocorreu de mais importante constitue o objéto dêste capítulo, que encerra não obstante, acontecimentos da maxima transcendencia para a vida do Rio Grande, conquanto aparentemente minimos.

O primeiro foi o próprio fato da chegada da noticia da paz, o que trouxe para os provados homens do presidio um imenso desafogo, angustiados que se viam pela possibilidade de cruentas lutas e imensos perigos que a continuação da guerra acarretaria inevitavelmente, além da satisfação legítima por verem compensados pela vitória todas as canseiras e sacrificios que lhes custara guardar um tão grande e promissor trecho de território para sua patria.

A noticia chegou-lhes pela sumaca Santo Antonio e Almas: traria ela alguns, (poucos sem dúvida), recursos que desde tanto tempo vinham faltando no presidio, porém abria-lhes a esperanza de que após ela viriam outras embarcações e cessariam de vez as misérias que os acompanhavam.

O que teria porém maior importância seriam os primeiros

contatos com os castelhanos que tão arrogantes se mostraram durante a guerra e que iriam ter a maior das surpresas ao verificarem o desenvolvimento enorme que tomara a expansão da soberania portuguesa nas disputadas terras rio-grandenses.

Um destacamento de dragões espanhóis apresentou-se logo nos primeiros dias de Novembro no Curral Alto e entrou em contato com o alferes Pedro Buitrago que comandava o posto do arroio Taim, para entregar uma carta de D. Miguel Salcedo sôbre assuntos da recente paz.

“Chegado o alferes ⁽²³⁾ me entregou a carta de D. Miguel, de que mando a V. Exa. a cópia e lhe respondi o que V. Exa. verá da minha.

O alferes foi muito satisfeito do bom trato que lhe dei e me esteve dizendo mil males de D. Miguel, e na retirada ordenei ao official que o conduziu fôsse pelo pé da serra e fizesse arvorar a bandeira da nossa fortaleza, e se salvasse com as cinco peças, como fizeram, de que ficaram muito admirados e de que se pudesse levar artilharia áquele lugar, mandei também fôsse pela guarda de Xucú, que já achava bem guarnecida”.

Esta demonstração era de maxima consequência: perante autoridade castelhana se patenteava a occupação efetiva de todo o território pelas armas portuguezas anteriormente ao conhecimento do armistício e semelhante circunstância teria um imenso valor diante da letra do tratado de 16 de Março anterior e perante as futuras negociações.

Entre as instruções enviadas pelo Marquês de Torre-nova para Buenos Aires se encontra o seguinte período que evidencia os propósitos de Espanha em relação ás concessões territoriais:

“Por mano del Gobernador de la Colonia del Sacramento, recibirá V. S. el duplicado de la Orden

(23) Alferes castelhano José Torres.

adjunta, para la cesazion de las hostilidades que ha originado la voluntaria extension de los Portugueses, em los territorios de la misma Colonia; Y si bien el animo del Rey és que V. S. exacta, y puntualmente execute por su parte todo lo que se le previene en la Zitada Orden, porque reciprocamente ha de hacer lo mismo el referido Governador de la Colonia: Quiere S. M. por lo que mira á V. S. tenga presente que si como se cree se hallare V. S. dueño de ella, o a lo menos de la Campaña asta las murallas de la Plaza, ó de solo el territorio fuera del Cañon, sostenga V. S. ahora, y en adelante que los Portugueses, no pisen un palmo de terreno mas, que el tengan ocupado quando V. S. reciva esta, porque a mas de ser la intencion de S. M. no ceder ahora ni en ningun tiempo territorio alguno: y de que por el tratado de Paz de Utrecht, no pueden pretender mas que el tiro del Cañon de la Plaza, es esto conforme á lo que se previene en la Convenzion, para la Cesazion de hostilidades, tocante a que las cosas hayan de quedar en la Situazion en que se hallaren, al tiempo que se recivan las Ordenes; pero advierto á V. S. no devera darse por entendido de hallarse con Orden expresa para esto: Antes bien manifestará lo executado de impulso proprio, y que por no prevenirsele cosa en contrario, deve embarazar todo lo que se oponga a lo que se previene en la Convenzion, y en la Orden para la Cesazion de hostilidades”.

Pgs. 522 e 523 de Campaña del Brasil. Buenos Ayres 1931.

A transcrição acima nos esclarece precisamente as intenções do governo de Espanha quando assinou a convenção do armistício na suposição de que a Colonia já houvesse caído nas mãos de Salcedo e da sua decisão de não ceder absolutamente qualquer porção de território a Portugal.

Ganhara porém a partida o habil Brigadeiro. Avançara

a soberania portuguesa de fôrma indiscutível, construindo as fortificações do Rio Grande e levantando na serra de São Miguel aquele minúsculo forte que, dentro das linhas rigorosas da convenção de Paris, marcava o domínio da recente conquista, colhendo de surpresa a própria Espanha nas teias da doutrina com que contava esmagar seu tradicional adversário.

Ainda mais, ali se revela o espírito da época, empregando-se uma linguagem na letra dos tratados e o seu avesso nas instruções secretas, lançando para subalternos a responsabilidade aparente dos atos dos próprios governos.

Desde Setembro estava no Presídio o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho que tinha viajado por terra até ali, vindo de Santa Catarina para onde passara de Maldonado.

No exercício do comando pela ausência de Silva Paes que descera para o Sul a fundar o forte de São Miguel, coube-lhe outorgar o perdão solicitado pelos dous padres Barbonios para o sargento Francisco Pereira Garcia e cinco soldados que tinham desertado em Junho e se apresentaram arrependidos da triste conduta praticada. Esse ato do governo teve a data de 22 de Outubro e foi confirmado pelo Brigadeiro no dia 2 de Novembro. A 5 mandou Paes que fôsse concedido aos oficiais e praças destacados no forte de São Miguel o soldo dobrado, ato impugnado pelo Comissario Antonio Noronha, alegando ser contrário ás leis do Reino, porém que teve de cumprir por decisão categórica de Paes.

Começaram nêsse interregno as primeiras transações com os habitantes castelhanos que vinham vender animais cavallares, bem necessários á guarnição do Rio Grande e, trezentos cavalos que haviam sido **arreitados** pela partida que fôra levar a correspondencia escrita de S. Miguel para Antonio Pedro na Colonia, mandou o Brigadeiro, cumprindo as prescrições do Tratado de Paris, restituir aos espanhóis, pois que o seu apresamento, feito na campanha da Colonia, já encontrara esta praça no gôzo da paz. Foi incumbido da missão de devolver os animais o Coronel Cristovão Pereira, que tinha assim oportunidade de examinar com a sua experiência a verdadeira situação do ambiente em torno da Colonia e apal-

par as intenções dos fidagais inimigos dos portugueses, especialmente de D. Miguel Salcedo, que pelos seus atos anteriores, julgava-se, não inspirava confiança cumprisse integralmente o tratado de armistício.

Estando organizada a defesa local com o fechamento das obras de fortificação, tendo um substituto de plena capacidade, firmada a posse do território conquistado, seguiu o Brigadeiro por terra para Santa Catarina, rumo do Rio de Janeiro, conforme as ordens que lhe transmitira Gomes Freire.

No dia 31 de Dezembro chegou o Brigadeiro Silva Paes á ilha de Santa Catarina e daí teve novos e atentos cuidados pela fundação que vinha de crear.

Estava no pôrto a galera N. S. da Gloria que trouxera famílias, dragões e munições destinadas ao Rio Grande; êsse navio não podia mais afrontar a viagem para o Sul, pelo que foi descarregado passando-se a carga para uma sumaca e para o hiate d'El-Rei que a 4 de Janeiro immediato levantavam ferro conduzindo para o Presidio tudo quanto mais urgente alí se tornara, pondo termo ao doloroso período de angustias e misérias que foi o primeiro ano de sua existência.

Na Ilha encontrou Paes um mestre de pequena embarcação, uma sumaquinha, Gaspar dos Santos, bravo marítimo que êle mandou para o Rio Grande. Foi êste mestre completar a exploração da Lagôa Mirim conduzindo para São Miguel homens e materiais necessários e entregando-se ao serviço de praticagem da barra do Rio Grande da qual era nomeado patrão-mór em 21 de Maio de 1738.

A 5 de Março José da Silva Paes assumiu o govêrno do Rio de Janeiro e, continuou sempre a sollicitamente atender em todas as suas providencias, á filha dilêta que criara no Sul.

XVIII

ANDRÉ RIBEIRO COUTINHO

O governo português, na sua comprovada solicitude para os assuntos do Rio da Prata, escolhia cuidadosamente os homens que viriam exercer autoridade de chefes nos postos de sua confiança.

As personalidades de Gomes Freire, de Silva Paes e de Antonio Pedro, cujos nomes têm sido salientados neste ensaio histórico, com absoluta justiça, eram figuras de notável relevância na administração e no comando da América do Sul e individualidades da máxima consideração no conceito do Rei e seus ministros.

André Ribeiro Coutinho, de quem já demos alguns traços característicos no perpassar destas páginas, era por serviços anteriores, pela larga cultura e por sua capacidade homem de igual envergadura.

Gozava êle da absoluta confiança do soberano que o escolhera para ir governar a praça de Montevideo, na hipótese de se realizar a ocupação imposta pelas instruções da Expedição de 1736.

Imediato auxiliar de Silva Paes e seu substituto no recente governo do Rio Grande, foi André Ribeiro Coutinho o feliz continuador da benemérita obra do Brigadeiro, feliz porque desde a sua investidura começou o longínquo estabelecimento a ver sorrir-lhe a fortuna, começando a gozar facilidades e recursos que falharam a Silva Paes, pelas circunstâncias expostas, continuador porque não esmoreceu no desempenho da tarefa de incrementar construções, fomentar a prosperidade do novo núcleo e dedicar-lhe a sua inteligência e atividade.

O ano de 1738 foi largamente compensador dos sacrifícios do ano anterior. Matias Coelho de Souza durante sua interinidade no governo do Rio de Janeiro cuidou atentamente do Rio Grande e empossando-se depois José da Silva Paes nessa alta função, mais interessadamente volveu seus olhos

e atenções para o desenvolvimento da conquista que vinha de realizar.

Assim poudes André Ribeiro, que tinha também notaveis qualidades próprias, fazer um govêrno excelente contribuindo para a definitiva radicação do dominio da nobre gente portugueza no Rio Grande do Sul e para abrir-se o surto de prosperidade antevisto pelo preclaro Silva Paes.

A gestão de André Ribeiro no comêço da vida do Rio Grande abre-lhe um imenso crédito á nossa gratidão, incluindo-se o seu nome entre os beneméritos da história continental.

Foi nêsse ano propicio de 1738 que se quebrou o encanto da barra, a **diabolica**, na frase de Gomes Freire, e terror dos navegadores. Desde Novembro de 1737, quando a primeiro do mês entrou a embarcação portadora da notícia do armistício, a sumaca **Santo Antonio e Almas**", até Maio já haviam chegado ao pôrto do Rio Grande 26 navios conduzindo as famílias dos povoadores, militares, artilharia, munições, materiais de construção, mantimentos, dinheiro, tudo enfim quanto faltara para os sacrificados habitantes do estabelecimento dando-se-lhes agora a compensação do que haviam padecido, — com a certeza dos cuidados solícitos da administração e a confiança e esperanças no futuro reservado aos seus novos penates.

Entre os atos importantes da gestão do Coronel Ribeiro Coutinho devemos mencionar a mudança da guarnição do presidio para a linha do Estreito afim de apressar a conclusão das obras militares projetadas por Paes e as quais André aperfeiçoou com a abertura das valas que partindo uma para a Lagôa dos Patos e a outra para o sacco da Mangueira levavam para a fortificação avançada as facilidades de transporte por água e fechavam-nas a um possível acesso de assaltantes.

Em São Miguel mandou abrir uma cisterna no recinto da fortaleza e melhorou a artilharia e no Taim projetou uma obra de reforço á defesa do território.

Foi ainda sob seu govêrno que se veiu a organizar o Regimento de Dragões que Paes deixara por constituir pela

lentidão com que Diogo Osorio Cardoso agia no cumprimento das ordens reais, demorando-se na Colonia do Sacramento com officiaes e material destinados á nova unidade. Além dêsse entrave, faltaram ao Brigadeiro officiaes e homens aptos.

Onde porém se afirmam as elevadas qualidades do Coronel é na administração civil do Rio Grande.

Coube-lhe a tarefa de organizar o povoamento do território com a gente que vinha chegando ao pôrto. Eram os retirantes da Colonia que haviam ido com suas famílias para o Rio e voltavam agora para se estabelecerem nas novas terras do Rei, eram outras famílias vindas de S. Paulo, de Minas e do Rio de Janeiro, atraídas pelos bandos e promessas dos governadores, eram finalmente as mulheres que tanto faltavam naquele agrupamento onde quasi exclusivamente habitavam sómente homens.

Coutinho agia prudentemente. Distribuiu as terras, localizava os povoadores, dava a uns pequenos tratos de sólo para as habitações e para as lavouras, a outros entregava largas sesmarias para se fundarem as estancias de criação dos gados, focos de radicação e de soberania e núcleos eventuais de defêsa e expansão.

A par, distribuia sementes e instrumentos de lavoura, vacas e bois, cavalos e éguas, para a organização de economia privada de cada família e base da economia pública por crear. Com uma tal ação já no mês de Junho podia Silva Paes transmitir com imenso gaudio, a seguinte comunicação a Gomes Freire, éco das que recebera do comandante do Rio Grande:

“Que se acha mui povoado e cada vez mais aumentado e abundante de tudo, que já se vão fazendo alguns casamentos e que todos têm muitas vacas de que fazem muito queijo e que fazem capazes, que a estancia de Sua Majestade se acha com mais de 1.500 éguas e mais de 2.000 vacas que já se acham corridas mais de 8.000 para se completarem as 45.000 que deve ter a mesma es-

tancia e os mais de partes que se deve completar o número de cavalos para o Regimento que vinha vindo, que havia bastantes couros feitos que se vinha transportando, espero que todos os dias se vão descobrindo nesta nova descoberta maiores conveniencias para que se acabem de convencer alguns que o impugnam, não sendo de menos consequência o habilitar gente ao serviço daquelas campanhas que é só o meio de as conservar e de adquirir maior extensão para a conservação da Colonia, o maior freio que podem ter os castelhanos e de maior ciume para Montevideo como se reconhecerá melhor nas conferencias que se fiserem para o ajuste da paz”.

(Carta de Silva Paes a Gomes Freire em 18 de Junha de 1738. Col. 84 do Arquivo Nacional).

Quem menos entusiasta se mostrava sobre as vantagens prometidas pela conquista do território do Rio Grande era precisamente o Governador Gomes Freire como o acentua a correspondencia por elle expedita na época.

Fruto provavelmente do azedume que lhe ficara contra o verdadeiro triunfador na Expedição do Prata, o Brigadeiro Silva Paes, que não tendo realizado a occupação de Montevideo foi entretanto quem aliviou a Colonia do sitio de Salcedo e quem ganhou direito e soberania para a corôa de seu monarca e fixou por seus feitos, o destino de nossa terra.

Só Paes teve a intuição verdadeira do que representava a occupação de S. Miguel.

“E senão no Congresso o dirão os Ministros de Castela sobre as conferencias de ajuste e se verá a bulha que faz o Rio Grande com todo o seu território até o serro de S. Miguel e pelos seus officiaes se julgará a importância sem que eu haja de mostrar as mais vantagens que dali se nos seguem e só me satisfaço de cumprir com as ordens que tinha e de que fiz mais do que se podia esperar das limi-

tadas, cansadas e miseraveis forças com que me achava...”

(Carta de Paes a Antonio Pedro em Julho de 1738. Col. 84 do Arquivo Nacional).

* * *

Bravo, inteligente e letrado coube ainda a André Ribeiro opor-se ao fervoroso adversário de Portugal, D. Miguel de Salcedo, nas suas últimas tentativas de destruir o consistente trabalho do Brigadeiro.

Destemeroso não se arreceiou das ameaças que fez Salcedo espalhar de que viria atacar as novas fortalezas do Rio Grande; inteligente e culto poudo rebater vantajosamente as notas expedidas pelo governador de Buenos Aires com o intuito de reivindicar para a soberania de Espanha o território occupado pelas nossas armas e que eram agora, dentro da letra rigorosa do Tratado de Paris, legítima e indiscutivelmente do dominio português.

Já fizemos sentir que a Espanha acreditava, ao assinar a convenção de 26 de Março de 1737, que a Colonia estivesse nas mãos dos seus sitiadores e não será temeridade afirmar que Portugal também o fizera na persuação de que Montevidéu houvesse caído sob o pêso da Expedição de Silva Paes e Abreu Prego.

Que tremenda decepção seria para Castela a verdadeira situação do Prata. A Colonia ainda estava sob a bandeira das Quinas e o Rio Grande pertencia a Portugal!

A occupação do Continente de São Pedro deslocava todos os argumentos diplomáticos em torno dos limites no Sul do Brasil. A letra do Tratado de Paris era explícita; ficou relegada para sempre a velha doutrina do Tratado de Tordesilhas e novas bases, novas condições, novos traçados tiveram de ser estudados, daí por diante, para dirimir as eternas e fundas divergencias entre os dous intransigentes e adversários países.

O primeiro tratado que se segue, o de 1750, trás imensas vantagens para Portugal, muito embora perdendo a Colonia

e abandonando o Prata, ganhando porém aquela imensa, formosa e rica região das Missões.

Rasgam-se novos horizontes para o futuro de nossa terra, orienta-se o seu destino, firma-se a nossa incorporação á gloriosa raça lusitana!

XIX

A VITÓRIA DE SILVA PAES

A malquerença do Governador Gomes Freire para com o devotado e bravo soldado que vinha de alcançar assinaladas vantagens para sua Patria, resalta abundantemente em todas as oportunidades, como se verifica na correspondencia contemporânea.

Ela reponta nas expressões do Capitão General, ora escondida nos refolhos de um estílo cortezão e mesureiro, porém acentuadamente ironico, quando dirigidas ao seu rival, ora aguda, ferina e agressiva quando o ânimo do escritor está mais irritado, quer endereçando-se ao próprio alvo, quer não, porém invariavelmente deprimindo as atitudes do Brigadeiro quando se corresponde com outras autoridades.

Na análise dos acontecimentos do Prata atira sôbre o Brigadeiro formais acusações, que examinadas pelo monarca português caem por terra mantendo-se inalteravel o prestigio de que gozava Paes nos circulos do govêrno de Lisboa.

O voluntarioso e poderoso Gomes Freire não perdia entretanto ensejo de abater o Brigadeiro.

Foi obedecendo a um dêsses impulsos, certamente, que tentou, em fins de Março, quando ainda resentido da reacção de Silva Paes na carta que foi comentada no capítulo sob a epígrafe — Documentos curiosos, desferir um golpe fulminante sôbre o governador interino do Rio de Janeiro.

Seria êsse golpe, se pudesse vingar, a destruição de todo o esforço construtor de Paes e a sua ruina definitiva. Peor do que isso, era arrojear para o adversário comum, o castelhano, uma vitória que tanto custara conseguir; era sacrificar a glória e a honra de sua Patria.

Era um gesto inspirado pela má vontade á obra portentosa do fundador do Rio Grande, má vontade que já tivemos oportunidade para registrar e que muito poderíamos confirmar se não receassemos desenvolver por demais êste trabalho. Não poderia prevalecer.

Custa acreditar-se que Gomes Freire, após os vigorosos esforços despendidos por todos, êle como fator preponderante, pela conservação da Colonia, pelo dominio no Rio da Prata, pela expansão do poderío lusitano nas terras do Sul, arriscasse o perigosissimo passo de por em dúvida a legitimidade da conquista do território desde o Rio Grande até São Miguel e deferisse á junta de govêrno no Rio de Janeiro a decisão de tão grave assunto, pondo em cheque simultaneamente os dous chefes illustres Silva Paes e André Ribeiro Coutinho que não admitiam discussão sôbre a lealdade com que se ganhara o rico penhor de vitória.

É indispensavel reproduzir fiélmente a ata da reunião da junta de govêrno, aos 13 de Abril de 1738, para que o leitor possa apreciar o iminente risco em que esteve o nosso Rio Grande e ao mesmo tempo o valor, a firmeza, a energia com que os honrados membros do govêrno proferiram os seus votos consagrando a ação e coroando com a mais virente vitória o incansavel e denodado José da Silva Paes.

“Aos treze dias do mez de Abril de mil setecentos trinta e oito annos nesta Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro nas cazas da rezidencia dos Governadores della aonde de prezente assiste o Brigadeiro Jose da Sylva Paes a cujo cargo esta o Gou.º desta Capitania onde forão convocados a junta o Mestre de Campo Mathias Coelho de Souza, o Doutor Ouvidor Geral João Soares Tauares, o Doutor Juis de Fora Matheus Franco Pereira, o Doutor Jose de Miranda de Vasconcellos, que vay despachado para Ouvidor do Reino de Angolla, o Doutor Jose Telles de Sylua que vae despachado para Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas nas Minas geraes, o Doutor Manoel Correa Vasquez

Juis e Ouvidor da Alfandiga desta Cidade e os Capitães de mar e guerra Duarte Pereira, José Glz. Lage, Francisco Soares de Bulhões, e Henrique Manoel de Padilha; aos quaes todos foi proposto pello dito Brigadeiro que elle havia recebido huã Carta do Governador e Capitão General desta Capitania S. Paullo, e Minas Gomes Freire de Andrade pella qual lhe ordenaua convocase a junta, e que nelle expuzese com a sua Carta a que havia escripto Dom Miguel de Salcedo a elle Brigadeiro sobre a Fortaleza de S. Miguel, e guarda de Chucu no destritto do Rio grande, e a resposta que a ella deu o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho e as copias dos artigos de convenção cellebrada na corte de Paris em dezeseis de Março de mil settec.tos trinta e sette, como tambe, as ordens reciprocas expedidas por cartas do Secretario de Estado Antonio Guedes Pereira, e o Marques de Torre nuêva, em que se manda cessem na America as hostellidades entre as duaz Coroas de Portugal, e Castella na forma dos dittos artigos e que fiquem as couzas na cituação em que se acharem ao tempo em que as dittas ordens a ella chegarem, e que se por algum inccidente imprevisto se originar alguã contravenção de huã, ou outra parte se repare de boa fé prompta, e reciprocamente, sem se esperar novas ordenz, ordenando o dito General, que na Junta se ponderase o tempo, que na Collonia, e Buenus Aires se publicou o Armisticio, que foi no dia dous de Setembro, e o em que se pôs em execução a obra da dita Fortaleza, que foi no dia dezenove de Outubro, e que se lhe declarase por escripto o que devia responder á D. Miguel de Salcedo. E expostas pelo dito Brigadeiro as referidas cartas, e as copias dos artigos de convenção feita na Corte de Paris, e as ordens expedidas pellos Secretarios de Estado de Portugal, e Castella com os mais documentos, que o dito General remeteo,

e a elle Brigadeiro pareceo necessario proporenses: Votarão todos conformes, que o Serro de S. Miguel fora occupado pello Brigadeiro José da Sylva Paes, e feita por elle a fortalleza, que ali se acha tudo em tempo habel por ser antes de chegarem as ordenz para a suspensão das hostellidades, as quaes elle recebeo em dous de Novembro no porto do Rio grande recolhido já da refferida expedição, que foi executada em dezenove de Outubro. Fundandose todos no artigo quarto da convenção cellebrada em Paris, e na clauzulla das ordenz reciprocas, que mandão ficar as couzas na mesma citação, em que se acharem no tempo em que chegarem as ordenz á America. Acentando os vogaes, que este tempo da chegada se verifica (pello que respeita ao Rio grande) quando o dito Brigadeiro as recebeo, ainda, que os mais Governadores as recebesem antecedentemente, porque elle em boa fé, e sem contravir os ajustes, que ignorava, continuou a sua expedição, e adquerio para o seo Soberano as terras, e dominioz, que ocupou, sem que com este facto infringise, ou alterase os refferidos trattados, E que da outra clauzulla das mesmas Ordens reciprocas emquanto mandão ao Governador, a quem se dirigem, que immediatamente as comonique aos comandantez ou Officiaes a quem tocar o cumprimento dellaz, colhem elles vogaes, que ellas só produzem seo effeito, quando chegão a mão dos dittos Commandantez, e Officiaes a quem toca o seo cumprimento. E por isso na instrucção particular se mandão remetter promptamente a todos, e expecialmente publicarenses no Rio de Sam Pedro. E S. Mgd mandou immediatamente as refferidas ordenz ao Governador da Sam Paulo, para que lá tambem cessacem as hostellidades, mostrando assim, que na sua real intelligencia não bastaua publicarenses em huã parte para ficarem ligando naz outras. Por cujos fundamentos, e pellos, que

expêdeo o Mestre de Campo Andre Ribeiro Coutinho na resposta que deo á Dom Miguel de Salcedo. Pareceo na Junta, que a Fortalleza de Sam Miguel se devia conservar; e dar o dito Governador e Capitão General por resposta ao sobredito Dom Miguel de Salcedo á ponderada justiça com que occupamos o Serro de S. Miguel e conservamoa nelle á nossa Fortalleza, para que elle mais bem capacitado, de que o nosso estabelicimento naquella parte foi em tempo habel, concorde de boa fé (em vertude do disposto na Carta reciproca) em que fiquemos no estado em que nos achamos, ao menos á Thé se recorrer as Magestades, a quem toca a decisão desta duvida que pella sua gravidade, e direito indisputavel, que El Rey Nosso Snr. adquirio em tempo pella intrepuesta pessoa do dito Brigadeiro, parece não hé das contravenções, que o dito Snr. cá manda reparar por ser só elle quem pode ceder, e dezistir do Dominio, que na refferida forma lhe foi adquerido. E como estes são os mesmos fundamentoz, que moveram a todoz os conferentez para asentarem na refferida resolução, mandou elle Brigadeiro, que se incluhisem neste termo de Junta para serem presentes ao dito Governador e Capitão General que na sua Carta os manda declarar. E no cazo em que E dito Dom Miguel de Salcedo, insista nas restituição do Serro de Sam Miguel, e se rezolua a atacarnoz; se deve uzar do protesto, que S. Mge. na paregrafo quinto da instrucção particular manda intimar ao sobredito, no cazo em que senão leuante totalmente o citio, ou bloqueyo da Colonia por se reputar tão-bem hostellidade qualquer invazão, que se intentar contra a dita Fortalleza á vista do justo titulo, posse e boa fé com que a estamos occupando". O Mestre de campo Mathias Coelho de Souza declarou o seo parecer por escrito e hé o seguinte: "O que se me offerece dizer respondendo a propo-

zição da junta e mais documentos, que se expõem nella hé que como eu não tenho sahido desta Praça por não ter a honra de que S. Mgde. me nomiase para as expedições, que foi servido mandar fazer ao Rio grande de S. Pedro, tottalmente ignoro aquelle Pais e só pertence as pessoas que o examinarão o saber os Dominios que S. Mge. tem nelle e no que toca á descizão sobre o tempo em que as nossas Tropas tomarão posse do serro de S. Miguel se foi antes de chegar a notticia do Brigadeiro Joze da Sylua Paes, ou não a elle pertence esta resposta, e creyo dirá nella a verdade com que sempre falla, e debayxo della voto em que devemos (noccazo em que nos queirão os Castelhanos expulçar do que estamos pussuhindo) deffender a Thé o ultimo extremo: E de como assim se ajustou, e votou mandou o dito Brigadeiro fazer este termo, que todos com elle asignarão em dito dia. E eu Joze Ferreira da Fonte o subscrevi = E feito este termo para ser asignado pellos conferentes deo o Brigadeiro Joze da Sylua Paes o ditamento seguinte). E cazo muitas vezes negado houvese quem se persuadise, que a suspensão de hostilidades se devia entender para o Rio grande logo que se publicou o Armisticio na Collonia, e Buenus Aires para haver dese evacuar a Fortaleza de Sam Miguel e guarda de Chucu (como pertende Dom Miguel de Salcedo) sem embargo de serem occupados estes postos antes delle dito Brigadeiro receber as ordens para que ficasem as couzas no estado em que se achasem nunca licitamente o podiamos fazer sem ordem positiva de S. Magestade, que he so a quem toca largar, ou dimittir, os seos Dominios de que está de posse e não a General algum, e muito menos a commandante, e so no que dispoem as Magestades se repare de boa fé he nas contravenções que sobrevierem ao tempo do estabelecimento do Armisticio, e não em couzas estaveis e

permanentez, quaes são a dita Fortaleza, e guarda, que S. Magestade tem nas suas terras, aqual guarda esteve muitas vezes no passo de Chucu ante de chegarem as ordens de Portugal a Collonia, como reffere o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho na sua resposta, e hade constar da justificação, sendo a mayor prova quando se fez o mappa de todo aquelle terreno, em que era preciso varias observações, que se executarão nelle, sem disputa. E porquanto sendo sido convocados os Exmos., e Reverendissimos Senhores Bispos, desta Diocezi e de Macau, responderão que por justo impedimento não podião rezidir a junta, a qual por conter matteria, que não admittia demora se fes com os conferentes refferidos e apresentando depois o dito Brigadeiro aos ditos Exmos. e Reverendissimos Snrs. Bispos o termo com o votado e concordado, e os fundamentos que tomarão os conferentes com todos os documentos que na junta forão vistos, Pareceo aos dittos Exmos. e Reverendissimos Snrs. Bispos desta diocezi, e da de Macau muy conforme e votado e de como declararão que em tudo se conformarão ao ajustado na Junta assignarão com os sobre ditos conferentes — e Eu Jose Ferreira da Fonte Secretario do Governo o subscrevi.

— B.º do Rio de Janeiro. — Fr. Eug.º Bp.º de Macau. — Joseph da Silua Paes. — Mathias Coelho de Souza. — Dr. João Soarez Tavares. — M. Cor.ª Vasquez. — Dr. Joseph de Miranda e Vasconcellos. — O Dr. Jozeph Tellez da Silva. — Matheus Franco Pereyra. — Jozeph Glz. Lage. — Duarte Pereyra. — Francisco Soares de Bulhoens. — Henrique Manoel de Miranda Padilha.

REVERSO DA MEDALHA

A provisão Real de 11 de Agosto de 1738 culminava os designios de Gomes Freire. Por ela ficaram os territórios de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro separados do governo de São Paulo e constituíam um govêrno distinto, mas subalterno do govêrno do Rio de Janeiro, sendo nomeado para primeiro governador o Brigadeiro José da Silva Paes.

Com essa investidura passou Paes para a ilha de Santa Catarina e aí exerceu seu cargo até 2 de Fevereiro de 1749, quando regressou para Portugal.

Afastava-se com essa nomeação a sombra que povoava o espírito do illustre Gomes Freire. Silva Paes mergulhou no esquecimento. Disciplinado, honrado, patriota, obedeceu as ordens de seu soberano e foi serví-lo num posto modesto e obscuro como o de uma terra pauperrima e despovoada, que eram então os hoje dous prosperos Estados do extremo sul do Brasil.

Subia Gomes Freire a sua ascensão gloriósa aos mais altos postos da colonia portuguesa no Brasil: seus contemporâneos contemplariam ofuscados o brilho da carreira do eminente governador e em torno de Silva Paes cresceria o olvido a que fôra votado.

Do alto posto de governador interino do Rio de Janeiro foi atirado para o desterro de uma função sem brilho, sem possibilidade de fazer sobresaírem as notaveis qualidades do bravo soldado.

Esquecido dos contemporâneos, veio até os nossos dias, atravessando gerações e gerações, essa imensa, essa clamorosa injustiça.

O que se diz ainda agora de Silva Paes? Sómente isto: obedecendo a uma ordem real, Paes desembarcou no dia 19 de Fevereiro de 1737 no Rio Grande, onde fundou o presidio de Jesus Maria José.

Um acontecimento corriqueiro, sem mérito e sem maior importância.

E nós, os riograndenses, não ouvimos apregoar o seu nome como o benemérito que elle é, fundador do Rio Grande, conquistador da terra que hoje o esquece, guia dos seus destinos no futuro humano.

Nem nos livros de história, nem nas ruas e praças de nossas cidades, nem nos monumentos públicos, nem na tradição dos povos o Brigadeiro José da Silva Paes tem a consagração que lhe deve a nossa generosa terra.

É a repercussão inevitável das injustiças dos contemporâneos através do tempo.

Falece-me autoridade para proclamar a dívida que o Rio Grande tem para com o emérito soldado e por isso tive de recorrer fartamente aos documentos da época para demonstrar a glória imperecível do Brigadeiro.

A elle devem:

Portugal pela expansão de sua soberania no sul do Brasil, salvando a honra do reino do malogro completo na sua aspiração de predomínio no Rio da Prata.

O Brasil pela integração do Rio Grande em sua nacionalidade.

O Rio Grande por se haver libertado do tristissimo destino de ser hoje talvez uma provincia do Paraguai, ou em melhor hipótese, dependencia de outra nacionalidade originariamente espanhola.

E, reafirmo ainda uma vez, que da vitória de Paes resultou, logicamente, a libertação dos povos do continente americano.

* * *

A fundação do Rio Grande foi uma empresa de carácter militar que immediatamente degenerou em uma fecunda obra de civilização e trabalho.

A chegada das famílias, a constituição de novas, a cul-

tura da terra, a criação das estancias, o comércio com os índios e os espanhóis, o movimento progressivo de entrada e saída de barcos na barra, o reconhecimento e desbravamento do território, iam trazendo rapidamente a vida, a economia, a prosperidade e abrindo o caminho da riqueza para a terra do Rio Grande e Paes que primeiro de todos profetizara o portentoso futuro da terra que tanto o fascinara, devia exultar ao ver transformar-se em realidade o que a tantos outros parecera fantasia.

Inicialmente guerreira, a atividade se transformava em construtora e pacífica. A par dos seus antecessores no Vião, aqueles bons lagunistas que haviam chegado em 1725, unidos agora todos numa aspiração comum, solidarizados por um único governo, os novos povoadores viveriam patriarcalmente, cuidando os eitos e apascentando os rebanhos, fundando a base material para crearem os rebentos de suas gerações.

Para estes reservava o destino outra esfera de ação, outra rude missão. Eles defrontariam, um quarto de século mais tarde, o espetáculo horrendo da guerra, com o triste cortejo da cobardia e da derrota.

Nessa dolorosa escola aprenderiam porém que os homens teem um dever maior do que o de trabalhar e enriquecer: — o de defender a Patria e o de correr o inimigo quando elle invade o sólo que é nosso.

Os filhos dos vellos lagunistas, dos colonistas, dos vellos soldados do presidio, os herdeiros dos homens de Silva Paes que viram tremular nos fortes que elle construiu a bandeira de Castella, souberam combater.

Custou sangue, dinheiro, lágrimas, esforço continuado, porém o Rio Grande redimiuse.

A obra immortel de José da Silva Paes, o nosso Rio Grande, é intangivel...

Nótulas Bibliográficas

por Valter Spalding.

Crêa-se antes da História a sã verdade
que da poesia a falsa vaidade.

Pedro de Andrade Caminha,
POESIAS, Lisboa 1701.

Conversando, certa vez, com um amigo sôbre questões de literatura e história, disse-nos êle referindo-se á História:

— Nós, aquí no Brasil, temos um pessimo hábito: aceitamos tudo quanto nos impingem sem mais estudo, sem o minimo exame. A crítica, no geral, apoia tudo, esteja certo ou não. Daí a imensidade de êrros de que está cheia a nossa História.

Objetamos-lhe que nem sempre era assim, que muitos procuravam aproximar-se o mais possível da verdade e que, mesmo que a crítica não os auxiliasse, apontando-lhe os defeitos, os êrros, os enganos, o escritor por si mesmo, em novos estudos, em novas pesquisas não raro encontrava documentos e notas que o obrigavam a reformar o que disséra. Além disso, dissemos, nem toda a crítica élouvaminheira. Há críticos conscienciosos que estudam e discutem o assunto, apontando êrros e enganos.

— Sim, — redarguiu o amigo, — mas êsses são, na sua quasi totalidade, acerbamente agredidos pelos autores criticados, porque estes, julgando-se únicos, não aceitam, não admitem que corrijam suas obras. Enfim, meu amigo, — convence-te disso, — ser crítico consciencioso, no Brasil, é cousa bem desagradável.

Não queríamos compreender assim. Hoje, porém, vemos quanta razão tinha êsse nosso amigo. Não somos crítico e nem temos tal pretensão. Dedicamo-nos ao estudo da História e como temos a maior boa vontade em acertar, ficando grato a quem nos corrige, julgamos que os mais também nos agradeceriam. Entretanto, tivemos a desilusão mais negra, e convencemo-nos, afinal, de que a vaidade de certos escritores é bem capaz de atacar-nos na primeira esquina e mandar-nos para o outro mundo sem sabermos porque.

Por isso, e porque não queremos e nem temos tempo para atender a convites de polemicas, e mesmo porque não é esta a feição da Revista do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Sul, resolvemos mudar de orientação nesses nossos despretenciosos artiguetes, simples impressões de leitura, a que intitulamos *Nótulas bibliográficas*. Mudamos de orientação, mas, é preciso que se note, não mudamos de opinião. E por isso afirmamos aquí que, do quanto escrevemos em numeros anteriores, não retiramos uma só palavra. Nossa opinião permanece inalterável na essência e na forma. Temos as nossas idéias e não nos deixamos levar por idéias alheias.

Além disso, manda-nos a lealdade declarar nestas páginas, que o único responsavel por esta secção da *Revista* é o signatário destas *Nótulas*.

Valter Spalding.

Rua do Porvir, 445 — Pôrto Alegre.

* * *

GAÚCHO de garrucho (Portador de garrocha = garrucha). CARIXO = GAÚCHO = GAUDÉRIO = TORDO, por Buenaventura Caviglia (hijo). — Montevidéo, Imprenta "El Siglo Ilustrado", 1933.

Como se depreende pela simples leitura do título e subtítulos, trata-se da etimologia da palavra *gaúcho*, que tanto tem dado que fazer e falar.

O Sr. Buenaventura Caviglia (hijo) menciona apenas 35 palavras de 19 diferentes línguas! Já é alguma cousa para a origem de uma palavra.

Entretanto, tudo isso, a nosso ver, não passa de simples conjecturas, como conjecturas serão, enquanto não forem encontrados documentos que o autenticquem, todas as etimologias que se apresentarem

GAÚCHO DE GARRUCHO é, apesar disso, um trabalho digno de nota. O seu A. demonstra uma grande erudição e chega quasi a convencer-nos de que está com a última palavra no assunto, e que está, enfim, com a verdadeira e única origem da palavra. Seus argumentos são verdadeiros petardos.

De todas as teses até agora publicadas, a que nos inspira mais simpatia é a do Sr. Caviglia (hijo), e é, a nosso ver, a única merecedora de um estudo consciencioso, e pela possibilidade, ou possibilidades que apresenta a palavra garrucho de transformar-se em gaúcho. Inclina-mo-nos muito para a aceitação dessa etimologia. Mas temos ainda as nossas dúvidas.

1.º — achamos um tanto forçado designar um certo grupo de indivíduos pelo nome de um objeto de seu uso, como a garrucha;

2.º — porque essas designações todas de grupos de indivíduos sempre tiveram sua origem num nome de família, de cidade, de país, de dada região, ou, ainda de alguma região qualquer.

Comtudo, como a seguir explicaremos, não desdenhamos de um todo gaúcho de garrucho. Tem a sua razão de ser, não, porém, como o quer o Sr. Caviglia (hijo).

Em primeiro lugar, devemos dizer que no rio Uruguai existe um grupo de 4 ilhas com esse nome, pertencendo uma delas ao Brasil. A 1.300 metros abaixo da mais meridional, fica situado o Passo dos Garruchos. No município de São Borja existem um distrito e um povoado com esse mesmo nome, além de uma cachoeira e um porto no rio Uruguai, no mesmo município.

Qual a razão de ser esse nome tão repetido numa mesma

zona e, note-se, numa zona missioneira, povoada, primitivamente, por espanhóis?

Será que tudo isso tem a mesma origem citada pelo Sr. Caviglia?

Cremos que não. E a razão é simples.

Existe na Espanha uma cidade, porto nas margens do mediterrâneo, chamada GARRUCHA, ou LA GARRUCHA.

Pelas fotografias que vimos, sua construção deve ser, pelo menos, do século XIII. Seus habitantes dedicavam-se muito a pesca e eram grandes criadores.

Na *Enciclopédia Universal Ilustrada* “Espasa-Calpe”, lê-se, a respeito dessa cidade espanhola, o seguinte entre outras cousas: “Municipio de la provincia de Almería. En la playa de Garrucha se halla el castillo llamando tambien de Garrucha, de Jesus Nazareno ó de San Ramón”. Fala, em seguida na sua situação e diz, também, que seus habitantes muito se dedicavam e dedicam á criação de gado.

Pouco mais adiante encontramos: GARRUCHEROS, habitantes de Garrucha.

Resta, agora, saber si já antes do descobrimento da América os **garrucheros** eram criadores, e, também, si entre os espanhóis que vieram para a América do Sul, para o Rio de la Plata, existiram filhos de La Garrucha.

Em todo o caso, o essencial será saber si naquela cidade espanhola já havia criação de gado antes de 1500. Isto, porém, nós o cremos sem dificuldade alguma.

Daí, pois, **garruchero** = criador de gado. Com o tempo, e as diversas modalidades do falar, deturpações da língua, etc., **garruchero** poderia ter-se transformado em **garrucheno**, daí para **garrucha** e, finalmente, de **garrucha** para GAÚCHO, conforme o ensina o Sr. Buenaventura Caviglia (hijo). E neste caso estamos de pleno acôrdo.

Mas há ainda uma outra palavra que, a nosso ver, mais se aproxima da **gaúcho**. É o nome de uma outra cidade espanhola, onde também existem criações de gado, cuja origem vem de longe.

Referimo-nos á vila mourisca de GAUCIN, município da provincia de Málaga, situada “no pendor de um cume da

serra del Hacho. Séde de jurisdição civil. Distilações; fábricas de sabão, de panos de linho e de algodão; exportação de vinhos, aguardentes e gado. Águas minerais bicarbonatadas gazosas". Possui as ruínas de um castelo mourisco destruído em 1843 por uma explosão.

Os seus habitantes são conhecidos por **gaucíneros**.

Ora, sendo os **gaucíneros**, como os **garrucheros**, criadores de gado, também **gaucínero** = criador de gado.

Como **garrucheros**, e com mais facilidade, **gaucínero**, passando por **gaucino**, **gaucínito** (diminutivo), **gauchito** chegou a **gaúcho**, cuja pronúncia castelhana é **gautcho**, como **garrutcho**, **garrutcheros**. E quem sabe si a palavra **gaucino**, na confusão do linguajar da época entre espanhóis e indígenas não teria sido pronunciada **gautcino**, facilitando, assim, ainda mais a transformação para **gaúcho** (**gautcho**)?

Enfim, como dissemos no princípio, tudo isso são méras conjecturas... que apresentamos ao ilustre e douto Sr. Buenaventura Caviglia (hijo) para um estudo mais acurado, profundo e erudito, como êle sabe fazer, esperando, e, desejando de todo o coração, que com sua ciência profunda nos tire enfim dêsse mar de conjecturas e nos apresente a verdadeira origem da palavra **gaúcho**, tão popular nos nossos dois países.

* * *

OS AMORES DE CANABARRO, por Othelo Rosa, Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1933.

A História do nosso Rio Grande do Sul presta-se admiravelmente para trabalhos do gênero dêste que acaba de publicar nosso ilustre consocio Sr. Othelo Rosa.

Com uma linguagem simples, conseguiu o A. descrever com admirável precisão em "**Os amores de Canabarro**" a parte final do épico decênio farrapo.

Tudo nesse livro tem vida e, lendo-o, tem-se a impressão de estar viajando por todos aqueles lugares, presenciando as cenas que o A. descreve.

Canabarro, a Papagaia, o Dr. Gaiola, Antônio Vicente da

Fontoura, Netto, Teixeira, todos os personagens, enfim, são fieis e nada se lhes pode acrescentar, porque nada lhes falta. Os tipos são aqueles. O meio é aquele. A vida, os costumes, tudo foi o que Othelo Rosa descreveu com mão de mestre.

Contudo, **Os amores de Canabarro**, é um romance histórico, mas romance em que a fantasia não entrou. Um romance vivido, real. Um romance da gloriósa epopéia farrapa.

Talvez haja um pouco de exagero na culpabilidade da **Papagaia** no desastre de Porongos. Mas nós achamos, também, que a maior culpada daquele desleixo em que vivia Canabarro era Maria Francisca, a mulher do Dr. Gaiola, a “safadíssima Papagaia”, na frase de Antônio Vicente da Fontoura.

Um reparo, porém, devemos fazer: O Sr. Othelo Rosa deveria ter se estendido um pouquinho mais sobre a pacificação. Seria, talvez, assunto um tanto fora dos moldes da obra, mas em todo o caso interessante e útil.

Deixamos, aqui, os nossos parabens ao Sr. Othelo Rosa, e congratulamo-nos com as letras históricas do Rio Grande do Sul e com o nosso Instituto por contar em seu seio o risonho e brilhante escritor e historiador.

* * *

OBRAS COMPLETAS de Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Menna, coligidas, anotadas e precedidas de um estudo crítico por Dante de Laytano, edição do Centenário Farroupilha, Rio, 1933.

É este o 3.º volume editado pela comissão do Centenário Farroupilha no Rio de Janeiro.

Muito tem feito e está fazendo esta distinta comissão farroupilha para comemorar condignamente o centenário da grande epopéia, a cujas portas estamos.

Agora, com a publicação das OBRAS COMPLETAS de Sebastião Xavier, prestou a Comissão um relevante serviço ás letras sul riograndenses.

Mas, é bom notar-se, foi graças á atividade e amor ao que é nosso, do Sr. Dante de Laytano, que a Comissão poude editar a obra do maior dos poetas de "35".

Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Menna, foi uma figura curiosa que o Sr. Dante de Laytano estudou com critério e carinho nas primeiras páginas do volume.

Sôbre o poeta, o essencial está dito no estudo que precede as "Obras completas". Sôbre o soldado pouco mais teríamos a acrescentar. Sôbre o jornalista, também tudo está dito.

Feliz, muito feliz, foi o A. da **Vida e obras de Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Menna**. Espírito culto, e, apesar de moço, de erudição bastante respeitável, o Sr. Dante de Laytano mostra-se um afeiçoado ás cousas de História, muito nos fazendo esperar de seu talento e estudos.

É nesse ramo da atividade intelectual que se deve fixar a sua intelligencia.

Grande e em grande parte inexplorada é a História de nossa terra. Embrenhe-se nela o Sr. Dante de Laytano e estamos certos de que colherá os louros que em outro terreno da literatura jamais conseguirá .

* * *

Álvaro de Alencastre: — CAXIAS E OS SEUS ADVERSÁRIOS, Separata da "Revista do Club Militar", Rio, 1933; — AS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI E O CORONEL JOAQUIM ANTONIO DE ALENCASTRE, Separata da "Revista do I. H. G. do R. G. S.", Pôrto Alegre, 1933; RUY, Renascença Editora, Rio de Janeiro, 1933.

Com estes 3 livros, si não nos falha a memória, o Sr. Coronel Álvaro de Alencastre publicou êste ano 6 obras.

Dizem os tratados de zoologia que o coelho de 6 em 6 meses tem uma nova ninhada.

Sempre que nos chega ás mãos uma nova produção do ilustre escritor, cuja atividade intelectual é verdadeiramente

assombrosa, lembramo-nos do coelho. Mas isto sem a mínima intenção de menosprezar o Sr. Álvaro de Alencastre, que nos merece todo o acatamento, e que admiramos sinceramente.

Em CAXIAS E OS SEUS ADVERSÁRIOS, defende com entranhado amor o Sr. Alencastre a figura simpática e até hoje inexcedida do grande Lima e Silva. É um trabalho de mérito, que muito se recomenda.

AS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI E O CORONEL JOAQUIM ALENCASTRE, já é um trabalho conhecido dos leitores desta Revista, pois foi publicado no n.º correspondente ao 1.º semestre do corrente ano. Trata-se da reabilitação da memória do coronel Joaquim Antônio de Alencastre, ascendente do autor. É um trabalho feito com carinho, e de grande valor para quem se dedicar ao estudo sério da conquista das Missões.

RUI. Nesta sua última obra estuda o Sr. Álvaro de Alencastre a empolgante figura de Rui Barbosa, uma das grandes glórias de nossa pátria. Os 9 capítulos de que se compõe o volume são verdadeiras lóas ao grande brasileiro.

Como as anteriores é esta uma obra de real mérito.

* * *

O CHACO BOREAL, por Pizarro Loureiro,
Editora Moderna, Rio de Janeiro, 1933.

Livro interessantíssimo este do Sr. Pizarro Loureiro que, além disso, tem o sabor da atualidade.

A Bolívia e o Paraguai estão empenhados numa luta inglória pela posse do Chaco Boreal.

Já tivemos ocasião de estudar este assunto encarando-o por ambos os lados, concluindo que, em toda essa questão, ambos os países têm razão: a Bolívia pelo lado histórico; o Paraguai por direito de posse. Daí a dificuldade imensa na liquidação, sem prejuízo de um e de outro, dessa questão.

O Sr. Pizarro Loureiro, em seu livro documentado e, por isso, valioso, encara o assunto pelo lado boliviano, e conclue

que sómente á Bolivia cabe o direito de posse do Chaco Boreal.

O livro, além do mais, interessa de perto os estudiosos de nossa História, pois o seu A. divulga vários e interessantes episódios da diplomacia brasileira. Um livro útil, enfim.

CORRESPONDENCIA

Do dr. H. Canabarro Reichardt, autor do livro "Bento Gonçalves", recentemente publicado e do qual se occupou o nosso confrade Valter Spalding, recebemos a carta que se segue e a contradita á critica feita ao referido livro — N. R.

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1933

Exmo. Snr.

Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva,
D.D. Presidente do Inst.^o Hist.^o e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Cordeais saudações.

Tomo a liberdade de passar ás mãos de V. Ex. a replica que fiz á critica exarada nas notas bibliograficas da Revista do Instituto, de que sois digno Presidente, para sua oportuna publicação, (caso não haja inconveniente) de modo a ficar a mesma constando de tão conspícuos annaes.

Sem outro particular, e agradecendo desde já tão subida honra, subscrevo-me com distinta consideração

De V. Ex.

Am.^o At.^o e Adm.^{or}

H. Canabarro Reichardt.

Rua Benjamin Constant, 142.

“Bento Gonçalves” e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Li nas notas bibliográficas da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” uma crítica feita ao meu trabalho: “BENTO GONÇALVES”.

O meu censor, em que pese a sua responsabilidade de falar em nome de tão alta Instituição e de sua erudita Revista, deixou-se empolgar pela hostilidade que lhe provocaram as palavras generosas de Rodrigo Octavio Filho.

Nunca tive a pretensão de apresentar trabalho “original”, no sentido em que o Snr. Valter Salding entende, nem êle próprio seria capaz de o fazer.

Seria estultice minha ou de quem quer que seja, apresentar, hoje em dia, uma biografia de Bento Gonçalves, com documentação inédita, depois da vasta publicidade que já se fez sôbre o assunto.

Dizer, porém, que meu trabalho é uma compilação da obra de Alfredo Varela é, positivamente, apreciação injusta.

Seria preciso que S. S. riscasse de meu trabalho as contribuições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; de Saint-Hilaire, Calogeras, Titara; da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; de Araripe, tanto do volume descritivo da revolução dos farra-
pos; como do em que reúne a mais vasta documentação esparsa, depois de Alfredo Varela; de Sá Brito; das coleções d'O Povo, jornal oficial dos farroupilhas; de Souza Doca, Pascual, Rodrigo Pontes, Alfredo Valadão; das coleções do Jornal do Comércio da época; de Alfredo Rodrigues, Assis Brasil, Garibaldi; da correspondencia de Manuel Patricio de Azambuja; de Caldeira, Felicissimo de Azevedo, Ramiro Barcelos; dos apontamentos de João Luiz Gomes; de Eudoro Berlink, etc. para só me referir aos propriamente pertinentes ao assunto.

Bem sei que ainda há muita cousa esparsa a aproveitar, mas só o vagar e uma viagem ao Estado, de onde ausentei-me há mais de 20 anos, permitirão, se Deus assim o entender, complete o que ficou aí apenas esboçado.

Socorri-me, a miude, da obra de Alfredo Varela, porque a documentação que aí se reúne é tão vasta e coordenada que ninguém, nem mesmo um funcionário de museu histórico, poderá tê-la melhor.

Confesso, que foi pela leitura da obra de Varela que tive a compreensão da vasta projecção interna e externa, do movimento de 35.

Deixar de socorrer-me de tão preciosa fonte, mórmente na confecção de trabalho, para o qual fui solicitado, com prazo de poucos meses, seria pedir demais á imaginação.

FALTA DE CRÍTICA

É essa uma questão de ponto de vista, em que os meus divergem profundamente dos do Snr. Spalding.

Se me tivesse proposto a abrir debate sôbre pontos controvertidos da história farroupilha estaria bem ao seu remoque.

Mas procurando escrever apenas história, isto é, reconstituindo os fatos como verosimilmente deveriam ter-se passado, o trabalho crítico seria mais subtil e o estilo menos empolado de citações.

Carlyle, escrevendo a sua "French Revolution", uma das páginas mais vivazes do grande acontecimento, traça-nos perfis magistraes dos quais nenhum sobrepuja o de Robespierre.

A naturalidade, a simplicidade da descrição, dissimulam completamente o imenso labor de pesquisa.

Raras as fontes citadas; dir-se-ia que o historiador está apenas contando o que viu e o que interpretou.

Nada de fatigantes contraditas que, longe de precisar fatos, esbatem-no em bruma.

Um André Maurois, com Disraeli; um Romain Rolland, com Ghandi; um Ludwig com Goethe ou Napoleão, viam a vida de seus heróis sob um prisma todo pessoal, sem se preocuparem com as opiniões...

Haverá história mais breve e mais luminosa do que “A Vida de Jesus”, de Renan? Entretanto, fôsse êle discutir todas as opiniões que sôbre Jesus já se escreveram, estaria ainda escrevendo até hoje a sua história...

Lamento que o Snr. Spalding não tivesse compreendido o plano de meu trabalho. Subordinado ao critério filosofico que esbocei no “anteloquio”, tentei demonstrar que Bento Gonçalves foi um instrumento de que se serviu o destino, para desanuviar os horizontes políticos da provincia, carregados de queixas e iniquidades.

Fiz um relato sucinto dos acontecimentos que o envolveram, para, depois, pôr em relevo a sua ação pessoal, dentro daqueles.

Os acontecimentos, seguiram o seu curso lento, impercível, mas a ação de Bento Gonçalves ficou, como exemplo de abnegação, tenacidade e heroismo.

Foi êsse o tema, (perdoem-me a pretensão) que chamarei de filosofico, que me propuz demonstrar.

Não desci a discutir miudezas históricas, que deixo a quem tenha melhores aptidões e elementos...

Mas o Snr. Spalding foi também injusto e irreverente com a sua própria “Revista”, a julgar pelo que diz, quando a ela se refere: “nem consultou documentos elucidativos, além dos publicados por esta revista em 1926”. Quais êsses documentos elucidativos? Porque os não publica também a revista? Não tem ela o fim precípua de divulga-los para conhecimento daqueles que, por qualquer motivo, não possam consultá-los *in-loco*?

São essas as perguntas que cada um poderá fazer a si mesmo, como juízo vário.

Quanto aos fatos em si, vejamos como o Snr. Spalding os analisa.

O REPUBLICANISMO DE CAMARADAGEM

Afirma S. S. isto:

“Já deixamos provado com cartas íntimas e com os próprios manifestos publicados durante o decenio, antes e depois do Seival, que Bento Gonçalves era monarquista de coração. O republicanismo dele era um republicanismo obrigado pelas circunstancias, um republicanismo a que foi arrastado pelas contingencias da revolução, um republicanismo por camaradagem...”

Ora, francamente, se me propuzesse a provar que Bento Gonçalves não tinha convicções políticas e que a revolução de 35, foi um negócio de camaradagem, era preferivel não escrevesse cousa alguma, porque semelhante biographado não valeria o trabalho.

Não, meu caro senhor, deixemo-nos, no momento, dessas questiunculas, porque, não se trata aqui de saber de formas de governo. Bento Gonçalves, batia-se por uma cousa que estava muito acima delas: insurgia-se contra a injustiça com que era tratado o seu torrão natal e o desprezo que o Império votava ao valor de seus homens.

De formas de governo elle pouco entendia e o confessou com simplicidade a Sá Brito, no dia seguinte da revolução triunfante, quando, em palácio, em visita ao Dr. Marciano Ribeiro, disse: “A fôrça já fez o que lhe cumpria; agora aos Senhores compete, como pessoas inteligentes, encaminhar a governança do país” (pág. 105, Bento Gonçalves).

Nem de separatismo se cogitava então, quanto mais de formas de governo.

Jamais afirmei que Bento Gonçalves fizera a revolução por convicções republicanas. Tornou-se mais tarde republicano, não por camaradagem, o que seria indigno, mas por idealismo, tanto quanto possível, em um homem de predominante senso pratico.

Que importa pois o seu credo monarchico, anterior, se em

cartas, como esta, de 16 de Maio de 1840, escrita do Rio de Janeiro a Gaspar Mena Barreto, expunha nestes termos, a verdadeira causa da luta e a evolução posterior de sua ideologia política?

“a guerra que sustentamos, dizia êle, não é uma guerra de capricho; mas uma guerra de princípios; e a garantia destes princípios é uma consideração *sine qua non*...”

“Não tínhamos então **idéia de mudar a forma de governo estabelecido**, mas atrocidades e violências praticadas pelo governo do Império, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar a Independencia; quer antes, quer depois deste ato, combatemos sempre pelos princípios, isto é, por **uma verdadeira liberdade, não sómente de direito, mas também de fato**. Como desistiremos da luta sem salvar êsses princípios?” (pág. 123-124).

Nessa mesma carta, mais adiante, Bento Gonçalves, demonstra de modo irrefutável as suas convicções republicanas, mostrando aliás, para aquela época, razoaveis conhecimentos.

“O exemplo de nossos vizinhos é um lugar comum bastante sedizo (o republicanismo nos países platinos), e que tem sido já por vezes vitoriosamente refutado. Se é mister recorrer a exemplos para demonstrar os inconvenientes do sistema republicano, porque não apresentais entre os antigos, o da Grecia e Roma, entre os modernos, o de Veneza, Genova, Suissa, Holanda e mui recentemente o dos Estados-Unidos do Norte da América? Qual a época de sua maior grandeza e felicidade? Não foi depois de começarem a gozar dos bens do sistema democrático? Demonstrar imperfeições e defeitos dos governos monarquicos constitucionais, é um objeto alheio á questão, para que de certo não bastaria o curto espaço de uma carta. Quero, porém, conceder-vos de que não seja quimerica na

prática a teoria dos poderes equilibrados, de que se goza ali de uma verdadeira liberdade; pode fazer-se uma aplicação desta regra geral para o governo do Brasil, em que, antes e depois do imortal 7 de Abril, os seus governantes têm sido pelo espírito de corrupção e venalidade? Que há êle feito em beneficio da causa pública? Qual seu sistema, sua política e sua administração? Ah! meu caro amigo, seria muito melhor que não tocasseis em semelhante assunto”.

Que restava pois do credo monarchico de Bento Gonçalves, em 1840? Parece de um doutrinador republicano! Que de melhor disseram mais tarde os propagandistas da república de 89?

Mas, não é êsse o papel de Bento Gonçalves na história, nem essa a finalidade da revolução. O que nele se admira e se impõe á nossa admiração, é o que êle fez, é o fato concreto em si.

Os patriotas portenhos, quando proclamaram a independencia das Provincias Unidas do Rio da Prata em 1810, também não pensavam em república. Durante muito tempo, dividiam-se entre uma república e uma monarchia absoluta, com Carlota Joaquina no trono!

Deodoro, o proclamador da república de 89, era monarchico, e ficou certamente surpreso, quando, da revolução de 15 de Novembro, viu sair uma república!

A tanto arrastam os acontecimentos, aos homens, simples comparsas, muita vez sem a clara compreensão do grande drama da vida!

Afastar-me-ia do objeto e da finalidade de meu trabalho se me metesse a fazer praça das convicções politicas de Bento Gonçalves, numa época em que, em nosso país, ainda se consolidava a independencia, sacrificando o fato principal, que foi a revolução.

Pode-se mesmo afirmar, sem afoiteza, que ela é ainda uma consequência das lutas que se seguiram aos acontecimentos de 1822.

Mas, daí para o republicanismo de **camaradagem**, que lhe empresta o meu censor, vai uma diferença como a do sério para o jocoso, do respeitavel para o indigno.

OS DOCUMENTOS MUDOS

Outro ponto em que o Snr. Spalding se estende em longas considerações, demonstrando prolongado trabalho de pesquisa nas coleções do “Correio Oficial”, é o que se refere aos debates em torno da celebre mensagem de Fernandes Braga, lida na Assembléa Legislativa, em sessão de 20 de Abril de 1835 e a que me refiro em meu trabalho, á pag. 80.

Por mais que S. S. rebuscasse nas coleções do “Correio Oficial”, **nada** encontrou.

“E até o número 77 (12 de Setembro de 1835), que consultamos, nada, nem uma só palavra sôbre o discurso a que alude o Snr. Varela. Queremos crer que êste ilustre historiador patricio foi mal informado, a não ser que o “Correio Oficial”, silenciasse sôbre as palvaras de Bento Gonçalves. Cremos, porém, que ao menos teria feito leve alusão, como fez para o de Magalhães Calvet: “pediu a palavra para o combater...”

Realmente, é pena, que S. S., que conhece tantos **documentos elucidativos** e inéditos sôbre a revolução de 35, nada encontrasse, parecendo mesmo ignorar tão importante acontecimento político, prodromo eloqüente daquela, verdadeiro termômetro do estado de espírito em que então se encontrava a provincia.

Seria que o Snr. Varela e eu, tivéssemos fantasiado um pouco sôbre a história de 35? É o que, parece, deixa entrever o Snr. Spalding.

Vejamos se o posso auxiliar um pouco a encontrar o aludido episódio histórico.

Não me jacto de possuir documentos raros e inéditos, mas o assunto de que se trata, é tão fácil de ser encontrado em suas minúcias, que até dir-se-ia S. S. o procurou, onde tinha a certeza de o não encontrar...

Mas vamos aos fatos.

O “Recopilador”, órgão liberal, dirigido por José de Paiva Magalhães Calvet, em seus números de Março, Abril e Maio de 1835, trazem a descrição de todos os trabalhos da Assembléa.

O ponto culminante das sessões daquele ano, em que se deu o rompimento dos liberais com o govêrno, foi precisamente em 27 de Abril, do qual o “Recopilador” de 29, dá notícia pormenorizada.

O “Recopilador”, pelas suas colunas, acompanhava os debates, comentando-os, como, ainda, fóra da Assembléa, dirigia a campanha de opposição ao govêrno da provincia, naquella emergencia, metido num beco sem saída, graças ao ato impolítico do presidente Fernandes Braga e á impetuosidade desbragada de seu irmão Pedro Chaves.

Desnecessário maiores explanações, uma vez que o aserto em questão, é largamente tratado por Varela, em sua obra “Revoluções Cisplatinas” — vol. I, págs. 467 a 491, cuja leitura recomendo ao Snr. Spalding, onde poderá colher uteis informes, mau grado a ogerisa que parece votar ao grande historiador.

Rodrigo Pontes em sua “Memória”, também faz alusão ao fato, que é notório.

Se o “Correio Oficial”, única fonte de consulta do Snr. Spalding não faz referencias ao incidente, é, com certeza, pelos motivos explicaveis da má situação em que ficou colocado o govêrno. Foi um silencio político, no qual, oficialmente, se procurou abafar comentários em tórno da questão.

“E eis que nos dias subseqüentes, se tratou com afincos de manter arrastadamente a discussão até que se conseguisse apoio para expediente harmonizador, a cujo influxo ficasse garantida a retirada do Dr. Braga, com dignidade e autoridade, do im-

passse em que se perdera, com o seu irmão e com o grei oficial". (Bento Gonçalves — pág. 89).

É possível que no número "45", que S. S. afirma, não conseguiu consultar, exista alguma referencia...

Quanto ao mais que o Snr. Spalding encontra para res-pigar no meu trabalho, são pequenos equívocos, aos quais não vale a pena uma referencia a não ser o do lugar do nascimento de Bento Gonçalves que, digo-o lealmente, na ocasião não me foi possível precisar. Completando agora a informação, cumpre-me assinalar, que o nascimento de Bento Gonçalves deu-se em 23 de Setembro de 1788, no prédio n.º 7 da atual praça Marechal Deodoro, antiga do Mercado, na Vila do Triunfo, sendo batisado em 19 de Outubro do mesmo ano.

Procurei, em meu despretencioso trabalho, cingir-me á verdade histórica, socorrendo-me de fontes autorizadas, reunindo tudo o que permitisse traçar de Bento Gonçalves, um perfil real e humano, sem contradições nem indignidades, sem luxos de erudição, emoldurando-o em um ambiente aceitável e justo.

Jamais pretendi **descobrir** um "Bento Gonçalves" **inédito**. Redizendo o que sobre êle já foi dito, fiz, não distante, "uma verdadeira resurreição", na frase do eminente historiador, ministro Rodrigo Octavio, não no sentido lisongeiro que êle mo empresta, senão que para a grande maioria de nossos conterrâneos, a figura lendária de Bento Gonçalves, apesar de tanta escavação histórica feita em tôrno dos acontecimentos de 35, ainda aguardava o seu biografo.

Fiz obra de divulgação, e, como tal, tenho a certeza de que não falhei.

Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1933.

H. Canabarro Reichardt.

Rua Benjamin Constant, 142.

Recebemos também do dr. Elysio Araujo, autor do livro "Através de meio século" uma carta, referente a identico assunto, e da qual extraímos os tópicos abaixo. — N. R.

Sôbre o referido trabalho disse o eminente professor João Ribeiro:

"Revivendo episódios em que foi parte ou testemunha, quer na política do Estado do Rio, quer na política geral do país, e ainda como delegado de policia nesta capital, presta o autor o seu depoimento, com sinceridade, sem a intenção de diminuir ou de elevar as personalidades contra as quais lutou ou com as quais esteve ligado pela afinidade de sentimentos políticos.

Pode ser que o autor tenha visto os acontecimentos que observou ou nos quais se achou envolvido por um prisma muito diverso do que outros viram: — mas não se vislumbra nas páginas do livro a intenção de faltar a verdade e de subverter, com as suas narrações, a realidade dos fatos.

A longa atuação que o Dr. Elysio de Araujo teve na política fluminense torna o seu livro principalmente interessante aos fluminenses; e será com o depoimento de todos êles — mas com contribuições sinceras como penso ser esta — que futuramente se poderá escrever a vida partidária do Estado vizinho".

.....

O segundo, Afonso de Taunay Diretor do Museu Paulista continuador da obra grandiosa de Capistrano de Abreu, em carta que teve a bondade de dirigir-me, publicada no "O Estado", de Niterói, em data de 30 de Novembro do ano passado, assim se expressa:

.....

“Li com o maior interêsse e prazer as páginas das reminiscências e memórias, tanto mais valiosas quanto procedem de quem como V. Exa. tão elevado lugar ocupou no cenário político e intellectual do nosso país.

Apreciei sobretudo os capítulos relativos ao passado fluminense, tão instrutivo e pronunciadas contribuições excelentes para a história do Estado do Rio de Janeiro.

Muito interessantes as páginas sôbre S. Fidelis, lugar bonito e simpatico, de que sempre me recorde embevecido.

Meus parabens por tão interessante livro de depoimentos variados e valiosos”.

.....

O terceiro, Heitor Muniz nome sobejamente conhecido, como historiador, jornalista e crítico literário, no “Mundo dos Livros”, do “Correio da Manhã”, de 7 de Janeiro dêste ano, dizia:

.....

“A política a que passou a dedicar o melhor do seu esforço, não o absorveu, porém, inteiramente. Seus penhores pelas boas letras e o seu gosto pelos estudos históricos vieram sempre se assinalando. E ao Sr. Elysio de Araujo se deve, entre outros trabalhos, dois livros de erudição, um “Estudo Histórico sôbre a Política da Capital Federal, de 1808 a 1831”, e uma “Geografia Elemental”, que já se encontra na sua 7.^a edição. A estes junta, agora, o autor o seu “ATRAVÉS DE MEIO SÉCULO”, que os apreciadores da literatura histórica não deverão perder. As primeiras páginas do livro ainda abrangem os movimentos abolicionista e republicano na cidade do Recife, que era,

então, um grande centro irradiador de energias civicas. Seguidamente, vem o Sr. Elysio de Araujo se aproximando dos nossos dias; a vida republicana no Estado do Rio nos primeiros tempos do novo regime; o golpe de Estado de 3 de Novembro; a deposição de Deodoro; os primeiros tempos do governo Prudente de Moraes; o processo da "República" e a chamada de Alcindo Guanabara a juízo; a queima dos jornais monarquistas, "A Liberdade" e a "Gazeta da Tarde"; o assassinato do Coronel Gentil de Castro; o atentado de 5 de Novembro; a candidatura de Pinheiro Machado á presidencia da República. Tudo isso passa em revista o autor, evocando os fatos e recordando os homens de uma maneira sempre atraente. Ao mesmo tempo, entretanto, que se ocupa das cousas políticas da União, não esquece o Sr. Elysio de Araujo o que, pela mesma época, se ia passando no Estado do Rio. E lá nos lembra o escritor a eleição de Alberto Torres para a presidencia do Estado, após o incidente de que resultou a sua renúncia da pasta da Justiça; a escolha de Quintino Bocayuva para o governo; a segunda eleição de Nilo Peçanha; o governo de Raul Veiga; a eleição e a deposição do Sr. Raul Fernandes; a interventoria do Sr. Aurelino Leal; por último, a interventoria do Sr. Feliciano Sodré na direção suprema das cousas fluminenses.

É, como se vê, o livro do Sr. Elysio de Araujo, um livro cheio, livro de interessantes recordações da vida republicana, e que se lê com inteiro agrado em todos os seus capítulos".

Não o entendeu assim o Sr. Valter Spalding, referindo-se com um indiferentismo injusticável, descobrindo até a minha "ação política, durante 50 anos", quando, talvez, não attingisse a metade desse período, tudo isso a demonstrar a absoluta falta de leitura, não permitida pela etica crítica.

Não posso, pois, aceitar o julgamento, sem embargo, para uma instancia superior, que neste caso é V. Exa., egregio Presidente do Instituto, para, tomando dele conhecimento, se digne mandar publicar a presente, no próximo número da "Revista", relicário sagrado das pesquisas e estudos históricos dêsse patriotico Instituto Histórico e Geográfico.

Com os meus agradecimentos pela oferta do número da "Revista", aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. e ao Instituto os meus protestos de alta consideração.

Saudações.

Elysio de Araujo.

Avenida Sete de Setembro, 204.